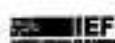


43 à 45;
50 à 64;
71 à 155.

AI Nº 017351 /2008
RAVENA AUTO POSTO E
SERVIÇO LTDA.

PA: 3001/2001/002/2009



Local: Ravena / Sabará Data: 06/06/08 Hora da Levantura: 12:05
Motivação: [] Denúncia [] Ministério Público [] Poder Judiciário [] Operações especiais do CGFA [] URC [] COPAM [] Rotina
Finalidade: [] Condicionantes [] Licenciamento [] AAF [] Emergência Ambiental [] Acompanhamento de projeto [] Perícia [] Outros
FEAM: [] Fauna [] Pesca [] APEF [] Reserva Legal [] DCC [] APP [] Dano em áreas protegidas [] Perícia [] Outros
IGAM: [] Outorga [] Perícia [] Outros



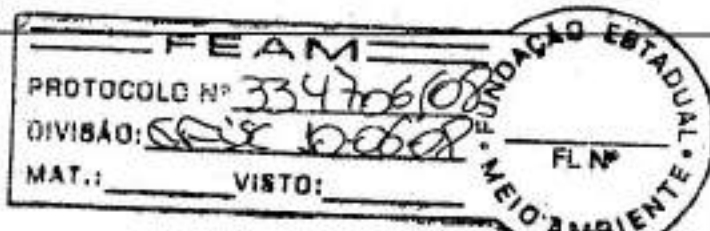
[] Não há processo [] Outros:
Processo Nº: 03001/2008 Classe: 3 Porte: M Registro/Cadastro:
Atividade/ Código: 26.01.7
Nome/ Apelido/ Empreendimento/ Produtor Rural: Ravena Auto Posto e Serviço Ltda
[] CNPJ [] CPF [] CNH [] CTPS [] RG: 41.694.506/0001-25
Localidade/Endereço (Rua, Av., Rodovia): Rod. BR 381 - Km 23 s/n
UF: MG CEP: 34151-740 Telefone: () 31 3672 3353 Município: Sabará
Caixa Postal: 34151-740 e-mail: 31 3672 3353 Cód. Renavam:
Empreendimento/ Razão social: C. MERMU Nome fantasia:
Telefone: 31 3672 3353 Endereço:
Município: Sabará CEP: e-mail:
Correspondência para: Município: UF:
CEP: 34151-740 Telefone: 31 3672 3353 Fax: () Caixa Postal: E-mail:

1. IDENTIFICAÇÃO

Assinalar Datum (Obrigatório)			[] SAD 69 [] WGS 84 [] Córrego Alegre					
Formato Lat/Long	Latitude			Longitude				
	Graus:	Min:	Seg:	Graus:	Min:	Seg:		
Formato UTM (X, Y)	Longitude ou X (6 dígitos)= Não considerar casas decimais			Latitude ou Y (7 dígitos)= Não considerar casas decimais				
	Fuso ou Meridional para formato UTM							
	Fuso	[] 22 [] 23 [] 24	Meridiano central		[] 39° [] 45° [] 51°			

Ponto de Referência:

Croqui de Acesso



2. RELATÓRIO SUCINTO

Localizamos as instalações do empreendimento Ravena Auto Posto e Serviço Ltda, onde constatamos:
O empreendimento desenvolve a atividade de loja revendedora de combustível, possui uma capacidade instalada de 120 m³ para armazenamento de combustível, porém foi declarado que não utiliza mais do que 30 m³. A pista de abastecimento não é impermeabilizada, atualmente é de blocos, não possui canalização. As bombas não são dotadas de sump, nem de locais de descarga. O posto realiza a lavagem de veículos, sendo que o efluente gerado é lançado sem tratamento em um terreno próximo da empresa, causando com isso poluição/degradação do solo. Foram instaladas mangueiras de combustível nas proximidades das bombas de abastecimento. Os vazamentos de óleo tipo ca de óleo, estopas são coletados pelo serviço de limpeza pública da Prefeitura de Sabará, vale ressaltar que esta é uma forma inadequada de destinação de resíduos perigosos. O total de 8 tanques, 3 deles estão para dor, sendo que em um deles foi detectado vazamento durante o teste de estanqueidade realizado em 10/05/2008 pela empresa Alucias Ambiental. O empreendimento possui captação em um poço tubular, sem apresentação para a ANEEL nº 300670/2008 para regularização deste captação.

3. ASSINATURAS

Servidor Credenciado (Nome Legível): Glenn de Jesus Almeida MASP / Nº PM: 1148047-2 Assinatura: Glenn de Jesus Almeida
1. Órgão/Entidade: [] SEMAD [] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG
2. Órgão/Entidade: [] SEMAD [] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG
3. Órgão/Entidade: [] SEMAD [] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização
Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: Luiz Carlos Rocha Machado



FOLHA DE CONTINUAÇÃO

Sei apresento do F001 nº 216155/2008 de 16/04/2008 de 100 dias para regularização do empreendimento. de 11/2004 o empreendimento la passível de 20.

Sei apresento documento da letrobas, em que esta notifica o Lote Racional sob a mas estanqueidade de equipamentos comodados a a sua interrupção / paralisação imediata destes equipamentos. (documento anexo).

O ato usado esta sendo recebido pela Lwatt, sendo apresentados anteprojeto de coleta deste óleo.

Sei apresento características hidroquímicas das águas subterâneas, realizada pela Empresa Soluções Ambientais S.A., em novembro de 2007.

O empreendedor deverá providenciar a investigação do Lwatt, com novo teste de estanqueidade dos tanques e das linhas.

Folha de Continuação () Sim (X) Não

Servidor Credenciado (Nome Legível):

MASP / Nº PM

Assinatura

1. Gerson de Araújo Telles

1148044-2

Gerson de Araújo Telles

Órgão / Entidade: [] SEMAD [] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG

2. Bruno Antonio C. Guimarães

1147839-3

Órgão / Entidade: [] SEMAD [] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG

Recebi via (s) desta Folha de Continuação de Auto de Fiscalização

Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: Inacio Benan Rocha Machado

Função/Vínculo com o Empreendimento: Proprietário

Assinatura: X



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



AUTO DE INFRAÇÃO

SÉRIE C
Nº 017351, 2008

Folha: 01/02

Folha de Continuação: [x] Sim [] Não

Indexado ao Auto de Fiscalização/
Boletim de Ocorrência:

Nº 018092, 2008

- [] Advertência [x] Multa
[] Pena Restritiva de Direito
[x] Termo de Suspensão de Atividades/ Embargo de Obra ou Atividade
[] Termo de Suspensão de Venda ou Fabricação Nº
[] Termo de Demolição Nº
[] Termo de Apreensão Nº

Encaminhar para:

Local: Belo Horizonte Data: 03/06/08 Hora da Lavatura: 03
Finalidade:
FEAM: [] Condicionantes [] Licenciamento [] AAF [] Emergência Ambiental [] Acompanhamento de projeto [] Perícia [x] Outros
IEF: [] Fauna [] Pesca [] APEF [] Reserva Legal [] DCC [] APP [] Dano em áreas protegidas [] Perícia [] Outros
IGAM: [] Outorga [] Perícia [] Outros



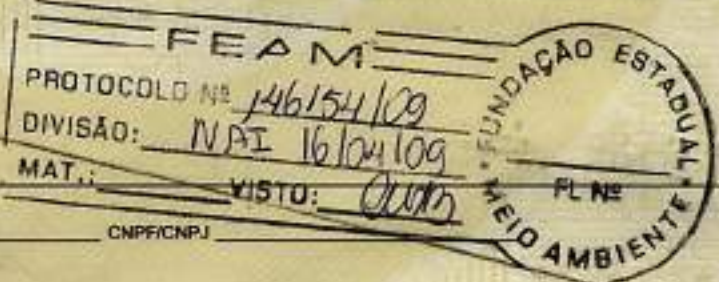
[] AAF [x] Licenciamento [] APEF [] Uso/Intervenção de Recursos Hídricos [] Não há processo [] Outros:
Processo Nº: 03001/2001 Classe: 3 Porte: M
Atividade/ Código: F-06-01-2
Nome/ Apelido/ Empreendedor/ Produtor
Rural: Pavona Auto Posto e Serviços Ltda
[x] CNPJ [] CPF [] CNH [] CTPS [] RG: 41.694.506/0005-25
Localidade/Endereço (Rua, Av., Rodovia): Andara Br. 381
Nº/km: 23 Complemento: _____ Bairro: _____ Município: Salvador
UF: MG CEP: 34.515-740 Telefone: (31) 3672.3355 Fax: () _____
Caixa Postal: _____ E-mail: _____ Placa do veículo: _____ Cód. Renavam: _____
Empreendimento/ Razão social: O mesmo acima Nome Fantasia: _____
Telefone: _____ Endereço: _____
Município: _____ CEP: _____ e-mail: _____
Correspondência para: O mesmo acima Município: _____ UF: _____
CEP: _____ Telefone: () _____ Fax: () _____ Caixa Postal: _____ E-mail: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

Assinalar Datum (Obrigatório)			[] SAD 69 [] WGS 84 [] Córrego Alegre					
Formato Lat/Long	Latitude			Longitude				
	Grau:	Min:	Seg:	Grau:	Min:	Seg:		
Formato UTM (X, Y)	Longitude ou X (6 dígitos)=			Latitude ou Y (7 dígitos)=				
	Não considerar casas decimais			Não considerar casas decimais				
	Fuso ou Meridional para formato UTM							
	Fuso	[] 22 [] 23 [] 24		Meridiano central	[] 39° [] 45° [] 51°			

Ponto de Referência:

Croqui de Acesso



2. OUTROS RESPONSÁVEIS (ART. 32 § 2º)
Nome: _____ CNPF/CNPJ: _____
Nome: _____ CNPF/CNPJ: _____

3. DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO
Local de Infração: 3001/01/002/09
Ocorrência/ Irregularidade Constatada: 1- O empreendimento não possui LO, a pista de abastecimento não é impermeabilizada, as bombas e as bocas de descarga de combustíveis não são dotadas de bueiros. Foram constatadas manchas de combustíveis próximas às bombas de combustíveis. As vigiâncias de troca de óleo e estopas sujas de óleo são descartadas de forma inadequada (colocadas pelo serviço de limpeza pública de limpeza de Salvador). 2- O efluente gerado na lavagem de veículos é lançado sem tratamento em um terreno próximo ao empreendimento, causando com isso poluição/ degradação do solo.

ASSINATURAS
Servidor Credenciado: Gerson de Araújo Teles Autuado: Juliano



4. EMBASAMENTO LEGAL	Art:	Inciso:	§/Alínea:	Cod:	Art:	Inciso:	§/Alínea:	Nº de Ordem (IEF)	Ato Normativo (IEF)
() Lei 13.199/96									
(X) Lei 7.772/90									
() Lei 14.161/02									
() Lei 14.309/02									
Decreto 44.309/06									
Infração	61	II							
Infração	61	II							
Infração	61	II							
Infração	61	II							
Atenuante									
Agravante	61	II	a, c						
Reincidência									
Genérica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-

5. ADVERTÊNCIA / MULTA	Decreto 44.309	Art:	Inciso:	§/Alínea:	Valor R\$:
() [] Advertência [X] Multa Simples [] Multa Diária	61	II	C	50.001,67	
(X) [] Advertência [X] Multa Simples [] Multa Diária	61	II	C	50.001,67	
() [] Advertência [] Multa Simples [] Multa Diária	-	-	-	-	
() [] Advertência [] Multa Simples [] Multa Diária	-	-	-	-	
() [] Advertência [] Multa Simples [] Multa Diária	-	-	-	-	

Total Multa Simples: R\$ 100.003,34 (cem mil e três reais e trinta e quatro centavos.)
Total Multa Diária: R\$

6. DESCRIÇÃO DO EMBARGO / SUSPENSÃO
Suspensão/ Embargo de Obra ou Atividade: [X] Total [] Parcial [] Não Houve Descrição:
Suspensão de Venda ou Fabricação: [X] Sim [] Não Houve Descrição: *Sua suspensão a atividade de venda de material até a regularização junto aos órgãos ambientais*

7. DESCRIÇÃO DE DEMOLIÇÃO
Demolição: [] Imediata [] Após Decisão Administrativa Definitiva [] Não Houve [] Outros Casos Descrição:

8. PENA TRITIVA DIREITO
Art.: Inciso: Inciso: Inciso: Inciso: Inciso:

9. DAE
[] DAE Emitido. Valor: [] DAE Não Emitido

10. DISPOSIÇÕES GERAIS
1- A multa poderá ser parcelada nos termos do Decreto nº 44.309/06.
2- Depósito: fica o depositário advertido de que não poderá alienar (vender, emprestar, ceder, doar ou usar), os bens que lhe estão confiados, devendo zelar pelo seu bom estado de conservação, sendo responsável por qualquer dano que venha ser causado aos mesmos até a decisão final da autoridade competente, quando deverá restituí-los nas mesmas condições em que os recebeu.
3- Embargo e suspensão: o levantamento do embargo ou da suspensão somente poderá ser efetuado após decisão administrativa definitiva favorável, ou quando for firmado termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental, ou por ordem judicial específica, mediante mandado ou termo próprio.
4- Multa diária será computada até que o infrator comunique a regularização da situação ao órgão competente, conforme Decreto 44.309/06.
5- Salvo mediante assinatura de Termo de Compromisso firmado pelo infrator com a SEMAD ou suas entidades vinculadas, a defesa ou a interposição de recurso contra penalidade imposta por infração às normas ambientais e de recursos hídricos não terão efeito suspensivo, obrigando-se o recorrente a eliminar as condições poluidoras e à reparação dos danos eventualmente causados no prazo fixado no Termo de Compromisso, conforme Decreto 44.309/06.
6- O empreendedor deverá pagar o DAE ou apresentar defesa em 20 dias corridos, contados a partir da data do recebimento do Auto de Infração.
7- No 21º dia corrido da data de recebimento do Auto de Infração, caso o DAE não tenha sido pago ou a defesa não tenha sido apresentada, o empreendedor será inscrito em Dívida Ativa, nos termos do Decreto nº 44.309/06.

11. DEFESA
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA FEAM LOCALIZADO A R. Espírito Santo - n.º 435 - Centro

12. TESTEMUNHAS
1ª Testemunha: Nome Legível: RG/CNPJ: Endereço: Bairro: Município: UF: Assinatura: Data: / /
2ª Testemunha: Nome Legível: RG/CNPJ: Endereço: Bairro: Município: UF: Assinatura: Data: / /

ASSINATURAS
Servidor Credenciado (Nome Legível): *Guilherme de Araújo Alho*
Identificação e Assinatura: *Guilherme de Araújo Alho*
Órgão / Entidade Autuante: [] SEMAD [X] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG
Autuado (Nome Legível do Assinante): *Guilherme de Araújo Alho*
Identificação e Assinatura: *Guilherme de Araújo Alho*
Função / Vínculo com o Empreendimento: *Empreendedor*



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental
Gerência de Fiscalização

FEAM	
PROTOCOLO Nº	146359/2009
DIVISÃO:	NAI 16/04/09
MAT.:	VISTO: JMB

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
05
FL Nº

OFÍCIO Nº 92/2008 GFISC/DMFA/FEAM

Belo Horizonte, 16 de Junho 2008.

Ref.: Encaminhamento de AI
Processo COPAM: 03001/2001

Prezado Senhor:

Comunicamos que na vistoria realizada em 06/06/2008 às instalações dessa empresa, verificou-se que o seu funcionamento encontra-se em desacordo com a Legislação Ambiental vigente.

Em vista disso, foi lavrado o Auto de Infração nº 017351/2008, que estamos encaminhando.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental vigente, essa empresa dispõe do prazo de vinte dias, contados do recebimento desse ofício, para apresentar defesa endereçada à Fundação Estadual do Meio Ambiente, Rua Espírito Santo, 495, Centro, Belo Horizonte.

Atenciosamente.


Gilmar Soares da Silva
Gerente de Fiscalização da FEAM

À Ravena Auto Posto e Serviço Ltda
Rodovia Br 381, Km 23
Sabará – MG
CEP: 34515-740

Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30.160-030 – Belo Horizonte/MG – (31) 3219-5581
home page: www.meioambiente.mg.gov.br



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental
Núcleo de Auto de Infração

PROTOCOLADO

DIVISÃO:

MAT.:

Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental

Núcleo de Auto de Infração

146390/2009
NAI 16104109
QNTB



MEMO Nº 64/2009 NAI/DMFA/FEAM

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2009.

De: Ana Cristina Araújo Assunção

Para: Angelina Maria Lanna de Moraes

Ref.: "AR"

Prezada Diretora:

Os Autos de Infração anexos foram encaminhados ao empreendedor pelo Correio, entretanto, os "ARs" não retornaram. O fato foi comunicado ao Superintendente de Recursos Logísticos, mas, até o presente momento não se obteve êxito.

Diante do exposto, requer-se sua análise e providências. Ressalte-se que, o ideal é que os Autos de infração sejam reenviados, abrindo-se novo prazo de defesa. E, ainda, tendo em vista os princípios da eficiência e da economicidade, o Correio deverá ser questionado quanto a correta prestação dos serviços.

Atenciosamente,

Ana Cristina A. Assunção



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental
Núcleo de Auto de Infração



MEMO Nº 41/2009 NAI/DMFA/FEAM

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2009.

De: Ana Cristina Araújo Assunção

Para: Angelina Maria Lanna de Moraes

Ref.: "AR"

Prezada Diretora:

Os Autos de Infração anexos foram encaminhados ao empreendedor pelo Correio, entretanto, o "AR" não retornou. Apesar de já terem sido realizadas reclamações ao setor competente até o presente momento não se obteve êxito.

Diante do exposto, requer-se sua análise e providências. Ressalte-se que, os Als mencionados terão que ser reenviados, abrindo-se novo prazo de defesa.

Atenciosamente,

Ana Cristina Araújo Assunção
Ana Cristina A. Assunção

NAI / Ana Cristina

Favor aguardar retorno da Markez, que ficou de localizar os ARs. Devolvo os Autos para guarda.

Moraes

06/02/09

Angelina Maria Lanna de Moraes
Diretora de Monitoramento e
Fiscalização Ambiental
MAGP 1043736-6

Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30.160-030 - Belo Horizonte/MG - 3219-5668
home page: www.meioambiente.mg.gov.br

21/02 Angelina,

o problema não foi solucionado
mesmo c/o setor da Markez.

Ana Cristina



ARs QUE NÃO RETORNARAM DO CORREIO				
OFÍCIO GFISC	NOME DO EMPREENDEDOR	ENDEREÇO	DATA DE RECEBIMENTO FATINHA (CORREIO)	Nº RB
OF.GFISC/Nº081/2008	POSTO MORADA NOVA LTDA.	RUA SANTO ANTÔNIO, 15 - BAIRRO RETIRO - NOVA LIMA - CEP:35702-075	05/06/2008	RB55362682BR
OF.GFISC/Nº092/2008	RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇO LTDA.	RODOVIA BR 381 - KM 23 - SABARÁ - MG CEP:34.515-740	17/06/2008	RB553643102BR
OF.GFISC/Nº099/2008	SORTE CONSTRUÇÕES S/A	RUA BERNARDO GUIMARÃES, Nº1188 - BELO HORIZONTE - CEP: 30.140-081	21/07/2008	RB902334108BR
OF.GFISC/Nº100/2008	LIBERDADE IMÓVEIS	RUA CURITIBA, Nº786 - CENTRO - EDIFÍCIO ATLÂNTICO - 8º ANDAR - BELO HORIZONTE - MG - CEP:30.170-120	21/07/2008	RB902334409BR
OF.GFISC/Nº104/2008	QUARTZITO DO BRASIL LTDA	PEDREIRA DO CÔRREGO SECO, S/Nº - PASSAGEM - MARIANA - MG - CEP:35.420-000	21/07/2008	RB902334058BR
OF.GFISC/Nº111/2008	NATURE BRASIL GRANITO LTDA.	AV. SIVIO AVIDOS, Nº2217 - BAIRRO SÃO SILVANO - COLATINA - ES - CEP:29.706-000	31/07/2008	RB902338731BR
OF.GFISC/Nº113/2008	ESPÓLIO JOSÉ RAIMUNDO RUFINO	AV. CRISTOVÃO COLOMBO, Nº550 - SALA 901 - BELO HORIZONTE - CEP:30.140-150	31/07/2008	RB902339140BR
OF.GFISC/Nº127/2008	JOSÉ RENATO ARAÚJO MIRANDA	FAZENDA PAU GRANDE - ZONA RURAL - CAIXA POSTAL 30 - PIRANGA - MG - CEP:36.480-000	12/08/2008	RB902334125BR
OF.GFISC/Nº168/2008	NOVA UNIAO EMPREENDIMENTO S IMOBILIÁRIOS LTDA.	RUA GUAJAJARAS, Nº410 - SALA 504 - CENTRO - BELO HORIZONTE - MG - CEP:30.180-100	06/10/2008	RB434050086BR



OF.GFISC/Nº172/2008	BENEFICIÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	RUA PARACATU, Nº214 - BARRO PRETO - BELO HORIZONTE - MG - CEP:30.180-090	06/10/2008	RB434950041BR
OF.GFISC/Nº206/2008	MINERAÇÃO GAMELAS LTDA.	RUA MARANHÃO, 228 - SANTA EFIGÊNIA - BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30.150-330	DE ACORDO COM A CÓPIA DA GFISC NÃO TEM DATA DE RECEBIMENTO PELO CORREIO(FEAM)	
OF.GFISC/Nº226/2008	LUIZ ANTÔNIO GALANTE	RUA DR. JOSÉ LUCIANO NETO, Nº25 - CENTRO - ESTRELA DO SUL - MG - CEP:38.525-000	24/11/2008	RB434165897BR
OF.GFISC/Nº244/2008	LUIZA HELENA GALANTE DE MORAIS	RUA LUIZ PIRES GALANTE, 82 - CENTRO - ESTRELA DO SUL - MG - CEP:38.525-000	DE ACORDO COM A CÓPIA DA GFISC NÃO TEM DATA DE RECEBIMENTO PELO CORREIO(FEAM)	

3001/2001



RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ : 41.694.506/0001-25 - IE : 567.780.711-0037
RODOVIA BR 381, KM 23 - RAVENA/SABARÁ - MG
TEL/FAX: 31-3672.3355 CEP: 34.740-000
E.mail - postoravena@terra.com.br



Sabará, 24 de Julho de 2008

À
Gilberto Soares da Silva
Gerente de Fiscalização da FEAM

Referente :
OFÍCIO Nº 92/2008 GFISC/DMFA/FEAM

Prezado Senhor,

Em relação à defesa, referente ao ofício mencionado, gostaríamos de informar que o mesmo já foi protocolado na Regional COPAM, na data de 27/06/0008, às 14:32hs, conforme xérox em anexos.

Atenciosamente,


Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.

Regional Copam 24/07/2008 16:48 - 8089277/2008

ICF
BRUNA



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental
Gerência de Fiscalização



OFÍCIO Nº 92/2008 GFISC/DMFA/FEAM

Belo Horizonte, 16 de Junho 2008.

Ref.: Encaminhamento de AI
Processo COPAM: 03001/2001


Prezado Senhor:

Comunicamos que na vistoria realizada em 06/06/2008 às instalações dessa empresa, verificou-se que o seu funcionamento encontra-se em desacordo com a Legislação Ambiental vigente.

Em vista disso, foi lavrado o Auto de Infração nº 017351/2008, que estamos encaminhando.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental vigente, essa empresa dispõe do prazo de vinte dias, contados do recebimento desse ofício, para apresentar defesa endereçada à Fundação Estadual do Meio Ambiente, Rua Espírito Santo, 495, Centro, Belo Horizonte.

Atenciosamente,


Gileno Soares da Silva
Gerente de Fiscalização da FEAM

A Ravena Auto Posto e Serviço Ltda
Rodovia Br 381, Km 23
Sabará - MG
CEP: 34515-740

Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30.160-030 - Belo Horizonte/MG - (31) 3219-5581
home page: www.meioambiente.mg.gov.br

ILMº. SR. SUPERINTENDETE REGIONAL DO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LESTE MINEIRO - SUPRAM (RUA
28, Nº 100, ILHA DOS ARAÚJOS - GOVERNADOR VALADARES/MG)

AUTO DE FISCALIZAÇÃO Nº: 018099/2008

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 017351/2008

AUTUADO (A): Ravena Auto Posto e Serviços Ltda

RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA, empresa inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 41.694.506/0001-25, localizada Na Rodovia BR 381, Km 23, município de Sabará - Minas Gerais, devidamente representada na forma estabelecida em seus atos constitutivos pelo Sr. Inácio Renan Rocha Machado; CPF.: 345.337.706-06, brasileiro, empresário, através da sua procuradora infra assinada vem, respeitosamente, à presença deste órgão, apresentar, tempestivamente, sua **DEFESA** contra aplicação de penalidade por suposta infração ambiental, conforme notificação anexa, com fulcro no artigo 34 do Decreto Estadual MG nº 44.309, pelas razões a seguir aduzidas:

I - DOS FATOS

O empreendimento Autuado teve fiscalização por parte da FEAM na data de 06/06/08, conforme Auto de Fiscalização nº 018099/2008, lavrado no local, que descreveu várias supostas irregularidades, e que deu origem na data de 09/06/08 ao Auto de Infração nº 017351/2008, onde foi arbitrada multa no valor de 100.003,34 (Cem mil e três reais e trinta e quatro centavos) além de suspensão da comercialização do produto.

Regional Leste 23/06/2008 14:32 - 6915307/2008



II - DOS FUNDAMENTOS

Segundo o Auto de Infração 017351/2008, o Autuado foi incurso no Art. 87, Incisos II e IX do Decreto Estadual de Minas Gerais 44.309/2006, que constituem infrações gravíssimas, sendo imposta duas multas segundo o art. 61, inciso II, alínea "c", do mesmo Decreto, no valor de R\$ 50.001,67 (Cinquenta mil e um reais e sessenta e sete centavos) cada uma, totalizando R\$ 100.003,34 (Cem mil e três reais e trinta e quatro centavos).

No caso em tela, verifica-se que foi aplicada multa cumulada com suspensão de atividades, no entanto, vislumbra-se na presente hipótese, **a suspensão da exigibilidade da multa e sua substituição pela assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta** como prevê o art. 50, inc. II do Dec. 44.309/06, tendo em vista que a assinatura do TAC entre o empreendedor e a Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM já está sendo providenciada. Ressaltamos que o TAC já foi acordado com o empreendedor e o mesmo está aguardando que o órgão se manifeste para assiná-lo.

Noutro giro observa-se no art. 16 do mesmo Decreto que a responsabilidade por infração ambiental decorrente da operação de empreendimento ou atividade sem as licenças ambientais competentes **será excluída pela denúncia espontânea**, se o infrator, concomitantemente com a denúncia formalizar pedido de LO em caráter corretivo.

Segundo a Deliberação Normativa 108 de 24 de maio de 2007:

"Art. 4º - O art. 5º da Deliberação Normativa nº 50, de 28 de novembro de 2001 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§1º - Os empreendimentos convocados que ainda não se regularizaram, ficam obrigados a atender aos prazos e procedimentos estabelecidos no Anexo 4 desta Deliberação Normativa."

PRAZOS E PROCEDIMENTOS PARA EMPREENDIMENTOS NÃO REGULARIZADOS

1. OBJETIVO

Estabelecer os prazos e procedimentos para a obtenção e/ou renovação da Licença de Operação ou AAF, dos empreendimentos enquadrados no artigo 1º desta Deliberação Normativa e ainda não regularizados na sua data da publicação.

O Posto Ravena segundo o anexo 4 desta deliberação citada se enquadra:



ABNT - 0 a 2 e COPAM - 3 e RMBH	18 meses
---------------------------------	----------

Portanto o empreendimento tem um prazo até 24 de novembro de 2008 para se regularizar, no entanto o mesmo no ato da infração estava dentro do prazo de regularização previsto na DN 108/2007.

Seguindo esta linha, observa-se que o empreendedor, na data de 16/04/2008, protocolou junto a **SUPRAM** o Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado - FCEI, do empreendimento em questão, e que recebeu do órgão o FOBI de nº 216155/2008, com prazo de 120 dias para regularizar o empreendimento. Neste documento o empreendedor afirma que o empreendimento se encontra em operação e afirma também que o mesmo não possui licença de operação donde se infere que, ao promover esta afirmação ele se diz irregular e na busca por regularizar sua atividade.

Observa-se também busca de ações corretivas por parte do empreendedor no próprio Auto de Fiscalização, onde se lê que este já havia providenciado junto à empresa Solução Ambiental, sediada em Ipatinga, os devidos testes de estanqueidade para seus equipamentos.

Nesta direção, observa-se a intenção do proprietário, ao contratar em data anterior à Fiscalização, empresa especializada para dar encaminhamento à elaboração da documentação necessária assim como das devidas correções.

Conforme o Auto de Infração, ocorreu anexação de documento onde a PETROBRÁS notifica o Auto Posto Ravena sob a não estanqueidade de equipamentos comodatados e a sua necessária interrupção/paralisação imediata destes equipamentos.

Todavia, é pertinente ressaltar que, mesmo notificando o Posto da não estanqueidade, a PETROBRÁS, em nenhum momento se absteve de continuar abastecendo o Posto com seu combustível, participando assim dos possíveis danos causados ao meio ambiente.

Em que pese a alegação do autuante, é imperativo reconhecer que o autuado tem efetuado medidas para corrigir os

eventuais danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, realizadas de modo imediato e, também, tem colaborado com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, podendo tal conduta ser considerada como atenuante na aplicação ou manutenção da pena.

Forçoso também reconhecer que o proprietário não se enquadra em nenhum caso de reincidência específica ou genérica, devendo este fato ser levado em mais alta conta, quando da aplicação de qualquer penalidade.

Oportuno ponderar o valor da multa arbitrada ao autuado, haja vista que o empreendimento em questão, se enquadra na categoria de médio porte, conforme reza o art. 61, II, "c" do Dec. 44.309/06, no qual foi enquadrado pelo autuante.

Quando da capitulação da conduta do autuado, verifica-se que ocorreu um *bis in idem*, haja vista que se o mesmo praticou a conduta do art. 87, II do Dec. 44.309/06, o qual prevê a constatação da existência de poluição ou degradação ambiental, não poderia ser também enquadrado no inciso IX do mesmo diploma legal, tendo em vista que a conduta incriminada neste último inciso, também abarca a possibilidade de causar poluição ou degradação ambiental.

Desta forma, não pode prevalecer a soma das multas em face das 02 (duas) condutas, haja vista que a primeira consumiu a segunda, devendo esta ser desconsiderada para os fins em comento.

Ademais, em face da espontaneidade do autuado em regularizar suas atividades, em caso de manutenção da penalidade de multa, esta deveria ser aplicada no mínimo legal, qual seja, R\$ R\$30.001,00 (trinta mil e um reais).

Insta observar ainda que, o proprietário afim de regularizar suas atividades, mesmo antes de ser autuado, já estava providenciando a elaboração da documentação pertinente à abertura do processo de solicitação de Licenciamento Ambiental perante o órgão ambiental competente.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, o autuado requer:

- 1) Conversão da multa em Advertência, ou;

4
SAB



- 2) Suspensão da exigibilidade da multa pela Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou;
- 3) Em caso de manutenção da pena de multa que esta seja cominada no mínimo legal, tendo em vista ser o empreendimento de médio porte, conforme art. 61, II, "c" do Dec. 44.309/06 ou;
- 4) Redução do valor da multa em um terço, considerando o Art. 79, § 2º, inc. II e IV do Dec. 43.710/02, levando-se em consideração as atenuantes.
- 5) Caso seja mantida a multa, em qualquer valor, que seja concedido parcelamento compatível com a economia e realidade de nosso país.


IV - PROVAS

O autuado pretende provar o alegado através dos seguintes documentos:

- 1) Cópia do FCEI nº R043244/2008 (anexo 01);
- 2) Cópia do FOBI nº 216155/2008 (anexo 02);
- 3) Cópia do contrato de prestação de serviços com a Solução Ambiental (anexo 03);

Termos em que,
Pede deferimento.

Ravena, 25 de junho de 2008.


KELEN MARIA DE OLIVEIRA BARROS
CONSULTORA JURÍDICA/PROCURADORA
OAB/MG 112339



PROCESSO: 3001/2001/002/2009
AUTO DE INFRAÇÃO: 17351/2008
AUTUADO: Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.

PARECER

1 - RELATÓRIO

O empreendimento foi autuado como incurso no art. 87, II c/c art. 69, II, "a" e art. 87, IX c/c art. 69, II, "c", todos do Decreto 44.309/06, por operar sem licença de operação e por lançar efluentes líquidos sem tratamento em terreno próximo ao empreendimento. Foram aplicadas as seguintes penalidades:

a) multa simples no valor de R\$ 50.001,67, com base no art. 87, II e art. 69, II, "a", ambos do Decreto 44.309/06; b) multa simples no valor de R\$ 50.001,67 com base no art. 87, IX e art. 61, II, "c", ambos do Decreto 44.309/06; c) suspensão das atividades até regularização junto ao órgão ambiental competente.

Devidamente notificado da lavratura do auto de infração (pág. 04), o autuado apresentou, tempestivamente, defesa administrativa no dia 27/06/2008 (pág. 12z e seguintes).

2 - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 - Da Denúncia Espontânea

Alega o autuado que a penalidade aplicada por ausência de Licenciamento Ambiental deve ser afastada tendo em vista a denúncia espontânea caracterizada pelo protocolo do FCEI junto ao órgão ambiental competente no dia 15/04/2008, por ser anterior à fiscalização que ocorreu no dia 06/06/2008.

Razão não assiste a autuada, senão vejamos.

O art. 16 do Decreto 44.309/06, que disciplina a exclusão da responsabilidade da infração ambiental pela denúncia espontânea, exige que a licença ambiental seja requerida concomitantemente com a referida denúncia.

Art. 16. A responsabilidade por infração ambiental decorrente da instalação ou operação de empreendimento ou atividade sem as licenças ambientais competentes ou sem a autorização ambiental de funcionamento será excluída pela denúncia espontânea, se o infrator, concomitantemente com a denúncia formalizar pedido de LI ou LO, em caráter corretivo, ou autorização ambiental de funcionamento e, demonstrar a viabilidade ambiental do empreendimento, obtendo a licença, nos prazos previstos no art. 13.

Cidade Administrativa Tancredo Neves
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº - Edifício Minas - 1º andar - Bairro Serra Verde
Telefone: 3915-1231 - Cep: 31620-900 - Belo Horizonte / MG
home page: www.meioambiente.mg.gov.br



Resta consabido que o requerimento de licença ambiental caracteriza-se pelo protocolo dos documentos requeridos no FOBI – “entrega de documentos”.

Desse modo, não há como aplicar o art. 16 do Decreto 44.309/06, porquanto não logrou êxito o empreendedor em provar que o requerimento de licença ambiental – requisito indispensável para a exclusão requerida – ocorreu em data anterior à fiscalização que culminou na aplicação da penalidade por operar sem licenciamento ambiental.

2.2 – *Bis in idem*

Alega o autuado a ocorrência do *bis in idem*, porquanto as penalidades aplicadas preveem a degradação ambiental.

Da detida análise dos autos, constata-se que o empreendedor foi autuado por operar sem licença ambiental (art. 87, II, Decreto 44.309/06) e por lançar efluentes líquidos em desconformidade com a legislação ambiental vigente.

Desse modo, não há falar em *bis in idem*, porquanto são condutas distintas e, por isso, corretamente aplicadas as penalidades pelo agente fiscalizador.

2.3 – Das agravantes

Alega o autuado que o valor das multas deveria ser fixado no mínimo legal, qual seja, R\$ 30.001,00, porquanto não deveriam incidir as agravantes do art. 69, II, “a” e “c”, Decreto 44.309/06.

No entanto, o autuado não logrou êxito em comprovar os motivos que levariam ao afastamento das agravantes aplicadas pelo agente fiscalizador. Desse modo, não há como afastá-las, porquanto presentes a maior gravidade dos fatos e o dano o perigo de dano ensejadores de suas aplicações.

2.4 – Da Adequação do Valor da Multa

Foram aplicadas à autuada as seguintes penalidade: a) de multa simples no valor de R\$ 50.001,67, com base nos arts. 87, II e 69, II, “a”, ambos do Decreto 44.309/06; b) multa simples no valor de R\$ 50.001,67, com base no art. 87, IX e art. 69, II, “c”, ambos do Decreto 44.309/06. No entanto, o Decreto 44.844 determina a aplicação dos valores estabelecidos neste decreto quando mais benéficas aos autuados nas infrações aplicadas antes da sua vigência.

Art. 96, Decreto 44.844/06. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Por ser mais benéfico ao autuado, recomenda-se a redução dos valores das multas aos patamares estabelecidos no Anexo I do Decreto 44.844/06. Assim, recomendamos a redução das multas simples para o valor de R\$ 26.666,66, cada uma.



2.5 – Da suspensão das Atividades

Da detida análise dos autos e do SIAM, verifica-se que penalidade de suspensão das atividades aplicada no auto de infração sob comento não mais subsiste, tendo em vista que o empreendimento regularizou-se no dia 25/05/2009, conforme certificado em anexo.

3 – Conclusão

Isso posto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM, opinando pela manutenção da penalidade de multa simples aplicada com fundamento no art. 87, II, c/c art. 69, II, "a", ambos do Decreto 44.309/06, com os valores devidamente corrigidos conforme determina o art. 96 do Decreto 44.844/06 para R\$ 26.666,66 e da penalidade de multa simples aplicada com fundamento no art. 87, IX c/c art. 69, II, "c", ambos do Decreto 44.309/06, com os valores devidamente corrigidos conforme determina o art. 96 do Decreto 44.844/06 para R\$ 26.666,66, pelos fundamentos expostos no corpo deste parecer.

Ressalta-se que a penalidade de suspensão das atividades não mais subsiste, tendo em vista a regularização ocorrida no dia 25/05/2009, conforme certificado em anexo.

Recomendamos, ainda, a notificação do autuado para, querendo, apresentar recurso contra a presente decisão no prazo de 30 dias ou efetuar o pagamento da multa imposta, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

Por fim, fica dispensado o envio à Procuradoria da FEAM em razão da revogação do inciso V do art. 13 do Decreto 45.825/2011 e parecer jurídico da AGE 15.507/2015.

S.m.j., é o parecer.

Belo Horizonte, 6 de abril de 2017.


Paulo Luis Guimarães Oliveira
Gestor Ambiental - Jurídico
MAGP 1578.344-4



DECISÃO

PROCESSO Nº: 3001/2001/002/2009

AUTUADO: RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA.

ASSUNTO: AJ N. 17351/2008

DECISÃO: o Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM, nos termos do art. 16-C, § 1º, da Lei n. 7.772 de 8 de setembro de 1980, e tendo em vista o Parecer Jurídico, decide manter o Auto de Infração acima mencionado e, por conseguinte, manter as penalidades de multa simples, devidamente adequadas para o valor de R\$ 26.666,66 cada uma, nos termos do art. 96 do Decreto n. 44.844/2008 e 87, II e IX c/c art. 69, II, “a” e “c”, todos do Decreto 44.309/2006. Destaca-se que a penalidade de suspensão das atividades não mais subsiste, tendo em vista a regularização ocorrida no dia 25/05/2009, conforme certificado retro.

Encaminhe-se à arrecadação para emissão de DAE. O autuado deverá ser notificado da decisão administrativa e dentro do prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar recurso ou efetuar o pagamento. Dê ciência ao interessado na forma da Lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

Belo Horizonte,

11 abril 2009

RODRIGO DE MELO TEIXEIRA

Presidente da FEAM

A

FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SUPRAM/SM – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUL DE MINAS
CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM – CONSELHO ESTADUAL
DE POLÍTICA AMBIENTAL



Auto de Infração 17351/2008

Processo Administrativo: 3001/2001/002/2009

RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA., sociedade comercial, portadora do CNPJ 41.694.506/0001-25, com endereço na Rodovia BR 381, s/n, km 23, CEP: 34.517-740, em Sabará / MG, já qualificada nos autos do auto em epígrafe, por seus procuradores in fine assinados, vem, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar seu **RECURSO DA PENALIDADE APLICADA cominado com pedido de pagamento de eventual pena com as prerrogativas da Lei 21.735/2015**, lastreando-se nas relevantes razões de fato e de direito adiante alinhavadas:

I. DOS FATOS

O posto revendedor acima mencionado fora autuado por agente ambiental, momento em que se lavrou auto de infração consubstanciando as infrações descritas como:

*Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

II - instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças de Instalação ou de Operação, se constatada a

[Handwritten signature]
UAI

existência de poluição ou degradação ambiental - Pena: multa simples; ou multa simples e embargo da atividade ou obra em implantação; ou multa simples, embargo e demolição de obras das atividades em implantação; ou multa simples e demolição de obra em implantação; ou multa simples e suspensão da atividade em operação; ou multa simples, suspensão de atividades e demolição de obras das atividades em operação; e, quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

(...)

IX - causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural - Pena: multa simples e embargo de obra ou atividade; ou multa diária; e, quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;"



Para as infrações designadas sob os n.º 1 e 2 do auto de infração, quais sejam aquelas correspondentes ao artigo 87, incisos II e IX, foi aplicada multa de R\$ 26.666,66 (vinte e seis mil seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta centavos) para cada.

Apresentada defesa tempestiva, o órgão ambiental reduziu o valor da multa, aparentemente por apenas por descaracterizar a circunstância agravante inicialmente imputada. Mas corrigiu e aplicou juros ao valor minorado, atualmente no importe total de R\$ 177.332,16 (cento e setenta e sete mil reais trezentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos).

A despeito de não concordar o autuado com a aplicação da sanção pecuniária, este se dispõe a realizar o pagamento à vista da multa com a minoração facultada no artigo 10, I da Lei 21.735, publicada em 03 de agosto de 2015, ex vi:

"Art. 10. O débito consolidado poderá ser pago:
I - à vista, com até 90% (noventa por cento) de redução das multas;"

Assim, o empreendedor, com fins de não ser inscrito em dívida ativa e poder obter o benefício de direito conferido em norma regular, apresenta o

presente recurso. Tem por fim seja realizada análise em 2ª Instância Administrativa acerca da ilegalidade da autuação ou, alternativamente, a possibilidade de pagamento integral da multa com desconto de 90% determinado pela Lei 21.735/2015, sem que haja acréscimos e correção, uma vez que somente no momento de decisão definitiva é que haverá liquidez e exigibilidade do crédito.



Outrossim, em que pese o renomado conhecimento jurídico e técnico deste órgão, a infração imputada ao empreendimento deve ser julgada insubsistente, consoante demonstrado nas razões abaixo aduzidas. Comprove-se, pois:

II - DA DEFESA

II.1 - DOS VÍCIOS CONTIDOS NO ATO ADMINISTRATIVO - AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE VALIDADE - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

Inicialmente, cumpre pontuar que existe nulidade insanável que macula de ilegalidade o Auto de Infração ora impugnado, acarretando no cancelamento de seus efeitos, mormente aplicação de multa.

O auto de infração ora hostilizado fora lavado em junho de 2008. Recebida a defesa administrativa em 27/06/2008, conforme consta do andamento processual extraído do sistema eletrônico do órgão estadual¹. A mais recente ação

¹ Documentos do processo: 03001/2001/002/2009

Total de Registros: 2

Protocolo	Tipo	Data	Emitente	Status
R075307/2008	DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO	27/06/2008	RAVENA AUTO POSTO E SERV. LTDA	RECEBIDO - AGUARDANDO DIGITALIZACAO
0146154/2009	AUTO DE INFRAÇÃO	16/04/2009	NAI	NÃO DIGITALIZADO

Disponível em:

http://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/processo_emprto_emprdor.jsp?pageheader=null&num_pi=03001&ano_pt=2001&nome_emprededor=&cpf_cnpj_emprdor=&num_fob=&ano_fo

administrativa conquanto a tal procedimento somente ocorreu mais de oito anos após a lavratura do AI.



Obviamente sucedeu a prescrição intercorrente, a qual ocorre quando, sem que houvesse medida a ser adotada pelo administrado, o processo administrativo queda parado por mais de 3 (três) anos, sem que qualquer ação haja pelo órgão competente para processamento e julgamento.

A Lei Estadual 14184/2002 é silente a este respeito, aplicando-se o Decreto Federal no que seja omissa a norma estadual. Este Decreto, a respeito da prescrição intercorrente assim dispõe:

"§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso."

No mesmo sentido, já pacificou o STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE ADMINISTRATIVA. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO OU DESPACHO POR MAIS DE TRÊS ANOS. ART. 1º, § 1º, DA LEI N 9.873/99. OCORRÊNCIA. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO." (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.371 - PE (2013/0292247-1), Data do Julgamento: 08/04/2014 Relator: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES)

Conforme já narrado, após apresentação de defesa administrativa tempestiva pelo posto revendedor, ação que lhe cabia em junho de 2008, a SUPRAM/FEAM demorou mais de 3 (três) anos para adotar qualquer outra movimentação ou despacho, somente vindo a comunicar sua decisão em 2017.

b=&cod_atividades=&cod_outros_municipios=&nome_empresa=&cpf_cnpj_empresa=&tipoProcesso=&num_apelacao=&cod_empresa=&ano_apelacao=

Assim, não existe outra medida que não o arquivamento do procedimento administrativo, afastando-se produção de efeitos do Auto de Infração objeto deste PA diante da irrefutável ocorrência de prescrição administrativa intercorrente.



Inclusive, cumpre pontuar que tal instituto jurídico ocorreu por exclusiva culpa e ausência de observância às prescrições legais impostas à administração pública.

O artigo 36 da lei Estadual 14.184/2002 determina o direito do administrado de produzir alegações no prazo de dez dias, de forma que deve ser intimado para tanto, porem nenhuma comunicação foi feita à empresa autuada. Ademais, o artigo 5º do mesmo diploma legal, assegura o direito de produção de provas no curso do processo administrativo, o que foi desconsiderado pela renomada Fundação Estadual.

Destarte, a imposição de multa em função de julgamento e a produção de provas e alegações representam situações que, por força das determinações legais citadas, ensejam intimação, com todos seus requisitos legais. Mas tal diligência não foi observada pela FEAM, o que causou, por sua escolha e culpa a prescrição intercorrente que impõe arquivamento do PA e cancelamento do Auto de Infração.

**II.2 - DO INTEGRAL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELO POSTO -
EXISTÊNCIA DE PROCESSO PARA OBTENÇÃO DE LO EM TRÂMITE NO MOMENTO
DA AUTUAÇÃO - RESPALDO DA DN 108/07 COPAM COM PRAZO NÃO VENCIDO**

Cabe mencionar que a prescrição intercorrente impede aplicação de pena pecuniária. Nada obstante, cumpre esclarecer que o posto revendedor jamais se furtou ao cumprimento de suas obrigações.

Para brevemente narrar o motivo de não haver ilicitude na conduta da empresa quando da fiscalização em 2008, importante perceber que o licenciamento ambiental de postos de combustíveis somente foi instituído em 2000,

emitido pela própria SUPRAM, que segue anexado. Havia ainda prazo para sua adequação, que deve anteceder a obtenção de licença.



Tal Licença de Operação fora devidamente obtida em maio de 2009, com processo iniciado antes de expirado o prazo da DN COPAM 108/07, não havendo ilicitude em sua conduta, respaldada por prazo concedido pelo próprio Poder Público antes da lavratura do Auto de Infração.

Não pode haver punição da empresa se esta adotou as providências regulares para sua regularização a tempo e modo devidos, dependendo de análise e provimentos da própria Administração Pública, conforme remansosa jurisprudência, *verbis*:

"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO QUE DEFERIU LIMINAR - PRESENÇA DA RELEVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E URGÊNCIA DA MEDIDA - PARALIZAÇÃO DE ATIVIDADES POR SUPOSTA IRREGULARIDADE - AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL - MOROSIDADE DA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO - DECISÃO MANTIDA. - Considerando que a impetrante já diligenciou os mecanismos necessários para a regularização das atividades exploradas pela empresa, não obtendo êxito, contudo, até o momento, por morosidade da própria administração, não se mostra razoável a manutenção da ordem que ensejou a impetração do presente 'mandamus'. - A medida liminar em mandado de segurança deve ser deferida se forem relevantes os fundamentos da impetração, bem como se houver a possibilidade de o ato impugnado causar a ineficácia da ordem judicial, se concedida a final (art. 7º, III, Lei nº 12.016/09). - Decisão mantida." (TJMG, AI nº 1.0000.09.513290-8/001, Relator: Exmo. Sr. Des. Eduardo Andrade, Data do Julgamento: 05/05/2010, Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível)

A empresa, portanto, não estava descumprindo a legislação de regência, haja vista que realizou todas as empreitadas para adequação da infraestrutura do estabelecimento comercial dentro dos prazos determinados pela DN 108/07 COPAM, conforme comprovam relatórios fotográficos e notas fiscais acostadas.

Assim, tendo em vista a alteração legal promulgada antes da fiscalização, que albergava o empreendimento enquanto executava as medidas de adequação ambiental pré licenciamento, não existe conduta transgressiva a ser penalizada com multa.

II. 3- DA IMPOSSIBILIDADE DE LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO – NÃO CONSTAÇÃO DE DANO AMBIENTAL – INCOMPATIBILIDADE COM O TIPO LEGAL – DUPLA PUNIÇÃO.

Existe, nada obstante a necessidade de cancelamento do ato administrativo por ausência de ato ilícito, incompatibilidade dos tipos legais imputados ao empreendimento, pelo que não pode o mesmo ser punido por conduta que não corresponde àquela descrita em artigo de Lei.

Isto porque, existe ato administrativo imputando a infração ao posto revendedor de combustíveis, em que se consigna a **INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS** tipificadas nos incisos II e IX do artigo 37 do Decreto 44.309/06, em que se pressupõe ocorrência de dano ambiental.

O renomado fiscal alegou que a suposta degradação ambiental estaria derivando de suposta ausência de Licença de Operação, sem realizar qualquer aferição técnica no local acerca desta inferência.

Entretanto, somente mediante prova escorreita e técnica acerca de dano/degradação ambiental, é que pode haver punição do suposto transgressor por tal motivação, conforme remansosa jurisprudência e doutrina:

"Ação civil pública – Objetivo – Proteção do Meio Ambiente – Canavial – Queimada para limpeza do solo – Dano ambiental – Ausência de comprovação científica – Nexo de causalidade não evidenciado – Ação improcedente – Recurso provido" (JTJ 251/21, Rel. Ricardo Lewandowski)².

Ao juiz caberá, caso a caso, verificar a superação do limite a partir do qual se constata dano ambiental, ou seja, analisar a capacidade real e concreta de absorção do bem ambiental em determinado momento histórico, apreciando as circunstâncias de tempo, lugar e evolução da tecnologia. **Por isso, é possível afirmar que o limite de tolerabilidade será extraído das provas, notadamente de natureza técnica e científica, em**

² DE FREITAS, Gilberto Passos. A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo em matéria ambiental. Campinas, SP: Millenium, 2005. Pág. 79

ação de reparação de danos ambientais (Mirra 2002, p.100-11).³



"Meros indícios de degradação ambiental, correspondente à secagem de quatro pinheiros, sem prova pericial específica, não são suficientes para a positivação da efetiva degradação ambiental, e, mais ainda, significativa, como exigido pelo tipo penal do artigo 54, § 2º, inciso V, da Lei 9.605/98." (TJRS, Apelação 70036655439, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Data do Julgamento: 25/11/2010)

E, nesta situação, em que jamais houve qualquer rastro que justificasse pressuposição de dano ambiental, obviamente que a presunção de veracidade dos atos administrativos perde força e sua relatividade, admitindo indícios em contrário que devem prevalecer, conforme reiterados julgados:

"Logo, em princípio, se o interessado impugnar o ato impositivo, inverte-se o ônus da prova, cabendo a Administração demonstrar os fatos imputados aos infratores. Nesse sentido Lucia Valle Figueiredo, consoante a qual: a prerrogativa de tal importância – presunção de legalidade – deve necessariamente corresponder, se houver confronto, a inversão do ônus probandi. Isso é claro, em princípio. Explicam Sérgio Ferraz e Adilson de Abreu Dallari: **A administração-parte tem de provar as suas alegações, sob pena de não as ver reconhecidas (TRF 4ª R., Ap.cível 96.04.47023/0-RS, Rel. Juiz Antonio Albino de Oliveira, DJU 21.07.1999, Seção 2, p. 384.)**"⁴

O fiscal nunca realizou qualquer teste no solo ou sequer requisitou análise técnica e/ou remediação do local. Por outro lado, o posto revendedor, atendendo a pedidos do órgão ambiental, realizou análise de passivo, cujo laudo segue anexado. Este estudo foi realizado por empresa habilitada e acreditada, a qual concluiu de forma taxativa que não existe qualquer degradação no local, assim vazando sua conclusão/recomendação:

"Com relação aos valores de VOC – Compostos Orgânicos Voláteis registrados nos trabalhos de campo, informamos que nas sondagens executadas não obtivemos valores significativos (maiores de 1.000, 0 ppm) na área do empreendimento.
(...)"

³ Philippi Jr., Arlindo, Alves, Alor Caffé (Editores). Curso interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2005. Pág. 449.

⁴ VITTA, Heraldo Garcia. *A Sanção no Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 107.

A análise de risco preliminar realizada não indicou a presença de risco associado ao cenário do empreendimento Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.*



Ou seja, jamais poderia haver aplicação da pena descrita no inciso IX do artigo 37 Decreto 44.309/06, o qual caracteriza causar dano ambiental, tendo em vista que existe laudo técnico descartando tal ocorrência.

Tampouco poderia haver aplicação da multa por infração gravíssima prevista no inciso II do mesmo diploma, o qual prevê funcionar sem licença SE constatado dano ambiental, já comprovadamente inexistente *in casu*.

Assim, comprovada de forma insofismável a inexistência de passivo ambiental, nenhum dos tipos legais poderia ser aplicado à empresa recorrente.

Nada obstante, existe dupla punição e *bis in idem* no caso em tela. Isto porque, aplica-se pena por funcionar sem licença, com pressuposição de causar contaminação – artigo 37, inciso II do Decreto 44.309/06. Obviamente que tal dano (inexistente) já está sendo objeto da pena. Não pode haver outro tipo legal autônomo com esta mesma previsão – artigo 37, inciso IX -, o que caracteriza dupla punição, vedada pelo ordenamento pátrio, conforme remansosa jurisprudência:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL - OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO - MULTA ADMINISTRATIVA - MESMO FATO GERADOR - PROIBIÇÃO DO BIS IN IDEM, (...)
- Restando comprovado que a devedora foi autuada duas vezes pela mesma infração, deve ser reconhecida a nulidade da segunda multa, sob pena de ofensa ao *bis in idem*. (AP CÍVEL/REEX NECESSÁRIO Nº 1.0105.13.040949-0/001, Relator: Des. Rodrigues Soares, Data do Julgamento: 20/03/2016)

Assim, o tipo legal "causar poluição", já está englobado no outro dispositivo imputado: "funcionar sem LO, se constatado dano ambiental". A aplicação das duas tipificações é obviamente excessiva e ilegal.

E, mesmo por amor ao debate, ainda que fosse reconhecido algum descumprimento à legislação, o auto de infração deveria ter sido lavrado tipificando a infração (funcionar sem LO – lembrando-se que o posto possuía prazo como grave, pois se repita não existe dano ambiental (=degradação ou poluição) no empreendimento.



Dessa forma, o auto de infração, apenas para fins de argumentação, ainda que fosse válido, deveria ser lavrado, apenas pelo suposto funcionamento sem licença e sem a menção ao dano ambiental.

TAL FATO IMPLICA NA DIMINUIÇÃO DA MULTA, NA REMOTA HIPÓTESE DE SUA MANUTENÇÃO. PARA O VALOR MÁXIMO DE R\$ 10.001,00 (DEZ MIL E UM REAIS), tendo em vista que o empreendimento era de médio porte no momento da vistoria e a multa é baseada pelo Decreto 44.844/08, pois julgada após publicação deste decreto, conforme artigo 96⁵.

Compila-se de valores de penas exposta no Decreto 44.844/08, para demonstrar que a multa jamais poderia superar dez mil reais, por todo o exposto:

Infração Grave	Porte Inferior	Pequeno	Médio	Grande
Valor	250,00	2.501,00	10.001,00	20.001,00

⁵ “Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.”

II.4 – DA IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NOS MOLDES EFETUADOS



Além do valor imputado não corresponder ao valor base legal permitido, ainda cabe mencionar que a FEAM aplicou a este valor inicial juros de mora e correção monetária desde a lavratura do Auto de Infração, até decisão que sequer é definitiva, pois admite recurso, tempestivamente protocolizado.

Tal conduta traz em si ilegalidade e deve ser reprimida, uma vez que não pode ser acrescido ao valor inicial da multa correção monetária e juros de mora contados a partir da lavratura do Auto de Infração. Isso porque, neste momento, não existe obrigação certa, líquida e exigível, posto que ainda não estava formalizada a dívida ativa, consoante normas do próprio Poder Público.

Em outras palavras, desde a suposta constatação de infração até que a mesma fosse julgada de forma não definitiva, por morosidade e escolha do próprio órgão, passaram-se mais de 55 (cinquenta e cinco meses). Não pode a autora arcar com juros por crédito que não é exigível até a presente data, por não haver decisão definitiva, bem como não pôde interferir no tempo demandado pela administração pública.

Neste diapasão, somente gerará título executivo a decisão irrecorrível inscrita em dívida ativa, o qual emprestará à pena pecuniária a qualidade de ser líquida, certa e exigível. Por este motivo, o administrado não pode ser compelido a arcar com a correção monetária e juros de mora durante o decurso de tempo em que o processo está sendo analisado pela Administração Pública.

Não é legítimo que a FEAM aplique ampliações à quantia imputada a título de multa ao autuado enquanto demora anos para proferir decisões no processo administrativo o que já aumentou a multa em mais de seu triplo.

Ressalte-se que doutrina e jurisprudência são pacíficas e remansosas no sentido de declarar que somente após todos os procedimentos para que

multa possa ser efetivamente cobrada poderá ser dado início à cobrança de correção monetária e juros. Comprove-se, pois:



"PROCESSO CIVIL. DANOS MORAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. DECISÃO DEFINITIVA. TERMO A QUO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RAZÕES DE DECIDIR. JULGADOR. SENTENÇA BREVE. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1.(...), O TERMO A QUO PARA A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, É A DATA EM QUE FOI ARBITRADO O VALOR DEFINITIVO DA INDENIZAÇÃO. IN CASU, A PARTIR DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL. QUANTO AOS JUROS DE MORA, EM QUE PESE O ARTIGO 405 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, O MARCO TEMPORAL PARA SUA FIXAÇÃO DEVE SEGUIR A DETERMINAÇÃO DA DECISÃO DEFINITIVA, SOB PENA DE FERIR-SE A RES IUDICATA.". (Processo 20040110980110APC – DF, Registro do Acórdão 248438, Data do Julgamento 07/06/2006, Órgão Julgador: 1ª Turma Cível, Relator Flávio Rostirola).

Mesmo diante da demonstração de ser cabível o cancelamento da multa aplicada, cabe mencionar, na hipótese de sua persistência, que, além de dever ser reduzida ao valor legalmente estabelecido, a pena pecuniária inicial somente pode receber aditamento de juros e correção a partir do momento que se torne líquida, certa e exigível.

II.5- DAS ATENUANTES

Quanto à aplicação das atenuantes, cumpre mencionar que o administrado faz jus a aplicação de, **pelo menos três**, sem prejuízo de aplicação *ex-officio* de outras, que a Administração julgar cabíveis, ou que, porventura, aparecem no decorrer do feito administrativo. As atenuantes que devem ser imputadas são aquelas consubstanciadas nas alíneas "A", "C" e "E" do artigo 68, inciso I do Decreto 44.844/08, *verbis*:

"Art. 68. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I - atenuantes:

a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato,



hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento.

(...)

c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

(...)

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;"

O empreendedor faz jus a incidência da atenuante descrita no art. 69, inciso I, alínea "A", do Decreto 44.844/2008. Isto porque, no momento da fiscalização, o empreendimento estava, dentro dos prazos previstos na DN 108/07 COPAM, dando andamento a sua adequação ambiental, a qual foi ultimada satisfatoriamente de forma tempestiva, tanto que a própria SUPRAM concedeu Licença de Operação ao empreendimento.

O empreendedor também faz jus a incidência da atenuante descrita no art. 69, inciso I, alínea "C", do Decreto 44.844/2008. Isto porque, inexistiu dano/degradação, o que não importou em consequências para o meio ambiente, uma vez que existe laudo técnico atestando tal fato, o que, por si só, já demonstra a menor gravidade dos fatos e suas consequências.

A atenuante do inciso I, alínea "E" do mesmo diploma legal, também pode ser aplicada ao empreendimento, uma vez que este se dispôs a realizar reuniões e analisar medidas de mitigação do impacto ambiental de sua atividade perante o órgão ambiental.

III - DO PEDIDO

Assim, requer seja julgado insubsistente o auto de infração, excluindo a aplicação concreta da pretensão punitiva (multa), seja pelo reconhecimento da prescrição intercorrente ou, alternativamente, diante da existência de vício de motivação (inocorrência de ilícito). Caso seja mantido o auto de infração, requer seja a multa convertida ao valor legal de R\$ 10.001,00, haja vista não poder ser a infração

classificada como gravíssima, afastando também a aplicação de juros e correção monetária até que prolatada e comunicada decisão ao presente recurso.

Ainda em caso de manutenção do auto de infração, com ou sem aceitação dos argumentos ora articulados, requer emissão de DAE para pagamento à vista da multa com a redução de 90%, nos termos do artigo 10, I da Lei 21.735/2015, sem que isto consista em confissão, mas apenas intenção de por termo ao processo.

Requer, ainda, seja o empreendimento intimado no endereço preambular para atender a todas as manifestações facultadas pela Lei Estadual 14.184/2002. Por cautela, protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, mormente a juntada ulterior de documentos.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2017.


RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 41.694.586/0001-25



Ipatinga, 22 de julho de 2009.

REF.: Cumprimento de condicionante

Conforme solicitado no Anexo I das condicionantes da Licença de Operação do empreendimento **RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 41.694.506/0001-25, localizado na Rodovia BR 381, km 23, s/nº - Ravena no município de Sabará-MG, favor anexar no processo técnico nº 03001/2001/001/2008 os documentos citados abaixo:

- Relatório fotográfico, comprovando a conclusão da pista de abastecimento, da área de descarga de produto e de troca de óleo;
- Apresentar documentação comprobatória de treinamento de segurança, meio ambiente e brigada de incêndio de todos os funcionários do empreendimento.

Comunicamos que a condicionante do item 4 do anexo I não foi protocolado, pois o projeto de incêndio está sendo analisado pelo corpo de bombeiros, estamos aguardando aprovação do mesmo para apresentação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros -AVCB neste órgão.

Atenciosamente,


Ariete Rodrigues
Eng.º Sanitarista e Ambiental
Solução Ambiental

**Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -
Região Central Metropolitana Bacia Paraopeba e Velhas
Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 90
Belo Horizonte - MG
CEP 30330-000**

Rua Jequitibá, 568 - 2º andar - Morro - Ipatinga - MG - 35.160-306 - 31 - 3822-4012
solucao@solucaoambiental.com

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 01 e 02 - Conclusão da Pista de abastecimento



Foto 02



Foto 03 - Área de descarga de produto



Foto 04 e 05 - Vala de troca de óleo

Rua Jequitibá, 568 - 2º andar - Horto - Ipatinga - MG - 35.160-306 - 31 - 3822-4012
solucao@solucaoambiental.com



Foto 05

**SIDERAÇO INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA.**

BR 101 - km 100,4 - NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
BALNEÁRIO PIÇARRAS - SANTA CATARINA - CEP 88380-000
Fone/Fax: (47) 2104-8700
<http://www.sideraco.ind.br>

NOTA FISCAL - FATURA

☒ SAÍDA ☐ ENTRADA

Nº

005463
SÉRIE 11ª VIA
DESTINATÁRIO
REMETENTEDATA LIMITE PARA
EMIÇÃO
00.00.00CNPJ
75.487.058/0003-72INSCRIÇÃO ESTADUAL
255.114.966

NATUREZA DA OPERAÇÃO

C.F.O.F.

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRF

RENTABILIDADE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - SÃO PAULO

CNPJ 07.294.233/0001-18

RUA SURWE Nro. 250

FONE/FAX

CAPESITE

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ENDEREÇO

(011) 6915-8892

SP

097/69140111

NOME DO

VENCIMENTO

5413/1

VALOR R\$

20/09/2008

DADOS DO PRODUTO

22.769,89

COD. PROD.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

C.F.

UNID.

QUANT.

VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL

LITROS

VALOR R\$

10631

TANQUE SUB JAQUETADO 30.000L 15/15 NBR15785
PAREDE DUPLA HAD METALICA COM TUBO DE MONITORAMENT
O INTERMEDIARIO DE 15 / 15 / NR DE SERIE 35.
635 // PEDIDO 4801031927 ITEM 20 // ALMOXARIFADO
DE SANTO ANDRE/SP // NF DE CUPOM PETROBRAS NR
054.628

1

000

UN

1,00

22.769,89

22.769,89

12

0

0,0



PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0229450100

TOTAL DOS SERVIÇOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

VALOR DO ICMS

BASE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO

VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

VALOR DO PREÇO

VALOR DO ICMS

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

VALOR TOTAL DO ICMS

VALOR TOTAL IMPOSTO

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL DO TRANSPORTADOR

FRETE POR COPIA

PLACA VEÍCULO

UF

CNPJ

TS TRANSPORTES LTDA

FRETE POR COPIA

PLACA VEÍCULO

UF

CNPJ

489777710001-15, 705 5414-02-489777710001-15

FRETE POR COPIA

PLACA VEÍCULO

UF

CNPJ

DADOS DE CONTROLE

SP

0

0,00

0,00

Impressão da Nota Fiscal: 05/09/2008 11:43:08

NGU: 0000004574, Geração do NGU: 05/09/2008 11:42:49

Classificação Fiscal:

1 = 7309,00,90

IPI 0% OFE ART 1 NR 5468/05 DE 16/06/05

VENDA A ORDEN PARA BOMBA AUTO POSTO E SERV. LTDA ROD. BR 381 S/

N SABARA MG, CNPJ 41.694.506/0001-25 IE 567.7607110037 NF DE REMESS

A NR 5414 SÉRIE 1 DE 05/09/08

Nº DE CONTROLE DO FOMULÁRIO

005715

RECEBEMOS DE SIDERAÇO INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA, OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL - FATURA INDICADA AO LADO.

NOTA FISCAL - FATURA

**SIDERAÇO INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA.**BR 101 - km 100,4 - NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
BALNEÁRIO PIÇARRAS - SANTA CATARINA - CEP 88380-000

Fone/Fax: (47) 2104-6700

<http://www.sideraco.ind.br>**NOTA FISCAL - FATURA**☐ SAÍDA ☐ ENTRADA

Nº 005415

SÉRIE 1

1ª VIA
DESTINATÁRIO
REMETENTEDATA LIMITE PARA
EMISSION
06.00.00

VENDA A ORDEM

8.118

FABRIL INDUSTRIAL DO SUBST. TIRE

75.487.058/0003-72

INSCRIÇÃO ESTADUAL

255.114.966

DESTINATÁRIO / REMETENTE

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - SÃO PAULO

34.274.233-18

RUA SUMRE Nro. 150

ENDEREÇO

CNPJ

09089600

SANTO ANDRÉ

MUNICÍPIO

(011) 6715-8659

FAX

9

109789140111

DATA DE EMISSÃO

05/07/2008

HORA DE EMISSÃO

11:47

FATURA

NÚMERO

20/09/2008

VENCIMENTO

40.461,34

VALOR R\$

40.461,34

DADOS DO PRODUTO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QTD.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10630	TABULE SUB JAQUETADO 30.000L PLENO NERIS765 PAREDE DUPLA NA METALICA COM TUBO DE MONITORAMENT O INTERSTICIAL DJ 30 P 30 / NR DE SERIE 39.399 E 39.395 // PEDIDO 4501031927 ITEM 20 // ALMOXARFI FABRIL DE SANTO ANDRÉ/SP // NF DE CONDIATO PETROBRAS S/NR 054.629	1	000 UN	2,00	20.230,67	40.461,34	12 0	0,0

PRESTACÃO DE SERVIÇO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
122345

VALOR DO IPI

TOTAL DOS SERVIÇOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO IPI	40.461,34	VALOR DO IPI	4.855,36	BASE CÁLCULO IPI COM SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO IPI COM SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	40.461,34
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	VALOR TOTAL DO IPI	0,00
						VALOR TOTAL	40.461,34

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

S TRANSCOR TRANSPORTES LTDA	1 - EMISSÃO 2 - DESTINATÁRIO	PLACA VEÍCULO	SCP	05.751.8087-0001-60	SCP	254.5921100
RUA FRANCISCO REIS, 785 SALA 01 Nro.	ITAJAI	MUNICÍPIO				
QUANTO 2,00	VOLUMES	ESPECIE	SM	MARCA	0	NOBRE
						PESO BRUTO 0,00
						PESO LÍQUIDO 0,00

DADOS ADICIONAIS

Impressão da Nota Fiscal: 05/09/2008 11:49:53
NSU: 0000004576, Geração do NSU: 05/09/2008 11:49:45
Classificação Fiscal:
1 = 7329.00.90
IPI CQ CFE ART 1 NR 5458/05 DE 16/06/05
VENDA A ORDEM PARA BG RAVENA AUTO POSTO E SERV. LTDA ROD. BR 381 S/
N SERRA MG, CNPJ 41.694.506/0001-25 IE 567.7807110037 NF DE REMESS
A NR 5416 SÉRIE 1 DE 05/09/08

Nº DE CONTROLE DO FÓRMULARIO
005717

RECEBEMOS DE SIDERAÇO INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA, OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL - FATURA INDICADA AO LADO.

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOTA FISCAL - FATURA
SÉRIE 1

Nº 005415



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

CERTIFICADO LOC Nº 110 - SUPRAM CM



L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 14º do Decreto nº 44.844, de 25 de Junho de 2008, concede a **Ravena Auto Posto e Serviços Ltda** CNPJ.: 41.694.508/0001-25, Licença de Operação em Caráter Corretivo, para revenda de combustíveis líquidos automotivos, localizada no Município de Sabará, no Estado de Minas Gerais conforme processo administrativo de Nº 03001/2001/001/2008, e decisão da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas, em reunião do dia 25 de Maio de 2009.

☐ Sem condicionantes

☒ Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º de DN COPAM 13/91, sob pena de revogação de mesma)

(A renovação da licença dar-se-á com base nos DN COPAM 61/79 e 023/97)

Esta licença não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

Validade da Licença Ambiental: 25/05/2015.

Belo Horizonte, 25 de Maio de 2009.



José Flávio Mayrink Pereira
Superintendente Regional de Meio
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Região Central Metropolitana Bacia Paraopeba e Velhas

FEAM
FUNDAÇÃO
AMBIENTAL
DE MINAS GERAIS

IEF
INSTITUTO
ESTADUAL
DE FLORESTAS





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

SUPRAM

Protocolo nº: 360810606
Responsável: *[assinatura]*

FCE
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Versão 009

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - FCE

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão social ou nome: RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA

Nome Fantasia:

CNPJ/CPF: 41.694.506/0001-25

Inscrição estadual: 567780711.00-37

Endereço (Rua, Av. Rod. etc.): RODOVIA BR 381, KM 23

Nº/km: S/Nº

Complemento:

Bairro/localidade: RAVENA

Município: SABARÁ

UF: MG

CEP: 34.515-740

Telefone: (31) 3672-3355

Fax: (31) 3672-3355

Caixa Postal:

E-mail: solucao@solucaoambiental.com

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Razão social ou nome: RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ/CPF: 41.694.506/0001-25

Inscrição Estadual: 567780711.00-37

Nome fantasia/apelido:

Endereço (Rua, Av. Rodovia, etc.): RODOVIA BR 381, KM 23

Nº/km: S/Nº

Complemento:

Bairro/localidade: RAVENA

Município: SABARÁ

UF: MG

CEP: 34.515-740

Telefone: (31) 3672-3355

Fax: (31) 3672-3355

Caixa Postal:

E-mail: solucao@solucaoambiental.com

Micro Empresa: ☒ NÃO ☐ SIM

3. ENDEREÇO PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA:

☐ REPETIR CAMPO 1

☐ REPETIR CAMPO 2

Destinatário: SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA

(nome da pessoa que vai receber a correspondência)

Endereço (Rua, Av., etc.): AV. JAPÃO

Nº/km: 533

Complemento:

Bairro/localidade: CARIRU

Município: IPATINGA

UF: MG

CEP: 35.160-118

Telefone: (31) 3822-4012

Fax: ()

Caixa Postal:

E-mail: solucao@solucaoambiental.com

4. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

4.1 - A área do empreendimento abrange outros municípios? ☒ NÃO ☐ SIM (Se sim, informar):

4.2 - A área do empreendimento abrange outros estados? ☒ NÃO ☐ SIM (Se sim, informar):

4.3 - O empreendimento está localizado dentro de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável ou de proteção integral, criada ou implantada, ou em outra área de interesse ambiental legalmente protegida?
☒ NÃO ☐ SIM nome:

4.4 - O empreendimento está localizado em sua zona de amortecimento (ou entorno, no raio de 10 km ao redor da UC), de alguma UC, exceto APA ou RPPN?
☒ NÃO ☐ SIM nome:

5. USO DE RECURSO HÍDRICO

5.1 - O empreendimento faz uso ou intervenção em recurso hídrico? ☐ NÃO (passe ao item 6) ☒ SIM

5.2 - Utilização do Recurso Hídrico é/será exclusiva da Concessionária Local? ☒ NÃO ☐ SIM (passe ao item 6)

5.3 - Existe Processo de Outorga já solicitado junto ao IGAM (Em análise)?

Nº Protocolo do IGAM: N° Protocolo/ Ano: 10052/2014

5.4 - Uso não outorgado (ainda não possui Outorga)

Código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____

Código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____

5.5 - Uso de Volume insignificante? ☐ NÃO ☒ SIM (Uso de volume insignificante é definido pela UPGRH em que o empreendimento está localizado. Informe-se no site do SIAM através DN CERH (9/2004):

Código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____

5.6 - Utilização do Recurso Hídrico é ou será Coletiva? ☐ NÃO ☒ SIM (Informar: DAC/IGAM _____/_____) (A Declaração de Área de Confito DAC/IGAM, deverá ser solicitada no IGAM ou através das SUPRAM's)

Código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____

5.7 - Possui Outorga/Certidão de Uso Insignificante? (Portaria de Outorga publicada)

Nº da Portaria/ano: _____/_____; Nº da Portaria/ano: _____/_____; Nº da Portaria/ano: _____/_____

Nº da Certidão/ano: _____/_____; Nº da Certidão/ano: _____/_____; Nº da Certidão/ano: _____/_____

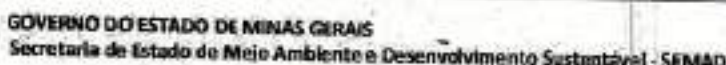
5.8 - Trata-se de Revalidação/Renovação de Outorga?

Nº da Portaria/ano: _____/_____; Nº da Portaria/ano: _____/_____; Nº da Portaria/ano: _____/_____

5.9 - Trata-se de Retificação de portaria de Outorga?

Nº da Portaria/ano: _____/_____; Nº da Portaria/ano: _____/_____; Nº da Portaria/ano: _____/_____

SIGLAS: SUPRAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM's: Jequiehonha (38) 3531-2650, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (34) 3237-3765, Sul de Minas (35) 3229-1818, Norte de Minas (38) 3224-7500, Zona da Mata (32) 3539-2700, Alto São Francisco (37) 3229-2600, Leste Minas (33) 3211-4888, Nordeste de Minas (38) 3675-5711, Central Metropolitana (31) 3223-7700; Escritórios Regionais do IEF: Alto Jequiehonha (38) 3531-3919, Alto Médio São Francisco (38) 3621-2611, Alto Paranaíba (34) 3522-3533, Centro-Nada (31) 3774-6273, Centro-Oeste (37) 3222-9360, Centro-Sul (32) 3331-2033, Mata (32) 3539-2740, Nordeste (33) 3522-3953, Noroeste (38) 3675-6361, Norte (38) 3224-7556, Rio Doce (33) 3277-8606, Sul (35) 3229-1817, Triângulo (34) 3212-5341.



FCE
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

6. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (DAIA) E/OU INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) E/OU DECLARAÇÃO DE COLHEITA E COMERCIALIZAÇÃO (DCC) Versão

6.1 - Caso já tenha processo de intervenção ambiental ou de intervenção em APP ou pedido de Declaração de Colheita e Comercialização - DCC (protocolados e/ou em análise no IEF) referente a esse empreendimento informar o (s) número (s):

6.2 – Caso já tenha Autorização para Intervenção Ambiental – DAIA ou Declaração de Colheita e Comercialização liberada para esse empreendimento informar o (s) número (s):

6.3 – O Empreendimento está localizado em área rural? [] NÃO [X] SIM

6.3.1 – Pretende compensar Reserva Legal em Unidade de Conservação? ☒ SIM ☐ NÃO ☐ SIM

8.4 – Haverá necessidade de nova supressão/intervenção neste empreendimento, além dos itens relacionados nas perguntas 8.1 e 6.2 ? ☒ **NÃO** (passe para o item 7). ☐ **SIM**, responda as perguntas 6.5 e 6.6

6.5 – Ocorrerá supressão de vegetação? ☐ NÃO ☐ SIM, informar:

6.5.1 ☐ nativa ☐ plantada (responda a pergunta abaixo) ☐ nativa e plantada (passe para o item 6.6)

6.5.2 É vinculada, legal ou contratualmente, a empresas consumidoras de produtos florestais? **NÃO** **SIM**

6.6 - Ocorrêrã supressão/intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)? ☐ NÃO ☒ SIM

7. DADOS DA (S) ATIVIDADE (S) DO EMPREENDIMENTO:

☒ Posto revendedor ☐ Posto de abastecimento ☐ Posto fixante ☐ Sistema relâmpago

Obs: Em caso de dúvida sobre o código a ser informado no campo abaixo, não preencher e entrar em contato com o Órgão Ambiental competente, para esclarecimentos. Os códigos das atividades estão listados no anexo 1 da Deliberação Normativa - 74/04, disponível para consulta no site: www.sigm.mg.gov.br

3.1

CÓDIGO (DN 74/04)	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTD.	UNIDADE DE MEDIDA
F-06-01-7	Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistema retailista e postos flutuantes de combustíveis	Capacidade total de armazenamento	150	m³

7.2 – Dados técnicos do Empreendimento:

Nº do registro na ANP: MG0031105 Tipos de tanques: ☒ Aéreo ☒ Subterrâneo

7.3 - Outras atividades listadas na DN 74/2004, nesse empreendimento, caso haja, informe:

CÓDIGO (DN 74/04)	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA*

7.4 – Fase do objeto do requerimento:

[] Projeto [] Instalação, iniciada em ____/____/____ [X] Operação, desde 11/10/1991

7.4.1 - Pretende apresentar requerimento de LP e de LI concomitantemente? ☒ NÃO ☐ SIM

(somente para classes 3 e 4, em fase de projeto)

7.5 - O empreendimento já tem licença ambiental/autorização de funcionamento emitido pelo órgão estadual?
☐ NÃO ☒ SIM, informe os dados abaixo

Nº do Processo COPAM 03061/2001/001/2008

Tipos: ☐ AAF- ☐ LP- ☐ LPUL- ☐ LU- ☐ LIC- ☐ LO- ☒ LOC- ☐ REVLO

7.6 Ampliação ou modificação de empreendimento já regularizado ambientalmente?

[X] NÃO (passe para o item 8) **[] SIM**, preencha abaixo:

Certificado de LO nº _____ / _____ Autorização Ambiental de Funcionamento nº _____ / _____

Fase atual da ampliação: ☐ Projeto ☐ Instalação, iniciada em ____/____/____ ☐ Operação, desde ____/____/____

7.6.1 – Dados referentes à ampliação

[illegible]

SIGLAS: SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SUPRAM's: Jequitinhonha (34) 3531-2600, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (34) 3237-3765, Sul de Minas (35) 3229-1816, Norte de Minas (38) 3224-7550, Zona da Mata (32) 3519-2700, Alto São Francisco (37) 3229-2800, Leste Mineiro (34) 3271-4888, Nordeste de Minas (34) 3676-5711, Central Metropolitana (31) 3228-7700, Escrifitório Regional do IEF - Alto Jequitinhonha (34) 3531-3818, Alto Médio São Francisco (38) 3821-2618, Alto Paranaíba (34) 3822-3533, Centro-Norte (31) 3774-8278, Centro-Oeste (37) 3222-6580, Centro-Sul (32) 3331-2033, Norte (32) 3536-2740, Nordeste (33) 3522-3953, Nordeste (38) 3678-6361, Norte (38) 3224-7550, Rio Doce (33) 3277-8886, Sul (35) 3229-1817, Triângulo (34) 3212-5341.



7.8.2 - Dados da atividade principal do empreendimento já regularizada ambientalmente relacionada à ampliação

Código referente à atividade principal (DN 74/04)	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA*

*Informar SOMENTE a unidade de medida específica para cada uma das atividades, conforme Anexo I da DN COPAM 74/04

7.7 - Está cumprindo as obrigações inerentes à licença vigente, inclusive suas condicionantes? ☐ NÃO ☐ SIM

7.8 - Quer fazer uso da prerrogativa do § 2º, art. 8º da DN 74/2004 (redução de 30% no custo de análise)? ☐ NÃO ☐ SIM

8. Selecione uma opção de Pagamento, tendo como referência a tabela anexa na RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF/IGAM Nº 1919, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013:

8.1- ☐ No ato da Formalização do processo, pagar o valor integral da tabela, e caso os custos apurados na planilha sejam superiores, pagar a diferença antes do julgamento

8.2- ☒ No ato da Formalização do processo, pagar 30% do valor da tabela e o restante em até 5 (cinco) parcelas mensais e consecutivas, não inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil Reais) cada, e caso os custos apurados na planilha sejam superiores, pagar a diferença antes do julgamento. Obs: incidirá juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) do valor das parcelas pagas após o vencimento

8.3- ☐ No ato da Formalização do processo, pagar 30% do valor da tabela e o restante de forma integral após a apresentação da planilha de custos

Nota 1: Ficam sujeitas ao pagamento integral do valor da tabela, as classes I e II referente a Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF, não cabendo parcelamento vez que não atingem o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) exigido para parcelamento.

Nota 2: Em qualquer das situações acima, ficam o julgamento e a emissão da Licença condicionados à quitação integral dos custos, conforme art. 7º da DN COPAM n.º 74/2004

Nota 3: Os valores eventualmente pagos a maior em relação ao custo apurado na apresentação da Planilha referente a LP, LI e LO, classes III e IV, na hipótese das opções 8.1 e 8.2, serão ressarcidos ao empreendedor, desde que esses valores não sejam inferiores a 30% da tabela.

Nota 4: PAGUE O PRIMEIRO DAE (DE 30 %) SOMENTE APÓS REUNIR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, PARA EVITAR TER DE SOLICITAR O RESSARCIMENTO, CASO NÃO FORMALIZE O PROCESSO ATÉ DATA DE VALIDADE DO FOBI.

9. Declaro sob as penas da lei que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da lei de crimes ambientais, c/c artigo 19, §3º, item 5, do decreto 59424/98, c/c artigo 19 da resolução CONAMA 237/97.

22/12/2014 RAVENA AUTO POSTO E SERVICOS LTDA /

data Nome legível e assinatura do responsável pelo preenchimento do FCE

PROPRIETÁRIO

vínculo com a empresa

OS FORMULÁRIOS COM INSUFICIÊNCIA OU INCORREÇÃO DE INFORMAÇÕES NÃO SERÃO DEVOLVIDOS E SE TORNARÃO SEM EFEITO EM 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA POSTAGEM OU PROTOCOLO. FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, DENTRO DESTES PRAZO, PARA MAIORES INFORMAÇÕES.

SIGLAS: SUPRAM - Superintendência Regional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM's: Jequitinhonha (38) 3531-3650, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (34) 3237-3789, Sul de Minas (35) 3225-1818, Norte de Minas (38) 3224-7500, Zona da Mata (32) 3539-2700, Alto São Francisco (37) 3229-2800, Leste Mineiro (33) 3271-4988, Noroeste de Minas (38) 3679-6711, Central Metropolitana (31) 3229-7700, Escritórios Regionais do IEP: Alto Jequitinhonha (38) 3531-3519, Alto Médio São Francisco (38) 3621-2611, Alto Paranaíba (34) 3822-3533, Centro-Norte (31) 3774-8273, Centro-Oeste (32) 3222-9080, Centro-Sul (32) 3331-2033, Mata (32) 3539-2740, Noroeste (33) 3522-3953, Nordeste (38) 3676-6361, Norte (38) 3224-7550, Rio Doce (33) 3277-8695, Sul (35) 3229-1817, Triângulo (34) 3212-5341.



FORMULÁRIO DE ORIENTAÇÃO BÁSICA
INTEGRADO SOBRE
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Tipologia: Serviços e Comércio Atacadista
Nº do Documento: 1318548/2014 Substitui o
FCEI de Referência: R360910/2014

1- IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO A SER LICENCIADO: (de acordo com o FCEI apresentado)

Empreendedor: RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA

CPF/CNPJ: 41694506000125

Empreendimento: RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA

Município: SABARÁ/MG

Objeto(s) Requerimento: POSTO REVENDEDOR, ABASTECIMENTO, INST. DE SIST. RETALHISTA E POSTO FLUTUANTE DE COMB.

Atividade Principal: Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis. - Posto Revendedor

Outras Atividades:



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Nome do Responsável: RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA

Endereço: RQD BR 381 Nº 0

Município (s): SABARÁ/MG

Distr/Bairro: ZONA RURAL

CEP: 34505970

2 - Coordenadas geográficas de 1 ponto no local de intervenção do empreendimento em um dos formatos.

Formato	Latitude	Longitude
	25°2'33"	54°22'31"
Formato UTM (X,	DATUM: SAD69	Fuso:
X= -25.0425	Y=	

Observação: Quando informar em Latitude e Longitude o DATUM é obrigatório, e quando expressa em formato UTM o DATUM, o FUSO e o Meridiano Central são obrigatórios.

3 - CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CONFORME DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/04

CLASSE DO EMPREENDIMENTO: 3

4 - TIPO DE REGULARIZAÇÃO: LO - LICENÇA DE OPERAÇÃO

Atividade: F-06-01-7 - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.

Capacidade de armazenagem m3: 150m3

5 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

5.1) Documentos a serem entregues para a formalização do processo de Licenciamento

- AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB)

- FCEI - Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento - original assinado ou com assinatura eletrônica quando enviado pela internet.

- FOBI - Formulário de Orientação Básica - Integrado / original

- Procuração ou equivalente, que comprove vínculo com o empreendimento, da pessoa física que assina o FCEI (Quando for o caso).

- Requerimento de licença (conforme modelo emitido pelo site www.semamg.gov.br, anexo ao FOBI).

- Coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento em Latitude, Longitude ou em formato UTM.

- Declaração original da(s) Prefeitura(s) Municipal(ais) informando que o local e o tipo de instalação estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município. (Conforme modelo emitido pelo site

www.semad.mg.gov.br, anexo ao fobi)

- Recibo do pagamento - DAE
- Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal
- Cópia digital, acompanhada de declaração atestando que confere com o original entregue em documento impresso.
- PCA - Plano de Controle Ambiental, elaborado conforme novo Termo de Referência (Ver orientações no www.feam.br) e respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica quitada, ou equivalente do profissional responsável, contemplando a atividade fim do licenciamento.
- RCA - Relatório de Controle Ambiental, elaborado conforme novo Termo de Referência (Ver orientações no www.feam.br) e respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica quitada, ou equivalente do profissional responsável, contemplando a atividade fim do licenciamento.
- Original e cópia para conferência, da publicação em periódico local ou regional, de grande circulação, do requerimento de licença nº 03001/2001.
- Cópia e original do comprovante referente ao recibo de emolumento.
- Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal
- FCEI - Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento - original assinado ou com assinatura eletrônica quando enviado pela Internet.
- FOCI - Formulário de Orientação Básica - Integrado / original
- Procuração ou equivalente, que comprove vínculo com o empreendimento, da pessoa física que assina o FCEI (Quando for o caso).
- Requerimento de licença (conforme modelo emitido pelo site www.semad.mg.gov.br, anexo ao FOCI).
- Coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento em Latitude, Longitude ou em formato UTM.
- Declaração original da(s) Prefeitura(s) Municipal(ais) informando que o local e o tipo de instalação estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município. (Conforme modelo emitido pelo site www.semad.mg.gov.br, anexo ao fobi)
- Recibo do pagamento - DAE
- Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal
- Cópia digital, acompanhada de declaração atestando que confere com o original entregue em documento impresso.
- PCA - Plano de Controle Ambiental, elaborado conforme novo Termo de Referência (Ver orientações no www.feam.br) e respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica quitada, ou equivalente do profissional responsável, contemplando a atividade fim do licenciamento.
- RCA - Relatório de Controle Ambiental, elaborado conforme novo Termo de Referência (Ver orientações no www.feam.br) e respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica quitada, ou equivalente do profissional responsável, contemplando a atividade fim do licenciamento.
- Original e cópia para conferência, da publicação em periódico local ou regional, de grande circulação, do requerimento de licença nº 03001/2001.
- Cópia e original do comprovante referente ao recibo de emolumento.
- Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal

5.2) Documentos a serem entregues para a formalização de processo de APEF/Intervenção em APP/Reserva legal

- Recibo de inscrição do imóvel no CAR - Cadastro Ambiental Rural
- Recibo de inscrição do imóvel no CAR - Cadastro Ambiental Rural

Informativo: A arrecadação dos órgãos da Administração Pública por determinação do Decreto nº 44.180, de 22 de dezembro de 2005, será realizada através do DAE e não mais através de depósito identificado. Os Bancos autorizados a receber os DAE são: Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Mercantil de Brasil, Bancoob, Bradesco. O DAE pode ser obtido através do site <http://www.siam.mg.gov.br> no link DAE On-line ou nos órgãos seccionais da SEMAD.

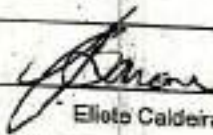
INDENIZAÇÃO DOS CUSTOS:

OBSERVAÇÕES

- ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CAMPO 2 - COORDENADAS GEOGRÁFICAS, DEVIDAMENTE PREENCHIDO;
- A DOCUMENTAÇÃO ACIMA ASSINALADA SÓ SERÁ RECEBIDA QUANDO COMPLETA E NA ORDEM LISTADA;
- A CÓPIA DIGITAL DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME ORIENTAÇÃO ANEXA;
- PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO ACIMA LISTADA - 180 DIAS DA DATA DO PROTOCOLO DO FOCI, SALVO PRAZO MENOR ESTABELECIDO PELO COPAM OU ÓRGÃO SECCIONAL DO SISEMA.
- OBSERVAR O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO SEMAD Nº 390, DE 11 DE AGOSTO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO EXECUTIVO DE MINAS GERAIS EM 13 DE AGOSTO DE 2005.

- APÓS CONSULTA, CASO SEJAM CONSTATADOS DÉBITOS AMBIENTAIS, O EMPREENDEDOR DEVERÁ QUITÁ-LOS, A FIM DE DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. VALE LEMBRAR QUE, SE TAIS DÉBITOS NÃO FOREM QUITADOS O PROCESSO NÃO PODERÁ SER JULGADO.
- O RCA/POA E O EIA/RIMA DEVERÃO CONTEMPLAR TODAS AS ATIVIDADES SEPARADAMENTE.

BELO HORIZONTE, 30 de Dezembro de 2014



Eliete Caldeira Barone,

responsável SUPRAMCM pela emissão desta Orientação.



Recebida em 30/12/14

Nome legível / assinatura do representante do empreendimento

SIGLAS: IEF - Instituto Estadual de Florestas: (31) 3295-3216; IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas: (31) 2101-3355; FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente: (31) 3298-6200; NARC - Núcleo de Apoio às Regionais do COPAM - NARC Jacutingonha (38) 3531-2650, NARC Triângulo Mineiro (34) 3237-3765, NARC Sul de Minas (35) 3223-7678, NARC Norte



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL QUE A EMPRESA RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA FIRMA PERANTE A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM.

A empresa **RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/MF n.º 41.694.506/0001-25, estabelecida na rodovia BR 381, KM 23, Zona Rural no **Município** Ravena / MG, aqui representada na forma estabelecida em seus atos constitutivos por **PEDRO EUSTÁQUIO DOS SANTOS**, CPF 174.556.426-87 ou **PAULO ROBERTO DOS SANTOS**, CPF 174.559.876-68, brasileiros, empresários, doravante designada simplesmente **EMPRESA**, em razão do disposto no § 2º do artigo 15 do Decreto, nº 44.309 de 06 de junho de 2006, firma o presente **TERMO DE ACORDO** perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM**, CNPJ nº 25.455.858/0001-72, com sede a Rua Espírito Santo, n.º 495, bairro Centro nesta capital, neste ato representada, na forma de seu estatuto, Decreto nº 44.343/2006, artigo 5º, inciso VII e artigo 14, inciso VI, pelo seu Vice-presidente Dr. Gastão Vilela França Filho, conforme delegação de competência de poderes procedida pela Portaria nº 349/2. 007, de 3 de agosto de 2.007, doravante denominada **FEAM**, nos termos do artigo 15 do Decreto nº 43.309 e com base no artigo 5º, § 6º da lei nº 7347, de 24 de julho de 1985, (Lei da Ação Civil Pública), com modificação introduzida pelo artigo 113 da Lei Federal n.º 8078 de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), observadas cláusulas e condições seguintes.:

CONSIDERANDO que a atividade posto de revenda e posto de abastecimento de combustível, estava sendo exercida sem a devida regularização ambiental junto aos Órgãos ambientais do Estado de Minas Gerais, no município de **Município Ravena/MG**, conforme documentos a seguir;

Auto de Fiscalização	Auto Infração
018099/2. 008	017351/2. 008

constituídas é o de coibir atos lesivos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO a necessidade de se fixar prazos adequados para a implementação de medidas e intervenções corretivas, estabelecendo garantias para o seu efetivo cumprimento;

CONSIDERANDO que a definição desses prazos deve levar em conta a necessidade de priorização de determinadas ações, a despeito das quais se exige maior urgência, de modo especial àquelas voltadas para a obtenção da devida regularização ambiental. AS PARTES FIRMAM O PRESENTE TERMO DE ACORDO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o compromisso, a permissão para a **EMPRESA** operar o empreendimento durante a análise técnica de sua regularização ambiental, conforme os seguintes documentos:

FCEI	FOBI
R043244/2.008	216155/2.008

CLÁUSULA SEGUNDA – COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO

Pelo presente, a **EMPRESA**, perante a **FEAM**, se compromete a executar as medidas de condicionantes técnicas em relação à atividade de modo a cessar, ou corrigir os efeitos negativos sobre o meio ambiente, observando rigorosamente os prazos assinalados no presente termo:

1. Apresentar a FEAM/SUPRAM-LESTE, projeto de adequação das instalações do empreendimento, com respectivo ART, prazo de 60 dias;
2. Apresentar a FEAM/SUPRAM-LESTE, contrato de prestação de serviços, assinado, com a empresa que irá realizar as obras de adequações, prazo de 60 dias.
3. Apresentar a FEAM/SUPRAM-LESTE, inventário do passivo ambiental, inclusive teste VOC e Estanqueidade, realizados posterior a data da fiscalização, prazo de 90 dias;
4. Iniciar as obras de adequação conforme projeto;
5. Concluir as obras de adequação, conforme projeto;

§ **PRIMEIRO**: Havendo interesse da **EMPRESA** em paralisar suas atividades, o empreendedor deverá comunicar formalmente o fato FEAM/SUPRAM-LESTE, protocolando o respectivo projeto de desmobilização do empreendimento, prazo 60 dias.

§ **SEGUNDO**: todos os prazos acima estabelecidos começarão a serem contados a partir da assinatura deste termo.

§ **TERCEIRO**: A partir da assinatura deste termo, fica autorizada a volta ao funcionamento do empreendimento, devendo o mesmo observar e cumprir todos os prazos e condições estabelecidas.





§ QUARTO; O empreendedor fica autorizado a efetuar a retirada dos tanques, visando sua substituição por equipamentos novos de acordo com o projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS

Nos limites legais, permitidos para a operação da **EMPRESA**, a que se refere a **CLÁUSULA SEGUNDA**, e observado o estrito cumprimento do termo de ajustamento de conduta estabelecido, a empresa se obriga, ainda, a cumprir as seguintes condições:

1. Não sofrer qualquer autuação por descumprimento da legislação ambiental e/ou florestal e de recursos hídricos, na vigência do presente termo;
2. Não modificar ou descaracterizar nenhum dos itens estabelecidos pelo órgão ambiental, sem prévia autorização do órgão;
3. Não dar início a nenhuma ampliação ou modificação do empreendimento sem consulta prévia ao órgão ambiental;
4. Atender às informações solicitadas pelos técnicos da FEAM;
5. Não paralisar o andamento no processo de licenciamento corretivo por prazo superior a 120 (cento vinte) dias.

CLÁUSULA QUARTA – DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa, neste termo de ajustamento implicará em:

- a) Suspensão total e imediata de suas atividades;
- b) Multa diária no valor de R\$2.000,00;
- c) Encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é 12 (doze) meses, prorrogáveis, automaticamente, a partir da formalização do processo, até a concessão da regularização ambiental contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo de vigência previsto no "caput" deste artigo poderá ser prorrogado na hipótese de incidência de caso fortuito ou força maior, previsto no art. 393 do Novo Código Civil, ou nos casos de falência ou concordata da **EMPRESA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica ajustado que, se ocorrer paralisação da atividade produtiva, ficarão interrompidas as obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento, obrigando-se a empresa a comunicar o fato à FEAM/SUPRAM-LESTE; e o retorno das atividades exigirá o prosseguimento do licenciamento ambiental na forma da lei, com a retomada do cumprimento dos prazos aqui ajustados.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO JUDICIAL

A inexecução total ou parcial do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental implica na sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa.

decorrentes, como **TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL**, na forma do disposto pelo artigo 5º § 6º da Lei Federal n.º 7347, de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo art. 113 da Lei Federal n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990, e art. 585, inciso II do Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.



CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS

Todos os documentos referidos neste termo de ajustamento de conduta, **inclusive o contrato social**, depois de rubricados pela **EMPRESA** e pela **FEAM**, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente termo de compromisso, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente compromissadas firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também assinam.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2008.


RAVENA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA
EMPRESA


GASTÃO VILELA FRANÇA FILHO
VICE-PRESIDENTE DA FEAM

TESTEMUNHAS:



A
Vice Presidente FEAM
Gastão Vilela França Filho



Prezado Senhor,

Solicitamos a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduto – TAC para o empreendimento Ravena Auto Posto e Serviço Ltda, inscrito no CNPJ nº 41.694.506/0001-25, localizado a Rodovia Br 381, km 23, s/nº, Ravena, Sabará – MG baseado no Auto de Fiscalização nº 018099/2008 que gerou o Auto de Infração nº 017351/2008, pois o auto citado suspendeu as atividades do empreendimento.

Atenciosamente,

Ravena Auto Posto Serviços Ltda.

gais.

[Handwritten signature]

10/06/08

Gastão Vilela França Filho
Vice-Presidente
Masp 1077130-1

Ofisc / Soares.

Fazer adotar as providências
cabíveis.

[Handwritten signature]

10/06/08

Angelina Maria Lanna de Moraes
Diretora de Monitoramento e
Fiscalização Ambiental
MASP 1043738-5





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



PARECER ÚNICO SUPRAM CM N.º 118/2009

PROTOCOLO N.º. 206281/2009

Indexado ao(s) Processo(s)

Licenciamento Ambiental N.º. 03001/2001/001/2008	LOC	DEFERIMENTO
Empreendimento: Ravena Auto Posto e Serviços Ltda		Validade: 6 anos
CNPJ: 41.694.506/0001-25	Município: Sabará	
Bacia Hidrográfica: Rio São Francisco	Sub-bacia: Rio das Velhas	

Outorga - Portaria N.º. 01066/2009	Validade: 06/05/2014
APEF (SIAM) 04853/2008 (Reserva legal)	

Unidade de Conservação: PQM - Parque Municipal Chácara do Lessa (7.38 Km de distância)

Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião.	3

Medidas mitigadoras: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Medidas compensatórias: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Automonitoramento: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

Responsável Técnico pelo Empreendimento: Inácio Renan Rocha Machado	Registro de classe:
Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados: Cláudia Andréa do Nascimento Brum	Registro de classe: CREA 46.176/D

Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 0442/2008	Data: 02/12/2008
---	------------------

Data: Belo Horizonte, 13 de maio de 2009.

Equipe Interdisciplinar	MASP	Assinatura
Diego Koiti de Brito Fugiwara	1.145.849-4	
Edvaldo Sabino da Silva	CREA/MG 48.519/D	
Elaine Cristina Amaral Bessa	1.170.271-9	
Frederico Rache Pereira	1.146.831-1	
Jeane Dantas de C. Tobelem	1197092-8	
Marcelo Carlos da Silva	1.135.781-1	

Diretoria Técnica	MASP	Assinatura
Isabel Cristina R. C. Meneses	1.043.798-6	

Superintendência	MASP	Assinatura
José Flávio Mayrink Pereira	1.110.669-7	

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 - Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 1/14
-----------	---	----------------------------------



1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer Único tem o objetivo de subsidiar o julgamento do pedido de LOC – Licença de Operação em Caráter Corretivo do empreendimento Ravena Auto Posto e Serviços Ltda. (Posto Ravena).

As orientações para a formalização do processo de regularização ambiental do referido empreendimento foram geradas a partir do protocolo do FCE – Formulário de Caracterização do Empreendimento Nº. R043244/2008 e da emissão do Formulário de Orientação Básica – FOB Nº. 216155/2008.

A elaboração do Parecer Único se baseou na avaliação técnica dos estudos ambientais RCA – Relatório de Controle Ambiental e PCA – Plano de Controle Ambiental, protocolados em 04/11/2008, nas observações realizadas em vistoria técnica ao empreendimento em 02/12/2008 – Auto de Fiscalização Nº. 0442/2008 – e, também, nas respostas às informações complementares solicitadas através do Ofício SUPRAM CM/SEMAD/SISEMA Nº. 923/2008 e protocoladas junto a esta Superintendência em 03/04/2009, sob Nº. R205013/2009, em 27/04/2009, sob o Nº. R211711/2009, e em 12/05/2009, sob o Nº. R217528/2009.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento Ravena Auto Posto e Serviços Ltda. – CNPJ nº 41.694.506/0001-25 – realiza a atividade de revenda de combustíveis líquidos automotivos. Localiza-se na área rural do município de Sabará/MG e ocupa um imóvel que possui 2.081,99 m² de área construída e 32.613,40 m² de área total. Opera no referido município desde 11/10/1991 e possui contrato de distribuição de produtos combustíveis com a distribuidora BR Petrobrás Distribuidora S.A. proprietária do conjunto de equipamentos e sistemas atualmente instalados.

As informações apresentadas nos estudos ambientais, bem como as observações realizadas em vistoria pela equipe técnica da SUPRAM CM – Auto de Fiscalização Nº. 0442/2008 – indicam que o empreendimento em análise contempla, basicamente, uma instalação composta de SASC – Sistema de Armazenagem Subterrânea de Combustíveis que possui quatro tanques de combustível. Todos estão em operação e são do tipo atmosférico subterrâneo de aço carbono de parede dupla metálica (ABNT NBR 13785). Um desses quatro tanques, instalados em 2008, é compartimentado e armazena álcool/óleo diesel, com capacidade de quinze mil litros em cada compartimento. Outros dois armazenam óleo diesel, com capacidade de 30.000 litros cada e o último armazena gasolina, com capacidade também de 30.000 litros. As tubulações das linhas de abastecimento são feitas de PEAD, conforme indicações da vistoria realizada no local.

Os efluentes líquidos gerados nas áreas das bombas de abastecimento e troca de óleo serão direcionados através de canaletas de captação, interligadas a uma caixa separadora de água e óleo – SAO. Esses efluentes líquidos são tratados e direcionados para fossa séptica-sumidouros, assim como os efluentes sanitários.

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 2/14
-----------	---	----------------------------------



A área de abastecimento compreende as pistas de abastecimento, com um total de cinco ilhas, nove bombas eletrônicas comerciais e 15 bicos, destinadas à comercialização de óleo diesel, álcool e gasolina, sendo dois para álcool comum, três para gasolina comum e dez para diesel comum, de propriedade da BR Petrobrás Distribuidora S.A. As bombas possuem câmaras de contenção (*sump*) estanque e impermeável em sua parte inferior e são dotadas de válvulas de retenção (*check válvula*). Nas bombas de diesel estão instalados os filtros adequados, totalizando 6 filtros.

Os pisos das áreas de abastecimento, de descarga de produto e de troca de óleo se encontram parcialmente concretados, sendo construídos em placas com calçamento para o sistema de drenagem e circundados por canaletas de contenção que direcionam os efluentes por tubulação subterrânea até a caixa separadora de água e óleo – SAO. Tendo em vista que os referidos pisos se encontram apenas parcialmente concretados, será solicitado, como condicionante, a apresentação de relatório fotográfico, comprovando a conclusão das referidas áreas.

As melhorias da coleta de resíduos sólidos nas imediações do empreendimento, a realização de limpeza dos dispositivos que compõem a unidade separadora de água e óleo – SAO, assim como o projeto de impermeabilização do solo no setor da borracharia, solicitações contidas no Auto de Fiscalização e reiteradas no ofício já mencionados, têm sido devidamente atendidas, conforme relatórios fotográficos e planta baixa remetidos a esta Superintendência – documentos protocolados sob o Nº. R205013/2009, de 03/04/2009. Destaca-se que a área de armazenamento de óleo e resíduos sólidos contaminados se encontra em implantação, conforme relatório fotográfico apresentado. A adequação da referida área de armazenamento será objeto de condicionante apresentada no anexo I deste documento.

Os resíduos oleosos e lubrificantes são coletados para tratamento e destinação final pela empresa LWART Lubrificantes Ltda. – Certificado Nº. 639, com validade até 27/09/2011. Os resíduos sólidos contaminados, tais como embalagens de óleo e lubrificantes e filtros de óleo, bem como os resíduos sólidos contaminados são coletados pela empresa SERQUIP – Tratamento de Resíduos MG Ltda. – Licença Ambiental de Transporte de Resíduos Perigosos/Certificado Nº. 471, com validade até 28/11/2012.

Conforme classificação da área de entorno de estabelecimentos que utilizam SASC – Sistema de Armazenagem Subterrânea de Combustíveis – NBR 13786 – o empreendimento em análise se enquadra como classe 2, por estar a menos de 100 metros de um poço de água artesiano utilizado para consumo doméstico e atividades operacionais do empreendimento. Os tanques e sistemas atualmente instalados atendem às exigências decorrentes da referida classificação.

As informações dos estudos ambientais e as observações realizadas em vistoria técnica indicam que o sistema de monitoramento de estoque de combustível é do tipo manual. Para a detecção de eventuais vazamentos é adotado o monitoramento intersticial.

O empreendedor apresentou, conforme recomendação da norma técnica da ABNT NBR 13.784/06, teste de estanqueidade nos quatros novos tanques do SASC – Sistema de Armazenagem Subterrânea de Combustíveis, realizado pela empresa Sideraço Industrial do Brasil Ltda., em 28/08/2008, através do qual se comprovou a estanqueidade do referido sistema. Foi realizado, também, teste de estanqueidade nos tanques desativados (SASC)

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 3/14
-----------	---	----------------------------------



pela empresa ZÜRICH. Pressão e Temperatura, comprovando a estanqueidade dos sistemas.

Apresentou-se, ainda, laudo de investigação de passivo ambiental realizada na área do empreendimento, através da medição de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC's) "in situ". As sondagens, segundo consta do referido laudo, foram realizadas em outubro de 2008 e não obteve valores significativos.

O Certificado de Posto Revendedor expedido pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, emitido eletronicamente em 02/02/2009, possui o número de autorização MG0031165, publicado em 28/03/2003. Consta nos autos do processo cópia do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal de Sabará, sob o Nº. 127/08, com data de vencimento indeterminada.

3. IMPACTOS IDENTIFICADOS

Os potenciais impactos ambientais identificados na atividade de comércio varejista de combustíveis se relacionam à contaminação do solo e, eventualmente, corpos d'água superficiais e subterrâneos, e contaminação do ar com emissões atmosféricas, podendo constituir riscos à saúde das populações fixas e flutuantes expostas, além do perigo de acidentes ocasionados por incêndios e explosões na área do empreendimento.

Considerando o empreendimento em análise, os impactos poderão ter origem em vazamentos, por ventura, ocorridos durante a operação de descarga de combustível do caminhão para o tanque de armazenamento, no abastecimento de veículos nas bombas de combustíveis, nas tubulações e/ou junções de ligação tanques/bombas, na ineficiência operacional do sistema de caixa de separação de água e óleo – SAO, na disposição inadequada de resíduos sólidos, na disposição inadequada do óleo e da borra coletados durante a manutenção do SAO, nos esgotos sanitários, na emissão de gases na atmosfera devido à ineficiência das válvulas de retenção instaladas nos respiros e danos acidentais que violem a estrutura dos tanques de armazenagem de combustíveis.

Os efluentes líquidos a serem gerados pela atividade do empreendimento se restringem àqueles provenientes dos tanques, da área da pista de abastecimento, bombas ou áreas sujeitas a vazamentos de combustíveis, dos filtros de óleo, das áreas de troca de óleo (óleo queimado), da lavagem de pára-brisa de veículos, bem como aqueles gerados durante a limpeza e manutenção das áreas operacionais e sistema de separação de água e óleo – SAO.

Os efluentes caracterizados pela presença de hidrocarbonetos derivados do petróleo, quando lançados em corpo receptor sem tratamento prévio, são responsáveis pela contaminação com benzeno, tolueno, xileno e etil-benzeno. Tais compostos são considerados cancerígenos e/ou tóxicos e capazes de causar diminuição da concentração de oxigênio dissolvido. Podem, ainda, ocasionar a mortandade da biota aquática e/ou terrestre, degradando o meio ambiente.

A operação do empreendimento ocasiona a geração de resíduos de natureza doméstica, provenientes, comumente, de escritórios, vestiários, restaurante e sanitários, e resíduos de natureza industrial, sobretudo, embalagens de óleo e lubrificantes, filtros de óleo, limpa vidros e removedores, areia e lodo do fundo da caixa de separação de água/óleo e caixas

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 4/14
-----------	---	----------------------------------



de areia, embalagens e estopas impregnados com óleo e gasolina, terra ou serragem contaminados quando da ocorrência de vazamentos acidentais.

As águas de chuva, em contato com as áreas contaminadas por produtos derivados de petróleo, podem gerar efluentes líquidos com igual potencial de toxicidade que aqueles produzidos nas atividades de abastecimento e descarga de combustíveis.

Os efluentes atmosféricos correspondem às emissões de vapores potencialmente tóxicos oriundos dos respiros e das bocas de descarga dos tanques de armazenamento, as quais ocorrem, sobretudo, durante a operação de descarga de combustível.

A geração de ruídos se associa, sobretudo, ao funcionamento das bombas de abastecimento, filtro-prensa e compressor de ar.

Durante vistoria realizada no empreendimento, constatou-se, na porção noroeste do imóvel em questão (atrás do restaurante), a existência de um processo erosivo avançado, para o qual será solicitada a realização de medida de contenção e recuperação, conforme discutido no item 4.7.

4. MEDIDAS MITIGADORAS

4.1 Contenção de vazamentos, derramamentos e transbordamentos

Poderão ocorrer derramamentos, vazamentos ou transbordamentos durante as operações de descarga de combustível dos caminhões de transporte para os tanques de armazenamento e, também, durante a manutenção e operação das bombas de abastecimento.

Visando prevenir vazamentos e/ou derramamentos foram instaladas: câmaras de contenção de vazamento (*sump*) na boca-de-visita dos tanques de armazenamento e sob as bombas de abastecimento e filtros de óleo; válvulas de retenção junto à prumada de sucção das bombas; canaletas de contenção ao redor das áreas de abastecimento, descarga de produto e troca de óleo, interligadas com o sistema de separação de água e óleo - SAO. Para controle e redução dos riscos de transbordamento realizou-se a instalação de descarga selada, câmara de contenção de descarga e válvulas antitransbordamento (*sump/spill container*).

4.2 Controle da eficiência do sistema de separação de água e óleo

Os efluentes líquidos gerados no empreendimento e descritos no item 3 acima são direcionados para caixas separadoras de água e óleo - SAO, as quais, por sua vez, reterão a fração oleosa e os resíduos sólidos, e liberarão o efluente fisicamente tratado para sumidouros.

A qualidade do efluente líquido gerado neste sistema deverá atender à Resolução CONAMA Nº. 357/05 e Deliberação Normativa COPAM Nº. 010/86 antes do descarte final, sendo necessário, inclusive, que tanto o projeto do sistema, quanto o plano de manutenção sejam compatíveis com o volume de efluente gerado nas áreas de abastecimento, descarga de combustíveis e troca de óleo.

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 5/14
-----------	---	----------------------------------



A eficiência do sistema de separação de água e óleo – SAO, assim como o volume de geração de resíduos, deverão ser informados a SUPRAM CM através do Programa de Automonitoramento, detalhado no Anexo II deste Parecer Único.

4.3 Disposição dos resíduos sólidos

Os resíduos sólidos domésticos e os resíduos orgânicos são recolhidos pelo serviço de coleta operado pela Prefeitura Municipal de Sabará e encaminhados ao respectivo aterro municipal.

Os resíduos de natureza industrial, tais como embalagens de lubrificantes e aditivos, panos e estopas contaminados com óleo, borra oleosa do sistema de separação de água e óleo e areia, detergentes, limpa vidros e removedores são coletados pela empresa SERQUIP – Tratamento de Resíduos MG Ltda. – Certificado de licença ambiental Nº. 471 – Transporte Rodoviário de Resíduos Perigosos, com validade até 28/11/2012.

4.4 Disposição dos efluentes líquidos

Os efluentes líquidos oleosos gerados pela operação do empreendimento e retidos pelo sistema de separação de água e óleo – SAO são armazenados em local reservado para essa finalidade e coletados pela LWART Lubrificantes Ltda. – Certificado de licença ambiental Nº. 639, válido até 27/09/2011.

Vale ressaltar que os resíduos de óleos e lubrificantes gerados na troca de óleo dos veículos serão armazenados em recipientes protegidos localizados em bacia de contenção. Consta dos documentos apresentados juntos aos estudos ambientais os certificados de coleta de óleo usado emitidos pela empresa LWART Lubrificantes Ltda. Conforme informado no PCA, amostras dos efluentes de entrada e saída do SAO serão coletadas trimestralmente para análise dos parâmetros seguintes parâmetros: pH, sólidos sedimentáveis, vazão, DBO, DQO, sólidos suspensos, ABS e óleos e graxas.

Os efluentes sanitários gerado pela operação do empreendimento são lançados no sistema de tanque séptico e filtro anaeróbico que irá atender a demanda do estabelecimento.

Com relação ao risco de contaminação ambiental pela ação das águas pluviais, as áreas potencialmente geradoras de efluentes líquidos (área de abastecimento e troca de óleo) estão isoladas por canaletas, as quais foram interligadas ao sistema de separação de água e óleo – SAO.

4.5 Ruídos

Os ruídos gerados pela operação de equipamentos e instalações do empreendimento tendem a se apresentar dentro dos níveis de pressão sonora admissíveis, uma vez que as fontes geradoras são constituídas de equipamentos novos e o empreendimento se situa em área aberta. Porém, deverá o empreendedor manter os níveis de ruído dos equipamentos dentro dos padrões e limites fixados pela Resolução CONAMA Nº. 01/90 e Norma Técnica NBR 10151, sendo itens de controle a serem observados na licença ambiental, conforme o Programa de Automonitoramento descrito no Anexo II deste Parecer Único.

4.6 Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 6/14
-----------	---	----------------------------------



Os riscos de ocorrência de acidentes decorrentes de falha humana ou operacional (Incêndios, explosões e derramamentos) serão controlados através da capacitação técnica e treinamento de todos os funcionários envolvidos.

A análise do projeto está sendo realizada pelo Corpo de Bombeiros, conforme cópia autenticada, emitida pelo referido órgão em 10/03/2009. Por esta razão, a apresentação do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros será incluído como condicionante no anexo I deste Parecer Único.

O PCA – Plano de Controle Ambiental apresenta os procedimentos de operação e manutenção de combustíveis e o respectivo detalhamento das medidas de segurança. Em atendimento às exigências fixadas pela Nota Técnica FEAM – GEAMB Nº 01/2008 baseada na Resolução CONAMA Nº. 273/2000, Art. 5º, inciso II – alínea D e Art.8º - § 3º, o empreendedor deverá apresentar documentação comprobatória do treinamento de segurança, meio ambiente e brigada de incêndio, conforme solicitação incluída no anexo I deste documento.

4.7 Controle de erosão

Conforme tratado neste Parecer Único, será solicitado ao empreendedor que adote medidas necessárias para cessar e estabilizar o processo erosivo identificado, e que seja feita a revegetação dessa área, preferencialmente, com espécies nativas. Para tanto, a questão será incluída como condicionante no anexo I.

5. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O empreendimento em análise se localiza a, aproximadamente, 7,38 km da Unidade de Conservação de Uso Sustentável Parque Municipal Chacara do Lessa. Para tanto, consta dos autos do presente processo de regularização ambiental, cópia da anuência emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Sabará, informando que a localização do empreendimento não gerará impacto significativo sobre a Unidade de Conservação.

6. RESERVA LEGAL

Foi elaborado Termo de Responsabilidade de Averbação e Preservação de Reserva Legal, a ser averbado na matrícula do imóvel rural onde se localiza o empreendimento. A área é de 6.522m² (0,6522ha), não inferior a 20% do total da propriedade (3,2613ha). Essa área apresenta, em uma parte, vegetação herbácea e arbustiva, nativas misturadas com gramíneas exóticas, principalmente braquiárias (*Brachiaria spp*). Na outra parte, vegetação arbórea, predominantemente nativa, formando fragmentos florestais.

A presença de braquiárias caracterizou a utilização desses locais como pastagens no passado. Atualmente, essas áreas estão restritas à preservação e à regeneração natural, de acordo com Termo acima citado.

7. INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Não haverá qualquer intervenção em APP - Área de Preservação Permanente.



SUPRAM CM

Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo
Belo Horizonte/MG
CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700

DATA: 13/05/2009
Página: 7/14



8. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO

Considerando que o empreendimento já se encontra implantado, não haverá qualquer supressão de vegetação.

9. RECURSOS HÍDRICOS

A área pretendida para utilização de recursos hídricos do empreendimento se dá através de exploração de água subterrânea. A mesma encontra-se inserida na bacia Estadual rio das Velhas, situada na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, sendo a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos SF5.

As finalidades de *Uso* são: Limpeza de Veículos – (serviços agregados) e Consumo Humano.

O consumo de água médio por dia, utilizado no empreendimento é descrito abaixo:

Atividades	Consumo (m³/dia)
Limpeza de pára-brisa	0,32
Limpeza de pista	0,20
Limpeza de escritório	0,05
Radiadores	0,06
Consumo humano	4,58
Famílias	11,60
Restaurante	1,40
Total	18,21

A Outorga de Direito de Uso de Recurso Hídrico foi publicada em 06/05/2009, pela SUPRAM Central Metropolitana por delegação de Competência do IGAM, através da Portaria nº 5 de 11 de maio de 2007 com validade até 06/05/2014, sob o Nº. 01066/2009.

As condicionantes são:

1. Instalar hidrômetro e horímetro, enviar relatório de medição mensal a SUPRAM Central anualmente. Prazo de instalação: 90 dias após publicação da portaria.
2. Construir laje de proteção no poço e cercá-lo. Prazo: 90 dias após publicação da portaria.

10. CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com DN 074/04 e Resolução CONAMA Nº 237/97.

Os custos da análise foram devidamente quitados, bem como foi realizada a publicação do pedido de Licença em jornal de grande circulação.

Foi apresentada a Declaração da Prefeitura informando que o local e o tipo de instalação estão em conformidades com a legislação municipal.

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 8/14
-----------	---	----------------------------------



O empreendedor apresentou a autorização para funcionamento da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

Foi apresentado o contrato de arrendamento do imóvel (3º Termo Aditivo), válido até 01/01/2010.

Verificou-se no processo que não ocorrerá supressão de vegetação, nem intervenção em área de preservação permanente.

Tendo em vista que o empreendimento está localizado em área rural, foi realizado o requerimento para averbação da reserva legal. No dia 04/05/2009 foi firmado junto a SUPRAM CM o Termo de Responsabilidade de Averbação e Preservação de Reserva Legal, constando a demarcação, aprovação não inferior a 20% (vinte por cento) da área. Dessa forma, será condicionada a comprovação da referida averbação junto ao Cartório de Imóvel.

Foi firmado, também, o Termo de Compromisso de Recomposição de Reserva Legal e de Áreas de Preservação Permanente.

O empreendimento está localizado na área de entorno do Parque Municipal Chácara do Lessa. Consta dos autos do processo a anuência do respectivo órgão gestor, a qual informa que a localização do empreendimento não causará impacto significativo sobre esta Unidade de Conservação.

A análise técnica informa tratar-se de um empreendimento classe 3, concluindo pela concessão da Licença, com prazo de validade de 06 (seis) anos, com as condicionantes relacionadas no Anexo I.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, devendo tal observação constar do certificado de licenciamento ambiental a ser emitido.

Em caso de descumprimento das condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação, ampliação realizada sem comunicar ao órgão licenciador, torna o empreendimento passível de autuação.

11. CONCLUSÃO

A análise da documentação apresentada no processo de regularização ambiental do empreendimento em análise, localizado na zona rural do município de Sabará/MG, conclui que os impactos ambientais a serem gerados pela atividade do empreendimento serão minimizados de forma adequada.

Dessa forma, este Parecer Único sugere o deferimento do pedido de Licença de Operação Corretiva, requerido pela empresa Ravena Auto Posto e Serviços Ltda., através do processo COPAM Nº. 03001/2001/001/2008, condicionada ao cumprimento integral do PCA – Plano de Controle Ambiental e dos itens relacionados nos anexos I e II, com validade de 06 anos.

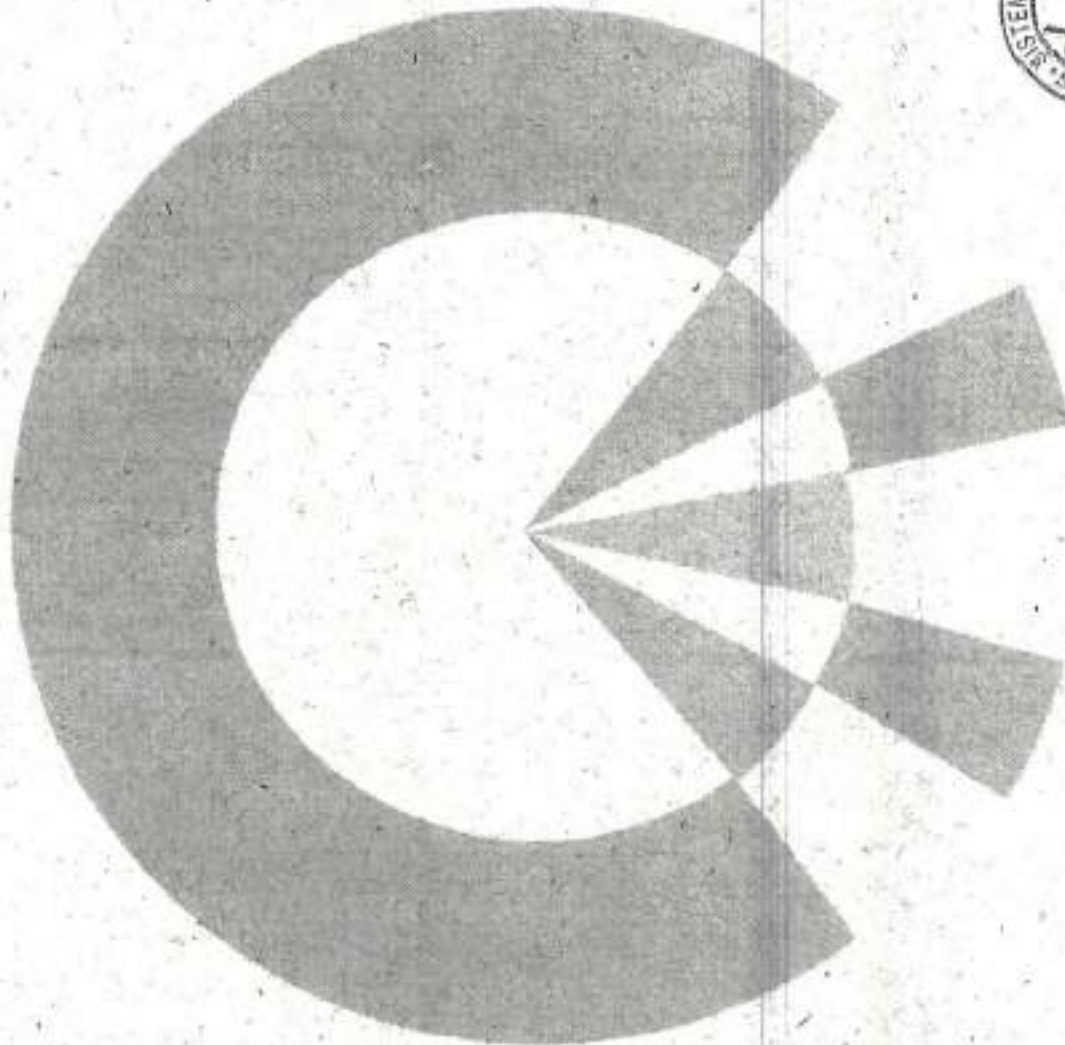
Cabe esclarecer que a SUPRAM CM não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados, sendo a

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 9/14
-----------	---	----------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.



SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 10/14
-----------	---	-----------------------------------



ANEXO I

Processo COPAM Nº. 03001/2001/001/2008		Classe/Porte: 3/M
Empreendimento: Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.		
CNPJ: 41.694.506/0001-25		
Atividade: F-06-01-7 – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião.		
Endereço: Rodovia BR 381, Km 23, s/nº – Ravena		
Localização: Zona Rural		
Município: Sabará – MG		
Referência: LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA		VALIDADE: 6 anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Comprovar a entrega do Termo de Responsabilidade de Averbação e Preservação de Reserva Legal junto ao Cartório de Registro de Imóveis.	10 dias
2	Apresentar relatório fotográfico, comprovando a conclusão da pista de abastecimento, da área de descarga de produto e de troca de óleo.	30 dias
3	Apresentar documentação comprobatória do treinamento de segurança, meio ambiente e brigada de incêndio de todos os funcionários do empreendimento.	60 dias
4	Apresentar relatório final AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.	60 dias
5	Iniciar adoção de medidas para cessar e estabilizar o processo erosivo existente na porção noroeste do imóvel em questão (atrás do restaurante), assim como iniciar a revegetação dessas áreas, preferencialmente com espécies nativas.	90 dias
6	Comprovar a Averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel.	10 dias após a conclusão da averbação pelo cartório.
7	Executar o Programa de Automonitoramento dos Efluentes Líquidos ⁽¹⁾ e Resíduos Sólidos, conforme definições apresentadas no Anexo II.	Durante a validade da Licença
8	Cumprir as diretrizes fixadas pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, em especial a Portaria Nº. 116, de 05 de julho de 2000, com ênfase nos assuntos pertinentes ao meio ambiente.	Durante a validade da Licença
9	Monitorar a revegetação da área de erosão identificada, procedendo às ações necessárias para a garantia do desenvolvimento sucessional, e enviar relatório fotográfico, anualmente, durante três anos, a esta Superintendência.	Durante a validade da Licença

(*) Contado a partir da data de concessão da LO Corretiva.

(1) Os relatórios de automonitorização dos efluentes líquidos deverão ser apresentados a partir do início de operação do SAO.

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 11/14
-----------	---	-----------------------------------



ANEXO II – AUTOMONITORAMENTO

Processo COPAM Nº. 03001/2001/001/2008	Classe/Porte: 3/M
Empreendimento: Ravena Auto Posto e Serviços Ltda	
CNPJ: 41.694.506/0001-25	
Atividade: F-06-01-7 – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião.	
Endereço: Rodovia BR 381, Km 23, s/nº – Ravena	
Localização: Zona Rural	
Município: Sabará – MG	

1. Vazamento de combustíveis

O empreendedor deverá promover a cada 60 meses a realização de testes de estanqueidade nos tanques e tubulações, de acordo com a norma técnica NBR Nº. 13.785 e Deliberação Normativa COPAM Nº. 108/2007. Os laudos técnicos relatando a situação dos equipamentos deverão ser elaborados conforme a referida norma e enviados a SUPRAM CM acompanhados das ARTs dos responsáveis pelos ensaios.

2. Efluentes líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência
Entrada e saída do sistema de caixa separadora de água e óleo	pH, sólidos sedimentáveis, vazão média DBO, DQO, sólidos em suspensão, óleos e graxas e detergentes	Trimestralmente

- Relatório: Enviar semestralmente à SUPRAM CM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela coleta das amostras, análise laboratorial e interpretação dos resultados.
- Método de coleta e análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* APHA – AWWA.
- O lançamento de efluentes líquidos em corpos receptores deverá obedecer ao disposto na Resolução CONAMA Nº. 357/05. Deliberação Normativa COPAM Nº. 10/86 e NBR 13969/97.

3. Resíduos sólidos e oleosos

Deverão ser confeccionadas planilhas mensais de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos e oleosos; óleo usado, contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações, as quais serão apresentadas quando solicitadas pela SUPRAM CM.

SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 12/14
-----------	---	-----------------------------------



Modelo da planilha de controle de resíduos:

Resíduo		Taxa de geração no período	Transportador (nome, endereço, telefone)	Empresa receptora (nome, endereço, telefone)	Forma de disposição final (*)
Denominação	Origem				

- (*) 1 - Reutilização 2 - Reciclagem 3 - Aterro sanitário
4 - Aterro industrial 5 - Incineração 6 - Co-processamento
7 - Aplicação no solo 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
9 - Re-refino de óleo 10 - Outras (especificar)

- Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAM CM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação de resíduos deverão ser mantidas disponíveis pelo empreendedor para fins de fiscalização.
- As doações de resíduos deverão possuir anuência prévia do órgão ambiental.
- Fica proibida a destinação dos resíduos sólidos e oleosos, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, beta-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela Resolução CONAMA Nº. 362/05 em relação ao óleo lubrificante usado.
- O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos segundo a NBR 10.004/04, em especial a Deliberação Normativa COPAM Nº. 07/81, Resolução CONAMA Nº. 307/2002 e NBR 13896/97.

4. Poluição sonora

- Cumprir as exigências da Resolução CONAMA Nº. 01/90 e os limites fixados pela NBR 10151, em relação aos níveis de ruído emitidos pelas instalações e equipamentos do empreendimento.

IMPORTANTE:

- OS PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESPECIFICADAS PARA O PROGRAMA DE AUTOMONITORIZAÇÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES A CRITÉRIO DA ÁREA TÉCNICA DA SUPRAM CM, FACE AO DESEMPENHO APRESENTADO PELOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE EFLUENTES E/OU PROTEÇÃO CONTRA VAZAMENTOS, DERRAMAMENTOS OU TRANSBORDAMENTO DE COMBUSTÍVEIS;
- A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ITENS DESTES PROGRAMAS DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA ANOTAÇÃO DE

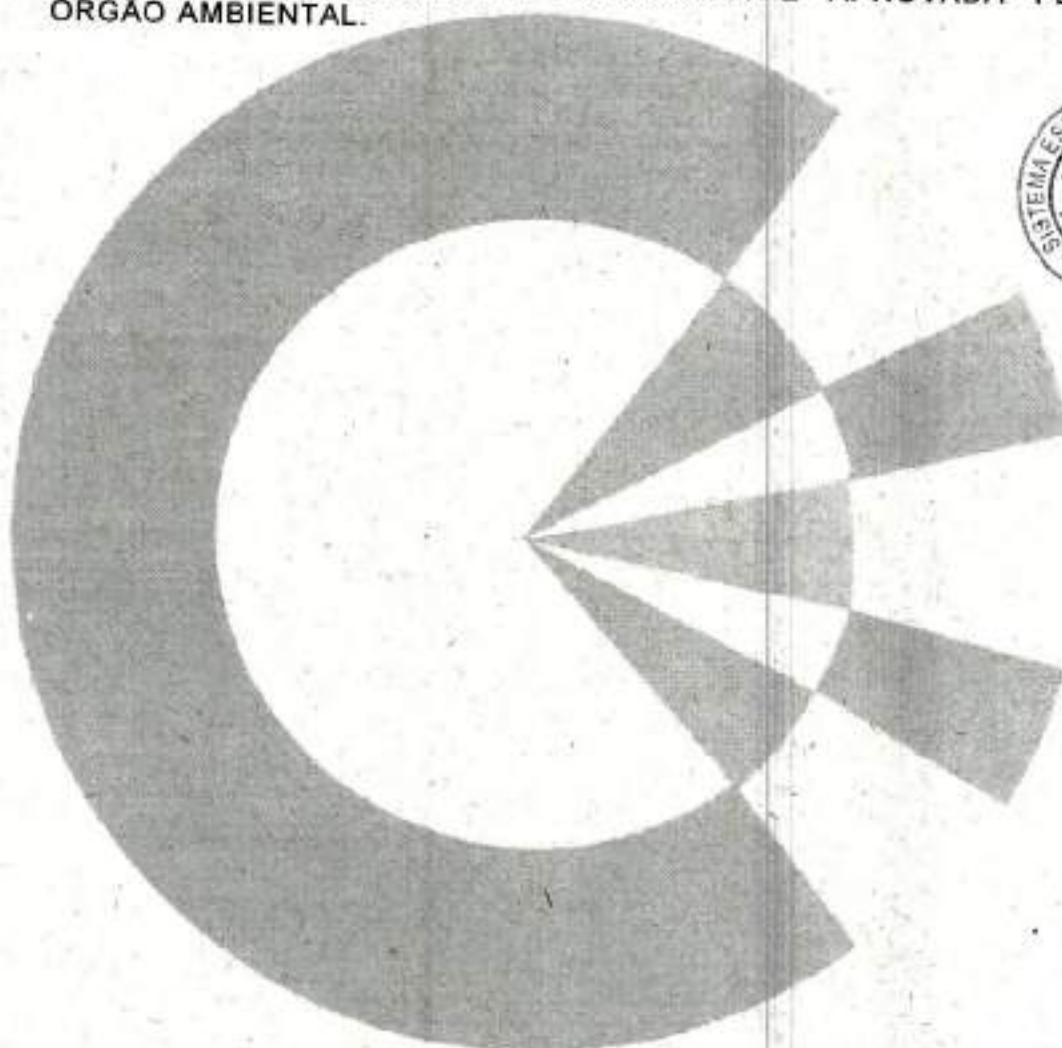
SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 13/14
-----------	---	-----------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART. EMITIDA PELO(S)
RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO(S), DEVIDAMENTE HABILITADO(S);**

- **QUALQUER MUDANÇA PROMOVIDA NO EMPREENDIMENTO, QUE
VENHA A ALTERAR A CONDIÇÃO ORIGINAL DO PROJETO DAS
INSTALAÇÕES E CAUSAR INTERFERÊNCIA NESTE PROGRAMA
DEVERÁ SER PREVIAMENTE INFORMADA E APROVADA PELO
ÓRGÃO AMBIENTAL.**



SUPRAM CM	Av. Nossa Senhora do Carmo, 90 – Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30330-000 - Tel.: (31) 3228-7700	DATA: 13/05/2009 Página: 14/14
-----------	---	-----------------------------------



Licenciamento Ambiental

Investigação preliminar de Passivo Ambiental

RAVENA AUTO POSTO DE SERVIÇOS LTDA.

Posto Ravena

Rodovia BR 381, Km 23

CNPJ Nº 41.694.506/0001-25

Bairro Ravena

Sabará - MG

CEP: 34.740-000

SUMÁRIO

I – INFORMAÇÕES GERAIS	3
II – ANEXO I	5
1 - INTRODUÇÃO	13
2 - OBJETIVOS	14
3 – ASPECTOS FISIOGRAFICOS	15
Características do Sistema aquífero.....	18
4 - HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO	21
5 – CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO DO ESTABELECIMENTO DO SASC SEGUNDO NBR N° 13.786.....	22
6.1 – Levantamento do Histórico de Contaminação do Empreendimento	24
6.3 – Caracterização do Subsolo.....	26
6.4 – Análise do Solo	26
6.5 – Análise de Risco Preliminar	26
7 – RESULTADOS OBTIDOS	29
7.1 – Levantamento do Histórico de Contaminação do Empreendimento	29
7.6 – ANÁLISE DE RISCO PRELIMINAR	37
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
10 – EQUIPES DE PROFISSIONAIS.....	39
11 – MEMORIAL FOTOGRÁFICO	40
12 – ANEXOS.....	43
13 – BIBLIOGRAFIA	44

**ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR DE
PASSIVO AMBIENTAL PARA O EMPREENDIMENTO, RAVENA AUTO
POSTO DE SERVIÇOS LTDA. - POSTO RAVENA - RAVENA - SABARÁ - MG**

I - INFORMAÇÕES GERAIS

Identificação da Empresa

Razão Social: Ravena Auto Posto de Serviços Ltda.
Nome Comercial: Posto Ravena
CNPJ: 41.694.506/0001-25
Endereço: Rodovia BR 381 - Km 23, s/n
Bairro: Ravena
Município: Sabará - MG
CEP: 34.515-740
Fone: (31) 3672- 3355

Empresa Responsável pela Execução dos Serviços de Licenciamento Ambiental

Razão Social: S.A. Serviços Ambientais Ltda.
Nome Fantasia: Solução Ambiental
CNPJ: 05.401.333/0001-46
CREA/MG: 33747
Endereço: Rua Jequitibá, nº 568 - Bairro Horto
Município: Ipatinga - MG
CEP: 35160-306
E-mail: solucao@solucaoambiental.com
Tel: (031) 3822-4012 **Fax:** (31) 3822-4012

Responsável Técnico pela Empresa

Nome: Cláudia Andréa do Nascimento Brum
Formação Profissional: Engenheira Civil **CREA:** 46.176/D **IBAMA:** 1020634
Endereço: Rua Vênus, 470 - Bairro Castelo
CEP.: 35160-076
E-mail: claudiabrum@solucaoambiental.com
Fone: (31) 3825-1871

Laboratório Responsável pelas Análises

MINIMAX – Análises Químicas e Física

Endereço: Rua Mario Coutinho, nº 10

Bairro Estoril

Belo Horizonte – MG

CEP: 30570-310

E-mail: minimax@oi.com.br

Tel.: (31) 3374-8100



Responsável Técnico

Nome: Max José Oliveira Birindiba

Formação Profissional: Geólogo **CREA:** 25061/D

Endereço: Rua João Lopes da Silva, nº 661 - Bairro: Vila Bretas

Município: Governador Valadares

CEP: 35030-070

E-mail: solucao@solucaoambiental.com

Fone: (31) 3822-4012

II – ANEXO I

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO:

NOME: Inácio Renan Rocha Machado			
Doc. Identidade 434.088	Órgão Expedidor: SSP	UF: MG	CPF: 345.337.706-06
End.: Rua Buenos Aires		Nº 411/apto 301	
Bairro: Sion	CEP: 30.315-570	Município: Belo Horizonte	UF: MG
Telefone p/ Contato: 31-3672-3355	Fax: 31-36723355	E-mail: postoravena@terra.com.br	

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:

NOME/RAZÃO SOCIAL: Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.		NOME FANTASIA: Posto Ravena	
Endereço: Rodovia BR 381, Km 23 s/n			
Bairro: Ravena	CEP: 34.515-740	Município: Sabará	UF: MG
CNPJ nº: 41.694.506/0001-25		Inscrição Estadual: 567.780.711-0037	
Endereço p/correspondência: Rodovia BR 381, km 23		Nº: s/n	
Bairro: Ravena	CEP: 35.515-740	Município: Sabará	UF: MG
Contato Nome: Inácio Renan Rocha Machado		Cargo: Proprietário	
Telefone p/ Contato: 31-3672-3355	Fax: 31-3672-3355	E-mail: postoravena@terra.com.br	
Registro na ANP Nº: 303		Registro Anterior na ANP Nº: -	
Coordenada Geográfica : Latitude: 19°48'36,1" LS Longitude: 43°46'18,5" LO			

3. DADOS DA DISTRIBUIDORA (S)/FORNECEDORA (S)

Razão Social: BR Petrobrás Distribuidora S.A.		Nome p/ contato: Estela Mares	
End. p / correspondência: Rodovia BR 381, s/n, KM 427			
Bairro: Jardim Piemonte	Telefone: (31) 3539-1500	E-mail: estela@br-petrobras.com.br	
CEP: 32530-000	Município: Betim	UF: MG	

4. PROPRIETÁRIO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS:

Razão Social: BR Petrobrás Distribuidora S.A.		Nome p/ contato: Estela	
End. p / correspondência: Rodovia BR 381- KM 427		nº: s/n	
Bairro: Jardim Piemonte	Telefone: 31 – 3539-1500	E-mail: estela@br-petrobras.com.br	
CEP: 32.530-000	Município: Betim	UF: MG	
CNPJ: 34274233/0025-71			
Obs. Importante:			

Observação: caso haja proprietários diferentes para os equipamentos e sistemas, informar aqui conforme o exemplo: “os tanques nº 3 e 4 pertencem à distribuidora XY, os tanques 1,2 e 3 pertencem ao posto”.

5. RELAÇÃO/SITUAÇÃO DOS TANQUES

TANQUE Nº	COMBUSTÍVEL (7)	VOLUME DO TANQUE (EM LITROS)	TIPO DE TANQUE (8)	ANO DE INSTALAÇÃO DO TANQUE	TESTE DE ESTANQUEIDADE (9)	FOI VERIFICADO VAZAMENTO NO TANQUE? (10)	EM OPERAÇÃO	
							S	N
1	D	15.000	3	1990	Maio/2008	Não	X	
2	D	15.000	3	1990	Maio/2008	Não	X	
3	D	15.000	3	1990	Maio/2008	Não	X	
4	D	15.000	3	1990	Maio/2008	Não	X	
5	A	15.000	3	1990	Maio/2008	Não	X	
6	GC	15.000	3	1990	Maio/2008	Não	X	
7	-	15.000	3	1995	Maio/2008	Não		X
8	-	15.000	3	1995	Maio/2008	Sim		X

(7) Tipo de Combustível: é um código, ver tabela caso o tanque tenha compartimentos, adapte simbologia, pör exemplo: gasolina, álcool e gasolina use o símbolo GAG.

(8) Tipo de Tanque: é um código, ver tabela anexa.(página 14.)

(9) e (10) Caso tenha sido realizada teste de estanqueidade ou se houve vazamento informar a época no formato “mês/ano”, por exemplo: 08/97.

6. RELAÇÃO/SITUAÇÃO DAS LINHAS/BOMBAS (vide ANEXO II)**7. VOLUME DE COMBUSTÍVEL MOVIMENTADO/MÊS: (fazer média dos últimos seis meses)**

Tipo de combustível	Volume movimentado/mês (em litros)
Gasolina	158.000,00
Diesel	397.000,00
Álcool	53.000,00

**8. QUESTIONAMENTOS:**

a) Já foram substituídos tanques? Se a resposta for sim, informar: motivo quantidade e data:
NÃO.

b) Existem poços de monitoramento das águas subterrâneas? Se positivo, informar data da última coleta, resultado da análise:
NÃO.

c) Existe dispositivo de recuperação dos gases do (s) tanque (s)? Se afirmativo, descrever qual:
NÃO.

d) Quais os métodos de detecção de vazamentos em tanques adotados pelo posto?
TESTE DE ESTANQUEIDADE e LMC.

e) Existe proteção catódica para o sistema de armazenamento de combustível?
NÃO.

f) Caso exista proteção catódica, qual a frequência e ultima data de manutenção do sistema anticorrosão? NÃO.

9. ÁREA DO EMPREENDIMENTO:

Área total do terreno: 32.000 m ²	Área construída: 515,76m ²
--	---------------------------------------

Observação: incluir todas as áreas de administração e serviços vinculados ao proprietário ou locador do empreendimento, comércio varejista de combustíveis.

10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (assinale todas que forem responsabilidade do proprietário ou locador do comércio varejista de combustíveis):

10.1. LAVAGEM DE VEÍCULOS☐ SIM ☒ NÃO

Caso Afirmativo informar média de lavagem veículos/dia:

10.2. TROCA DE ÓLEO☒ SIM ☐ NÃO

Caso Afirmativo informar:

a) possui caixa separadora água/óleo

☐ SIM ☒ NÃO

b) destino final do óleo coletado: Empresa licenciada para a atividade: Lwart

10.3. BORRACHARIA☒ SIM ☐ NÃO10.4. Existem instalações para o abastecimento de gás natural veicular ☐ SIM ☒ NÃO

*Caso afirmativo descrever os equipamentos/sistemas em folha anexa.

10.5 Há venda ou estoque de botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) ☐ SIM ☒ NÃO10.6 OUTROS (lanchonete, loja de conveniência, restaurante, bar, etc.) ☒ SIM ☐ NÃO

Restaurante, Barbearia e Oficina Mecânica.

11. LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE CONFORME A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**11.1 ZONA URBANA:**☐ SIM ☒ NÃOCaso afirmativo é Residencial ☐ Comercial ☐**11.2 ZONA RURAL**☒ SIM ☐ NÃO**11.3 ZONA FLUVIAL / LACUSTRE:**☐ SIM ☒ NÃO

11.4 ZONA MARÍTIMA:
☐ SIM ☒ NÃO

11.5. OUTRA:
☐ SIM ☒ NÃO

12. ASSINALE CONFORME O AMBIENTE EM TORNO DO EMPREENDIMENTO NUM RAIO DE 100

	(S)	(N)
- Rua com galeria de drenagem de águas		X
- Rua com galeria de esgotos ou de serviço		X
- Esgotamento Sanitário em fossas em áreas urbanas		X
- Edifício multifamiliar sem garagem subterrânea até quatro andares		X
- Edifício multifamiliar com garagem subterrânea com mais de quatro andares		X
- favela em cota igual ou inferior		X
- edifícios de escritórios comerciais com mais de quatro andares		X
- garagem ou túnel construídos no subsolo		X
- poço de água artesiano ou não, para consumo doméstico.	X	
- casa de espetáculos ou templos religiosos		X
- hospital		X
- metrô		X
- transporte ferroviário de superfície		X
- atividades industriais de risco conforme NB-16		X
- água do subsolo utilizada para consumo público da cidade		X
- corpos naturais superficiais de água destinados:		X
a) abastecimento doméstico		X
b) proteção das comunidades aquáticas		X
c) recreação de contato primário		X
d) irrigação		X
e) criação natural e/ou intensiva de espécies destinadas à alimentação humana		X
f) drenagem		X

13. FONTES DE ÁGUA UTILIZADAS PARA ABASTECIMENTO

<input type="checkbox"/> Rede pública:	
<input checked="" type="checkbox"/> Poço Tubular	Informar se possível a profundidade:
<input type="checkbox"/> Nascente(s):	
<input type="checkbox"/> Lago/lagoa(s):	Nome(s):
<input type="checkbox"/> Arroio(s):	Nome(s):
<input type="checkbox"/> Rio(s):	Nome(s):



14. LANÇAMENTO DE EFLUENTES DOMÉSTICOS / SANITÁRIOS (assinale)

14.1 - Sistema de Tratamento:	Fossa
14.2 - Corpo Receptor (local de lançamento)	Fossa Séptica e filtro Anaeróbico

15. RESÍDUOS SÓLIDOS

Indicar o destino dos seguintes resíduos sólidos (não deixe campo em branco, informe "atividade inexistente" quando for o caso)

Tipo de resíduo	Destino Final (agente/local)
Embalagens de óleo lubrificante	Lwart
Filtros de óleo	Lwart
Outras embalagens (xampu, limpa-vidros, removedores, etc.)	-
Resíduos de borracharia	Prefeitura Municipal
Areia e lodo de fundo dos separadores água / óleo e caixa de areia	-
Outros resíduos (administração, restaurante, etc.)	Prefeitura Municipal

16. EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE CONTROLE:

- CONTROLE DE ESTOQUES	(S) manual	(/) automático
	Sim	Não
- Monitoramento Intersetorial automático	()	(X)
- Poços de Monitoramento de águas subterrâneas	()	(X)
- Poços de Monitoramento de vapor	()	(X)
- Válvula de retenção junto a Bombas	()	(X)

- PROTEÇÃO CONTRA DERRAMAMENTO		
Câmara de acesso a boca de visita do tanque	()	(X)
Contenção de vazamento sob a unidade abastecedora	()	(X)
Canaleta de contenção da cobertura	()	(X)
Caixa separadora de água e óleo	()	(X)
- PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO		
Descarga selada	()	(X)
Câmara de contenção de descarga	()	(X)
Válvula de proteção contra transbordamento	()	(X)
Válvula de retenção de esfera flutuante	()	(X)
Alarme de transbordamento	()	(X)
- Outros (descrever)	()	(X)



17. PISOS

Pisos	Tipos de Piso
Área de abastecimento	Bloquete
Área de troca de óleo	Concreto
Área de descarga	Bloquete
Área de lavagem	
Outros: Borracharia, Barbearia e Oficina mecânica	Sem piso

18. LOCAL, DATA, NOME, CARGO E ASSINATURA.

Razão Social: Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.		
End. p / correspondência: Rodovia BR 381 – km 23		Nº: s/n
Bairro: Ravena	Telefone: 31 – 3672-3355	Email: postoravena@terra.com.br
CEP: 34.515-740	Município: Sabará	UF: MG

TABELA - TIPO DE TANQUE



COD	TIPO DE TANQUE	VOLUME
1	TANQUE DESCONHECIDO	
2	TANQUE DE AÇO CARBONO – ABNT – NB 190	10.000
3	IDEM	15.000
4	IDEM	20.000
5	TANQUE SUBTERRÂNEO DE RESINA TERMOFIXA REFORÇADA COM FIBRA DE VIDRO – PAREDE SIMPLES – ABNT – NBR 13212	15.000
6	IDEM: TANQUE NÃO COMPARTIMENTADO	30.000
7	IDEM: TANQUE COMPARTIMENTADO (15.000 + 15000 L)	30.000
8	TANQUE SUBTERRÂNEO DE RESINA TERMOFIXA REFORÇADA COM FIBRA DE VIDRO – PAREDE DUPLA – ABNT – NBR 13212	15.000
9	IDEM: TANQUE NÃO COMPARTIMENTADO	30.000
10	IDEM: TANQUE COMPARTIMENTADO (15.000 + 15000 L)	30.000
11	TANQUE ATMOSFÉRICO SUBTERRÂNEO EM AÇO CARBONO - ABNT – NBR 13312 – PAREDE SIMPLES COM REVESTIMENTO	15.000
12	IDEM	30.000
13	IDEM: TANQUE COMPARTIMENTADO (15.000 + 15000 L)	30.000
14	TANQUE ATMOSFÉRICO SUBTERRÂNEO DE AÇO CARBONO DE PAREDE DUPLA METÁLICA – ABNT – NBR 13785	15.000
15	IDEM	30.000
16	IDEM: TANQUE COMPARTIMENTADO (15.000 + 15000 L)	30.000
17	TANQUE ATMOSFÉRICO SUBTERRÂNEO DE AÇO CARBONO DE PAREDE DUPLA NÃO METÁLICA – ABNT – NBR 13785 (TANQUE JAQUETADO)	15.000
18	IDEM	30.000
19	IDEM: TANQUE COMPARTIMENTADO (15.000 + 15000 L)	30.000
20	AÉREO	
21	OUTROS – Especificar no formulário – em caso de equipamentos de armazenamento não constantes na lista acima, apresentar cópia da certificação por órgão certificador oficial (mesmo estrangeiro)	

1 - INTRODUÇÃO

As atividades econômicas e seus efeitos sobre o meio ambiente são questões mundialmente discutidas. Para evitar, compensar ou minimizar os impactos ambientais, as atividades econômicas potencialmente poluidoras são atualmente objetos de legislações específicas, disciplinadoras de procedimentos tecnológicos e operacionais capazes de eliminar ou reduzir poluentes.

Este relatório descreve os resultados obtidos durante a Investigação Ambiental e a análise de risco preliminar de acordo com a referência metodológica ASTM E1912/98 (Standard Guide for Accelerated Site Characterization for Confirmed or Suspected Petroleum Release) nas instalações do empreendimento Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.

2 - OBJETIVOS

Os objetivos desta Investigação Preliminar de Passivo Ambiental foram:

- Caracterização do empreendimento (identificação, localização e caracterização da área ocupada);
- Levantamento do histórico de vazamentos/acidentes, reformas e resultados de sindicâncias na vizinhança;
- Levantamento de dados que caracterizem o grau de agressividade do solo (tipo de solo, pH, Umidade, Sulfato, Permeabilidade, Resistividade e Corrosão Potencial);
- Avaliação do subsolo através de medições do teor de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC) por toda área do estabelecimento, a uma profundidade de 1,0 metro; e
- Identificação de fontes poluidoras potenciais primárias e secundárias, vias potenciais de exposição e mecanismo de transporte de contaminantes a receptores humanos e ambientais.

3 – ASPECTOS FISIOGRAFICOS

O município de Sabará está inserido na região metropolitana do estado de Minas Gerais.

A cidade, banhada pelo Rio das Velhas, que deságua no Rio São Francisco, está a 19 quilômetros de Belo Horizonte tendo como rodovia de ligação a BR-262.

Sabará tem origem num arraial de bandeirantes que apareceu no fim do século XVII. O povoado cresceu e foi criada a freguesia em 1707, que foi elevada a vila e município em 1711, com o nome de *Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará*. É cidade desde 1838.

O município possui área de 302,54 Km².



Os município limítrofes: Santa Luiza

Belo Horizonte

Nova Lima

Raposos

Caeté

Taquaraçu de Minas.



Mapa de Sabará, seus distritos e municípios limítrofes

População

A população registrada neste censo foi de 120.770 habitantes.

Densidade

A densidade demográfica é de 442,4 hab/km²

Clima

O clima é tropical de altitude 20° com temperatura média máxima de 27,1°C e índice pluviométrico médio de 1491,3 mm.

Relevo

O relevo municipal possui topografia montanhosa dominante (70%), com as feições ondulada (20%) e plano (10%) em menor escala. A altitude máxima é de 1.800 m na Alto Serra da Piedade e mínima de 700 m na Foz do Ribeirão da Laje.

Ocupação do Solo

MUNICIPIO DE SABARÁ



TIPOLOGIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Afloramento de rochas (0,05%)	Mineração (1,90%)
Barro (3,61%)	Resíduos sólidos (0,44%)
Campo nativo (10,50%)	Outros (0,03%)
Capoeira (29,90%)	Pastoreio extensivo (1,38%)
Cerrado (1,09%)	Parque, lagoa, represa (0,05%)
Chácara, sítio, sede de fazenda (3,61%)	Superfícies agropecuárias (11,00%)
Complexo rupestre (1,12%)	Área urbanizada (0,29%)
Floresta nativa (15,85%)	Áreas de lazer (0,25%)

Rua Jequitibá, 568, 2º andar, Horto - Ipatinga - MG - 35.160-306 - 31-3822-4012
solução@solucaoambiental.com

O município de Sabará pertence ao Super Grupo Minas, o qual é subdividido em quatro Grupos:

Caraça (base),

Itabira,

Piracicaba, e

Sabará.



O Grupo Caraça é constituído de metaconglomerados, quartzitos e filitos, com espessura média de 200 metros, podendo atingir até 1200 metros. Da base para o topo este Grupo é subdividido nas seguintes formações geológicas:

- Formação Cercadinho: quartzitos ferruginosos intercalados em filitos prateados;
- Formação Fecho do Funil: filitos sericíticos e dolomíticos e lentes de dolomito;
- Formação Taboões: quartzitos finos e puros;
- Formação Barreiro: filitos carbonosos e filitos sericíticos.

O Grupo Sabará constitui a unidade metassedimentar de maior expressão e extensão no município de Belo Horizonte. São rochas associadas a metavulcânicas e com espessa seqüência de xistos e filitos com metagrauvacas. A espessura total da seqüência pode alcançar 3.500 metros.

Características do Sistema aquífero

O sistema aquífero nas rochas metassedimentares do Quadrilátero ferrífero, que ocorre na porção sul, do município de Belo Horizonte é constituído de uma seqüência de aquíferos intercalados por aquitardios formando um importante

complexo hidráulico que está sobreposto ao embasamento cristalino do Complexo de Belo Horizonte.



As rochas metassedimentares são estratigraficamente invertidas e apresentam mergulho forte para sudeste atingindo profundidades superiores a 600 metros. Esta altitude das camadas orienta o fluxo das águas subterrâneas para sudeste em direção oposta e independente à do fluxo das águas subterrâneas do Complexo de Belo Horizonte.

Assim, a recarga, circulação e descarga das águas subterrâneas dos aquíferos nas rochas metassedimentares não apresentam nenhuma intercomunicação ou correlação com as das rochas do embasamento cristalino do Complexo de Belo Horizonte.

Os aquíferos nas rochas metassedimentares são do tipo confinados, parcialmente granulares porosos e fraturados, heterogêneos e anisotrópicos com intensa variação lateral e em profundidade.

A intercalação estratigráfica de rochas com diferentes granulometrias, durezas, graus de decomposição e variada competência é que confere aos aquíferos esta imensa variação de suas características físicas. Convém ressaltar que o mergulho forte das camadas, aliado a intercalações de rochas com diversos graus de compacidade e granulometria fazem com que as perfurações de poços tubulares nestes aquíferos sejam muito difíceis e exijam equipamentos de grande capacidade e adequados a estas características.

As áreas de afloramentos das formações metassedimentares no sopé e na encosta da serra do Curral, ao sul de Belo Horizonte, constituem a principal zona de recarga do sistema aquífero do Quadrilátero ferrífero nesta região. As águas ali infiltradas

percolam para grandes distâncias para constituir imensos reservatórios de água subterrâneas.

As descargas destes aquíferos são realizadas apenas através de grandes e penetrantes fraturas ou de falhas geológicas existentes na região do Quadrilátero ferrífero. Por estas estruturas geológicas as águas migram de baixo para cima formando exutórios naturais na superfície que dão origem a rios e riachos perenes, muito comuns na região, alguns deles inclusive com águas quentes quando as suas águas subterrâneas procedem de grandes profundidades do subsolo.

Principais rios:

- Rio das Velhas
- Ribeirão Sabará

Bacia:

- Bacia Rio Doce



Mapa Bacia do Rio Doce

A bacia hidrográfica do Rio Doce abrange uma área de 83.400 km² nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O Rio Doce encontra com o Oceano Atlântico em Regência, no município de Linhares-ES, sendo os seus formadores o ribeirão do Carmo, que nasce em Mariana, e o rio Piranga, que nasce em Ressaquinha.

A grande diversidade de seus ambientes físicos e bióticos (cobertura vegetal, solos, topografia, clima, hidrografia, fauna e flora) e o processo de ocupação deste território, traçaram um cenário bastante complexo do ponto de vista sócio/econômico e ambiental, mostrando ao longo de toda a bacia diferenças marcantes em termos de atividades econômicas, disponibilidade hídrica e contradições sociais.

4 - HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO

O Ravena Auto Posto e Serviços Ltda. está em operação desde de 11 de outubro de 1991 em uma área com predominância rural do município de Sabará – MG, funciona em 3 (três) turnos obedecendo a legislação trabalhista.

O terreno possui área total de 32.000 m² sendo que 515,76 m² são de área construída.

A regularização da Licença Ambiental iniciou-se em 16 de abril de 2008 com o protocolo do Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCEI sob o nº R043244/2008 junto a Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SUPRAM Leste Mineiro. O empreendimento não possui nenhuma licença ambiental em apreço.

5 – CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO DO ESTABELECIMENTO DO SASC SEGUNDO NBR N° 13.786



A classificação da área de entorno do estabelecimento que utilizam o Sistema de Armazenagem Subterrâneo de Combustíveis – SASC foi determinada em conformidade com a Norma Técnica NBR 13.786 “Posto de Serviço – Seleção de Equipamentos e Sistemas para Instalações Subterrâneas de Combustíveis”.

De acordo com a Norma Técnica, a Classe foi definida conforme o ambiente em torno do posto de serviço, numa distância de 100 metros a partir do seu perímetro.



O empreendimento é classificado como **Classe 2**. Essa classificação é decorrente da existência de um poço de água artesianos ou não, para consumo doméstico em um raio de 100 metros a partir do seu perímetro, conforme ABNT NBR 13786 “Posto de

Serviço – Seleção de equipamentos e sistemas para instalações subterrâneas de combustíveis de 2001” (Tabela 1).

Tabela 1 – Classificação dos Postos de Serviços Conforme o Ambiente em Torno



CLASSE 0	
	Quando não possuir nenhum dos fatores de agravamento das classes seguintes.
CLASSE 1	
	Rede de drenagem de águas pluviais.
	Rede subterrânea de serviços (água, esgoto, telefone, energia elétrica, etc.)
	Fossa em áreas urbanas.
	Edifício multifamiliar com até quatro andares..
CLASSE 2	
	Asilo.
	Creche.
	Edifício multifamiliar com até quatro andares.
	Favela com cota igual ou superior á do posto.
	Edifício de escritórios comerciais com quatro ou mais pavimentos.
X	Poço de água, artesiano ou não, para consumo doméstico.
	Casa de espetáculo ou templo.
	Escola.
	Hospital.
CLASSE 3	
	Favela em cota inferior a do posto.
	Metrô em cota inferior a do solo.
	Garagem residencial ou comercial construída em cota inferior a do solo.
	Túnel construído em cota inferior a do solo.
	Edificação residencial, comercial ou industrial, construída em cota inferior do solo.
	*Atividades industriais e operação de risco.
	Água do subsolo utilizada para abastecimento público da cidade (independentemente do perímetro de 100 m).
	Corpos naturais superficiais de água, bem como seus formadores, destinados a: - abastecimento doméstico - proteção das comunidades aquáticas - recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho) - irrigação - criação natural e/ou intensiva de espécies destinadas á alimentação humana.

* Entende-se como atividades e operações de risco o armazenamento e manuseio de explosivos, bem como locais de carga e descarga de inflamáveis líquidos (base e terminal).

Fonte: NBR 13.786/2001 – Posto de serviço – Seleção de equipamentos e sistemas para instalações subterrânea de combustíveis.

6 – PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS



6.1 – Levantamento do Histórico de Contaminação do Empreendimento

Levantamento de informações relativas ao histórico de vazamento, substituição de tanques, presença de combustíveis em fase livre, odores característicos dos produtos combustíveis comercializados e de possíveis reclamações da comunidade circunvizinha.

6.2 - Avaliação de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC)

Os estudos investigativos do subsolo foram baseados na Norma Norte Americana ASTM – E 1912 “Standart Guide for Accelerated Site Characterization for Confined or Suspected Petroleum Releases” e Metodologia de Passivos Ambientais em área de derrame.

Os trabalhos de caracterização em campo foram inicializados primeiramente com a verificação de onde seriam feitas as análises no empreendimento. Em seguida definiu-se uma malha com espaçamento aproximado de (5m X 5m), por toda área de interesse do empreendimento.

Atentou-se para a possibilidade de riscos inerentes à realização das sondagens, sendo que, as mesmas só foram realizadas após a confirmação da inexistência de tubulações subterrâneas ou qualquer outro possível perigo.

Após a definição da malha, foram realizados os serviços de perfuração das sondagens.

Os furos de sondagem de gases foram inicializados com uma trado manual, com o diâmetro de 50,00 mm até o rompimento da pavimentação do posto, em uma profundidade de 0,5 metro e 1,00 metro.



Para realizar as medições de COV nas sondagens utilizou-se a metodologia Head Space, que consiste em armazenar o solo imediatamente coletado em um saco plástico, desagregá-lo manualmente, realizando em seguida a medição dos COV presentes neste meio. O equipamento de medição apresenta duas escalas, de 0 a 500 ppmV e de 0 a 100% de LIE (Limite Inferior de Explosividade).

As medições obtidas foram analisadas com o uso de um fotoionizador para a medição de VOC – Compostos orgânicos voláteis da marca Gastech Innova.

Esse aparelho possui uma faixa de operação (Range) de 0 a 10.000 ppm com precisão média de 1 ppm.

Foram realizadas medições nas tubulações e redes no entorno do empreendimento, em um raio de 100 metros, objetivando a determinação e a quantificação de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC).

Para a execução deste relatório, todos os valores foram convertidos em ppm (1% de LIE = 110 ppmV).

A unidade de medida ppmV, representa uma relação de parte por milhão referenciada a volume e não a massa , ou seja, 1 ppmV de benzeno representa 1 litro do gás benzeno em 1.000.000 de litros de ar.

6.3 – Caracterização do Subsolo

A Descrição do material do subsolo local, observado na sondagem executada.



6.4 – Análise do Solo

Amostragem do solo da área de interesse objetivando análise físico-química, respeitando os seguintes parâmetros: pH, umidade, sulfato, permeabilidade, resistividade e corrosão potencial.

6.5 – Análise de Risco Preliminar

Uma *análise preliminar de risco* consiste da verificação da consistência dos elementos que compõem uma via potencial de exposição (*figura1*), quais sejam: uma fonte, meios de transporte do contaminante, pontos de exposição e um receptor.

Uma via potencial de exposição nos moldes da norma RBCA, representa as possíveis formas pelas quais um determinado receptor pode ser exposto a fatores de risco potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou integridade física. A ausência de um dos elementos da cadeia implica na interrupção do processo, com a conseqüente descaracterização do risco.

Em postos convencionais de abastecimento de combustíveis as fontes primárias de contaminação são os combustíveis armazenados nos tanques, linhas e bombas de abastecimento que, se não contidos, podem atingir o solo e as águas subterrâneas os quais, por sua vez, podem levar o contaminante até receptores humanos, e podendo ainda provocar danos à fauna.

Também a inalação, ingestão ou contato dermal com o contaminante podem constituir vias potenciais de exposição para os trabalhadores do empreendimento ou trabalhadores de obras que eventualmente venham a trabalhar no local em serviços de escavação. O acúmulo de contaminante em forma de vapor em ambientes confinados constitui risco de incêndio ou explosão. No empreendimento em análise, a partir das observações de campo, as potenciais formas de exposição identificadas foram:



- contato dermal e/ou ingestão de solo superficial impactado, por trabalhadores de obras em serviços de escavação.
- Ingestão de água contaminada por consumidores de água subterrânea no próprio empreendimento ou em seu entorno.
- Inalação de vapores e/ou particulados pelos trabalhadores na superfície, provenientes de dispersão atmosférica provocada pela volatilização de contaminantes através de descontinuidades no piso de terra batida.

Fluxograma das vias potenciais de exposição

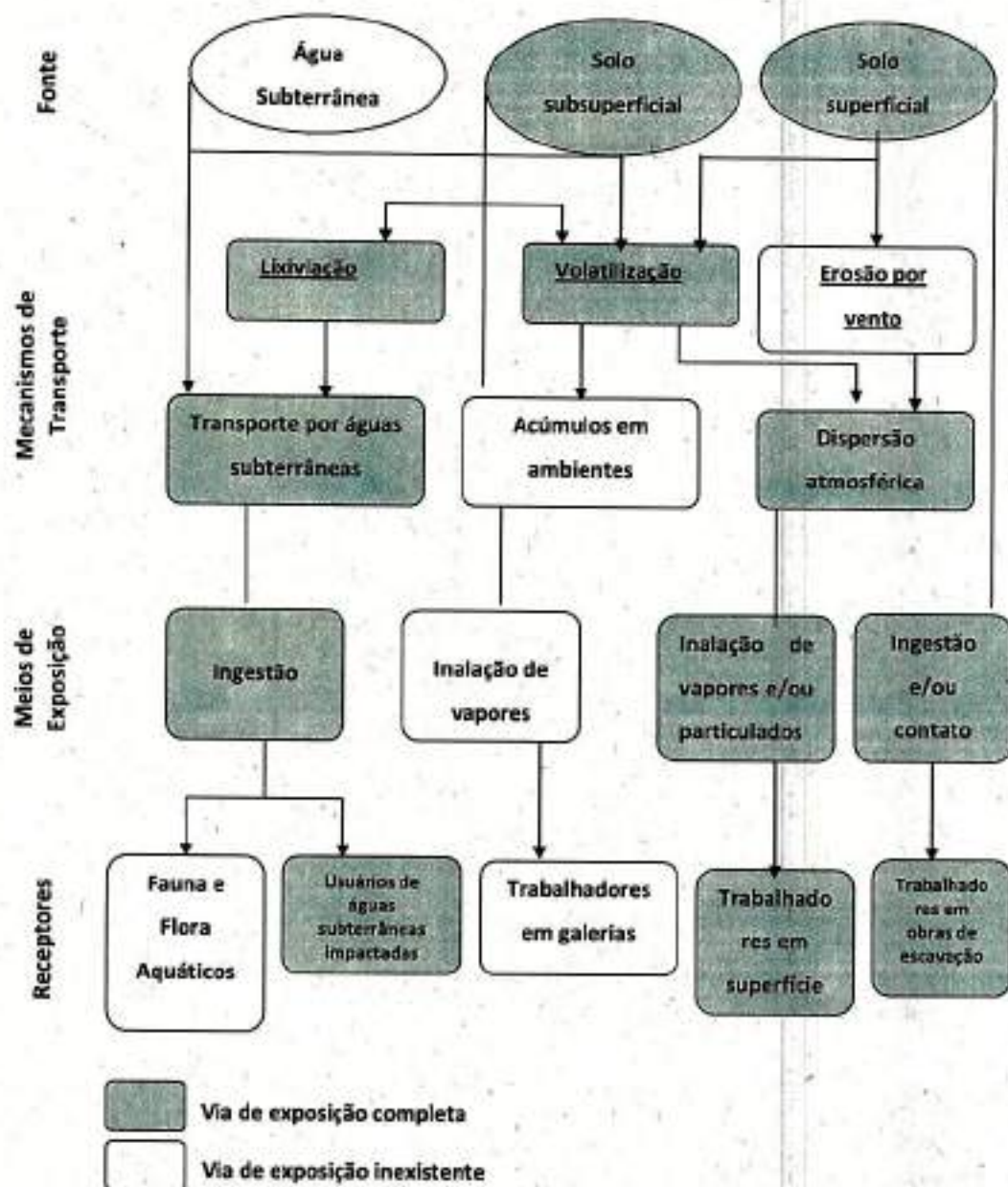


Figura 1 – Vias potenciais de exposição

7 – RESULTADOS OBTIDOS

7.1 – Levantamento do Histórico de Contaminação do Empreendimento

O empreendimento Ravena Auto Posto e Serviços Ltda. opera no local há 17 anos, desenvolvendo a atividade de posto revendedor de combustível.



De acordo com as informações obtidas com o responsável pelo empreendimento, não há histórico de vazamento no Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível (SASC), tão pouco reclamações da vizinhança, quanto ao odor ou presença de combustível no interior de estabelecimentos e residências. Está previsto a realização de reformas gerais no empreendimento para a instalação de novos tanques e acessórios, para atender as exigências das adequações ambientais.

7.2 – Avaliação de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC) no entorno do empreendimento

No entorno do empreendimento em um raio de 100 metros, não encontram-se quaisquer tubulações e redes para medição de VOC

7.3 – Medição de VOC na Área do Empreendimento

Os resultados obtidos durante as medições de VOC na área do empreendimento não apresentam focos de contaminação.

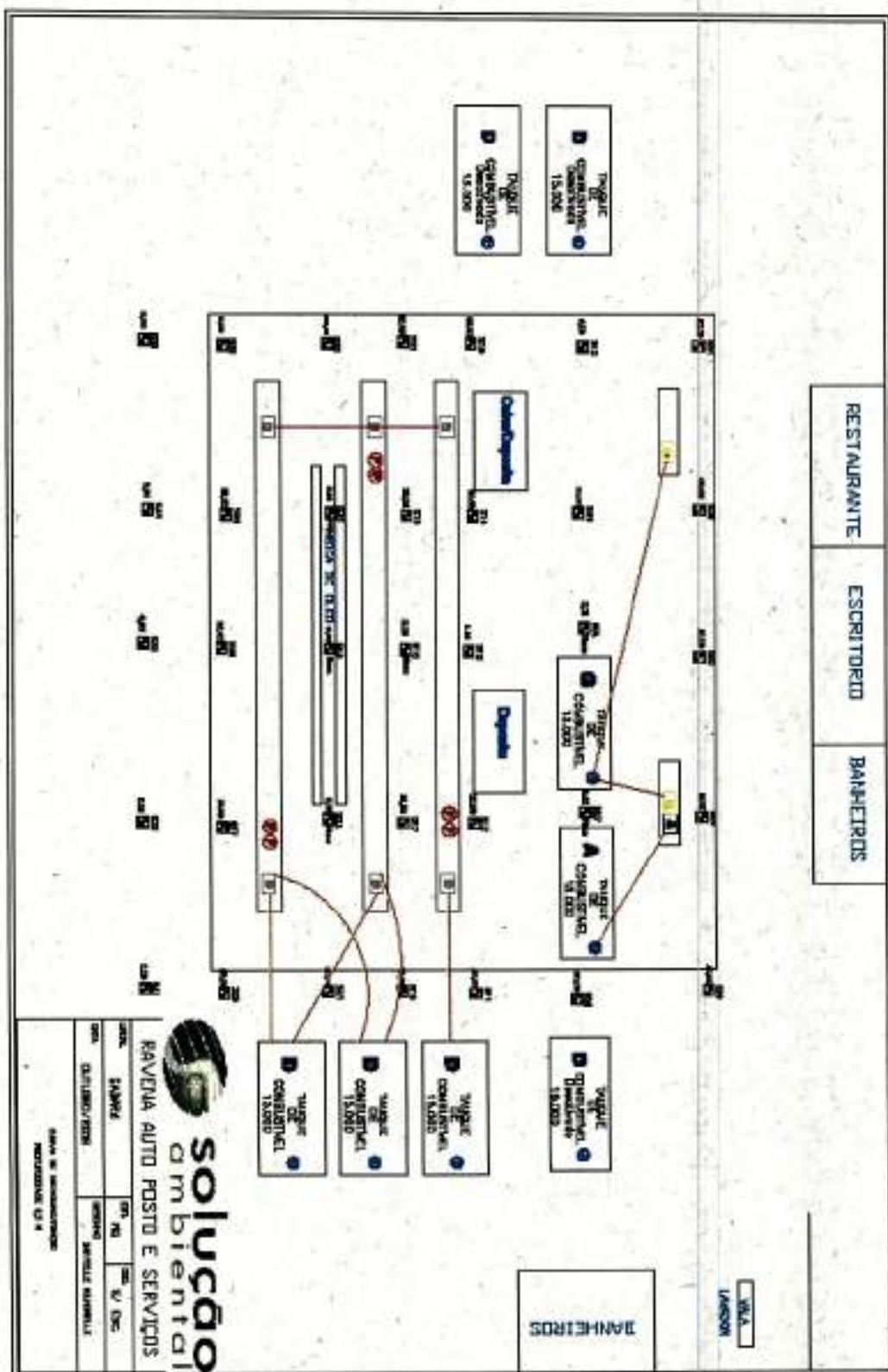
O perfil de medição indicou valores baixos, sendo que a maior concentração foi de (80,00 ppm), que corresponde a sondagem S31 com 0,50 metros de profundidade. Os demais valores variaram entre 0 e 40 ppm e encontram-se listados na **Tabela 1**

Tabela 1 – Resultado da Medição de VOC nas Sondagens Executadas		
Sondagens	Concentrações de VOC (ppm)	
	Profundidade	
	0,5	1,0
S01	20	0
S02	40	20
S03	20	20
S04	20	0
S05	20	20
S06	20	20
S07	Risco	-
S08	Risco	-
S09	20	0
S10	0	0
S11	20	0
S12	20	0
S13	0	0
S14	20	0
S15	20	0
S16	40	20
S17	20	0
S18	Risco	-
S19	20	20
S20	20	0
S21	20	0
S22	Risco	Risco
S23	Risco	Risco
S24	Risco	Risco
S25	20	0
S26	20	20
S27	20	Rocha
S28	20	0
S29	60	40
S30	0	0
S31	80	20
S32	0	0
S33	0	0
S34	0	0
S35	0	0
S37	0	0



A localização das sondagens e seus respectivos valores encontram-se representados na Figura 2, 3 e 4.

Figura 03 – Croqui: Curva de Isoconcentração Profundidade 0,5 metro.



7.4 – Caracterização do Subsolo

Com base na sondagem realizada no empreendimento, o subsolo é constituído por material arenoso, variando de coloração vermelha e amarela. O perfil descritivo da sondagem encontra-se na **Figura 5**.

O Fluxo das águas subterrâneas foi inferido para Sudeste de acordo com a morfologia local, não sendo possível estimar o nível do lençol freático.

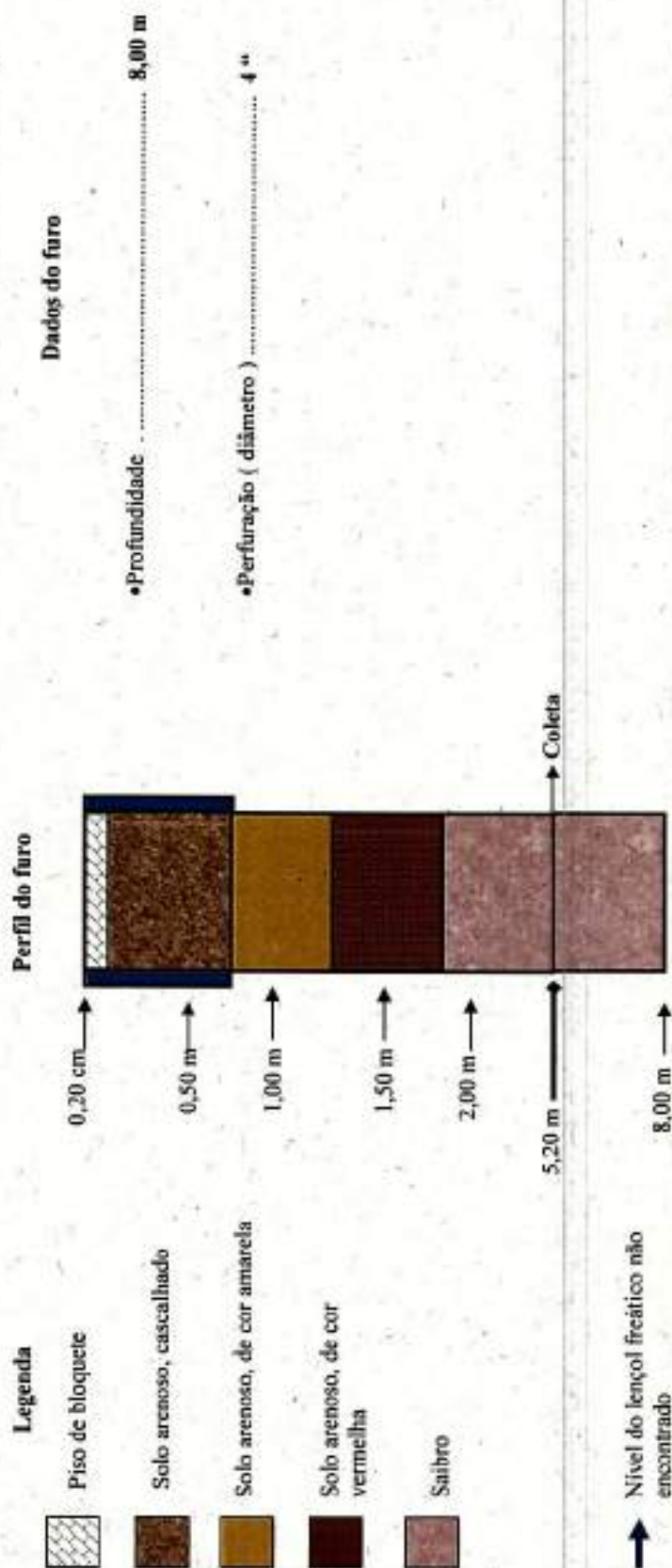


Figura 5 - PERFIL LITOLÓGICO E CONSTRUTIVO

Furo S31

Latitude: 19° 48' 34.1"

Longitude: 43° 46' 18.3"



5 – ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA SOLO

Foi coletada uma amostra na sondagem S31, na profundidade de 8,00 metro, e esta foi enviada ao laboratório Minimax para análise dos parâmetros citados no item 4.2. Os resultados obtidos encontram-se na **Tabela 3**.

Tabela 3 – Resultados Laboratoriais		
Parâmetros	Resultados	Unidade
pH	6,7	-
Umidade	11,3	%
Sulfato	57	ppm
Permeabilidade	1	Cm/h
Resistividade	5400	0hm.cm a 50% de umidade
Corrosão Potencial	0,050	0,050 mm/ano

7.6 – Análise de Risco Preliminar

A existência de risco à saúde humana é determinada pela presença, concomitante e interativa, de três componentes importantes: concentrações suficientemente altas de poluentes, vetores de exposição e receptores humanos.

Segue abaixo as análises possíveis para as rotas de exposição aos contaminantes.



Contato dermal e/ou ingestão de solo superficial impactado.

Sendo a pavimentação do empreendimento em bloquete, é caracterizado risco.

Com as devidas adequações ou seja, pavimentação e impermeabilização do solo este risco deixará de existir.

Ingestão de água.

O fornecimento de água do empreendimento é feito pelo poço tubular.

De acordo com a medição de VOC realizada os valores encontrados são insignificantes, não apresentando risco.

Inalação de vapores e/ou particulados.

Com as adequações realizadas no empreendimento, o risco deixará de existir.

Inalação e Contato com os Compostos Orgânicos Voláteis (VOC) das Galerias.

Em função da inexistência de galerias nas cercanias do empreendimento, fica descartada para o cenário esta rota de exposição.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos valores de VOC – Compostos Orgânicos Voláteis registrados nos trabalhos de campo, informamos que nas sondagens executadas não obtivemos valores significativos (maiores de 1.000, 0 ppm) na área do empreendimento.

O perfil de medição indicou valores baixos em algumas sondagens, sendo que a maior concentração (80,0 ppm) foi encontrada na sondagem S31 com 0,5 metros de profundidade.

A análise de risco preliminar realizada não indicou a presença de risco associado ao cenário do empreendimento Ravena Auto Posto e Serviços Ltda.

10 – EQUIPES DE PROFISSIONAIS

Este relatório foi elaborado com base em dados coletados pela Solução Ambiental, bem como em resultados originados dos serviços de terceiros, laboratórios e profissionais devidamente credenciados junto aos respectivos órgãos.

As conclusões acima apresentadas foram obtidas com base na boa técnica, plenamente adotada pela Solução ambiental obedecendo rigorosamente às normas e procedimentos técnicos nacional e internacionalmente.

O escopo de serviços realizados e acima apresentados, obedece estritamente aos termos firmados entre a Solução Ambiental e o cliente, aplica-se exclusivamente aos fins contratados. Qualquer utilização deste trabalho de forma estranha às suas finalidades originais ainda que de forma parcial, isentará a solução Ambiental de qualquer responsabilidade sobre o mesmo.

Estiveram envolvidos neste trabalho:

Nome: Cláudia Andréa do Nascimento Brum

Formação: Engenharia Civil

Registro Profissional: CREA-MG 46176/D

Nome: Patrícia Mara Rodrigues

Formação: Engenharia Sanitária e Ambiental

Registro Profissional: CREA-MG 6002671

Nome: Márcio de Souza Assis

Formação: Técnico Mecânico e Meio Ambiente

Registro Profissional: CREA-MG 103634

11 – MEMORIAL FOTOGRÁFICO



Foto 01 – Vista Geral do Empreendimento

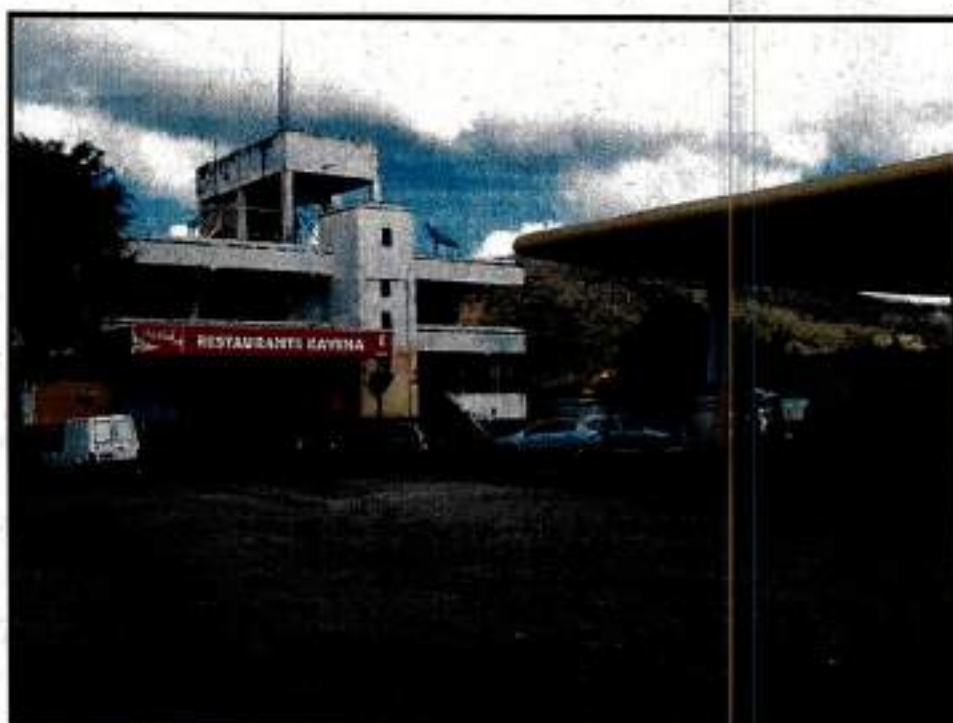


Foto 02 – Vista do empreendimento

Rua Jequitibá, 568, 2º andar, Horto – Ipatinga – MG – 35.160-306 – 31-3822-4012
solucao@solucaoambiental.com



Foto 03 – Furo com trado manual



Foto 04 – Furo de sondagem

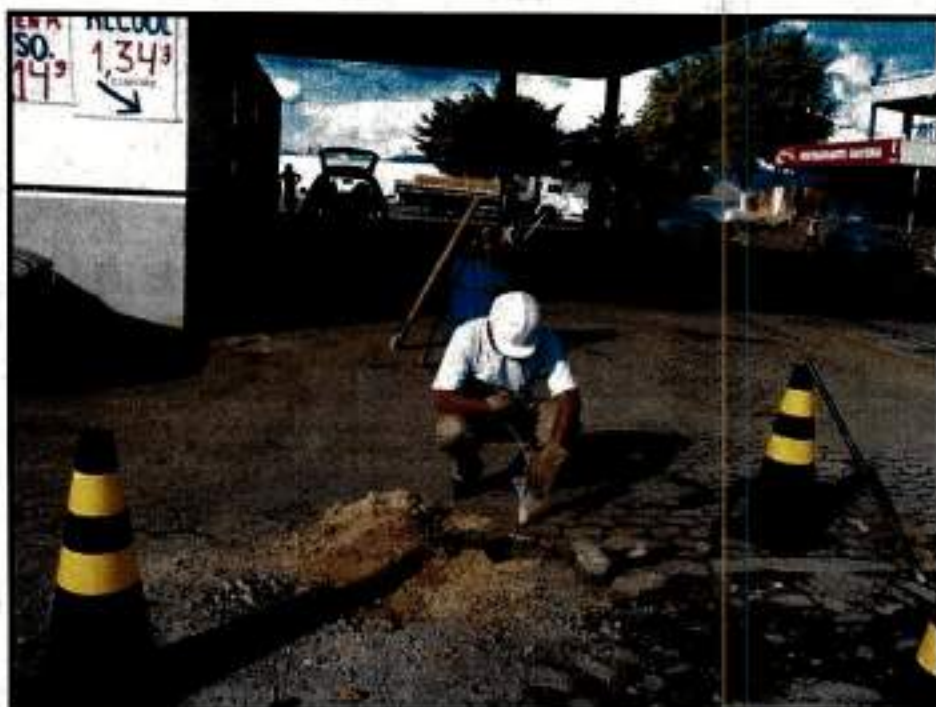



Foto 05 – Medição de VOC

12 – ANEXOS

- Anotação de Responsabilidade do Técnico – ART
- Resultado da Análise de Solo – Laboratório Minimax

13 – BIBLIOGRAFIA

- Norma ABNT NBR 13784. Detecção de Vazamento em postos de serviço. Março 1997.
- Norma ABNT NBR 13786. Seleção de Equipamentos e Sistemas para Instalações subterrâneas de combustíveis em postos de serviço. Março 1997.
- Norma ASTM - E 1739 – 95. Standard Guide for Risk – Based Corrective Action Applied at Petroleum Release Sites, 1995.
- Norma ASTM - E 1912 Standard Guide for Accelerated Site Characterization for Confirmed or Suspected Petroleum Releases.

 CREA-MG <small>Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura</small>		Av. Akemi-Calevi, 1001 - 6º Andar - São José do Rio Preto - SP 13.170-001 - www.crea-mg.org.br - Tel.: 31.3268-8700 0800 30 10 373 (0-800) - 0800 31 27 22 (Atendimento)		ART NÚMERO 1 - 50525/2018
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART MATRIZ OBRA / SERVIÇO				
01 Nome do profissional responsável pelo trabalho no serviço RAFAEL JOSÉ OLIVEIRA SIQUEIRA 02 (Data) do Profissional 02/10/2018		03 Registro no CREA 05-21047/18 04 Data 10/10/2018		
05 Endereço profissional do Profissional RUA VERDEJO JOSE DE VINGOS VERRA 388 DO LOURDES GONCALVES WILANES 06 CEP 35032-536				
07 Cidade do Profissional SAO JOSE DO RIO PRETO				
08 Nome do Contratante RACHA AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA 09 CNPJ 41.684.506/0001-23				
10 Endereço para correspondência RODOVIA BR 381 KM 03 RABENA SABARA-MG 11 CEP 35060-000				
12 Cidade do Contratante SABARA-MG				
13 Estado do Contratante MG				
14 Descrição do Serviço PROJETO DE LUBRIFICANTES				
15 Valor do Serviço 30,00				
16 Data da emissão 10/10/2018				
17 Data da validade 10/10/2019				
18 Data da entrega 10/10/2018				
19 Data da assinatura 10/10/2018				
20 Data da entrega 10/10/2018				
21 Data da assinatura 10/10/2018				
22 Data da entrega 10/10/2018				
23 Data da assinatura 10/10/2018				
24 Data da entrega 10/10/2018				
25 Data da assinatura 10/10/2018				
26 Data da entrega 10/10/2018				
27 Data da assinatura 10/10/2018				
28 Data da entrega 10/10/2018				
29 Data da assinatura 10/10/2018				
30 Data da entrega 10/10/2018				
31 Data da assinatura 10/10/2018				
32 Data da entrega 10/10/2018				
33 Data da assinatura 10/10/2018				
34 Data da entrega 10/10/2018				
35 Data da assinatura 10/10/2018				
36 Data da entrega 10/10/2018				
37 Data da assinatura 10/10/2018				
38 Data da entrega 10/10/2018				
39 Data da assinatura 10/10/2018				
40 Data da entrega 10/10/2018				
41 Data da assinatura 10/10/2018				
42 Data da entrega 10/10/2018				
43 Data da assinatura 10/10/2018				
44 Data da entrega 10/10/2018				
45 Data da assinatura 10/10/2018				
46 Data da entrega 10/10/2018				
47 Data da assinatura 10/10/2018				
48 Data da entrega 10/10/2018				
49 Data da assinatura 10/10/2018				
50 Data da entrega 10/10/2018				
51 Data da assinatura 10/10/2018				
52 Data da entrega 10/10/2018				
53 Data da assinatura 10/10/2018				
54 Data da entrega 10/10/2018				
55 Data da assinatura 10/10/2018				
56 Data da entrega 10/10/2018				
57 Data da assinatura 10/10/2018				
58 Data da entrega 10/10/2018				
59 Data da assinatura 10/10/2018				
60 Data da entrega 10/10/2018				
61 Data da assinatura 10/10/2018				
62 Data da entrega 10/10/2018				
63 Data da assinatura 10/10/2018				
64 Data da entrega 10/10/2018				
65 Data da assinatura 10/10/2018				
66 Data da entrega 10/10/2018				
67 Data da assinatura 10/10/2018				
68 Data da entrega 10/10/2018				
69 Data da assinatura 10/10/2018				
70 Data da entrega 10/10/2018				
71 Data da assinatura 10/10/2018				
72 Data da entrega 10/10/2018				
73 Data da assinatura 10/10/2018				
74 Data da entrega 10/10/2018				
75 Data da assinatura 10/10/2018				
76 Data da entrega 10/10/2018				
77 Data da assinatura 10/10/2018				
78 Data da entrega 10/10/2018				
79 Data da assinatura 10/10/2018				
80 Data da entrega 10/10/2018				
81 Data da assinatura 10/10/2018				
82 Data da entrega 10/10/2018				
83 Data da assinatura 10/10/2018				
84 Data da entrega 10/10/2018				
85 Data da assinatura 10/10/2018				
86 Data da entrega 10/10/2018				
87 Data da assinatura 10/10/2018				
88 Data da entrega 10/10/2018				
89 Data da assinatura 10/10/2018				
90 Data da entrega 10/10/2018				
91 Data da assinatura 10/10/2018				
92 Data da entrega 10/10/2018				
93 Data da assinatura 10/10/2018				
94 Data da entrega 10/10/2018				
95 Data da assinatura 10/10/2018				
96 Data da entrega 10/10/2018				
97 Data da assinatura 10/10/2018				
98 Data da entrega 10/10/2018				
99 Data da assinatura 10/10/2018				
100 Data da entrega 10/10/2018				

LABORATÓRIO MINIMAX LTDA

À
SOLUÇÃO Ambiental e Informatizada
Amostra : RAVENA AUTO POSTO SERVIÇO LTDA
CNPJ: 41.694.506/0001-25
Rodovia BR 381, km 23 - Bairro Ravena
Sabará - MG

Resultado de análise de solo :

pH 6,7

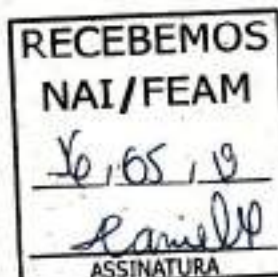
Umidade 11,3 %

Sulfato 57 ppm

Permeabilidade 1 cm/h

Resistividade 5400 ohm.cm a 50% de umidade

Corrosão Potencial 0,050 mm/ano

Obs.: pH - EMBRAPA - SNLCS**Sulfato - Malavolta****Permeabilidade - Mecânica dos Solos - Homero Pinto Caputo****Resistividade e Corrosão Potencial - STRATFUL, R.F. - Corrosion. Vol.****17, n. 10, 1961. corrosão em aço.****Belo Horizonte, 28/08/2008****LABORATÓRIO MINIMAX LTDA**

Rua Mario Coutinho, 10 - Estoril - BH - MG // CEP 30570-310
Telefax (31) 3374-8100 // Celular 8828-8826 - minimax@oi.com.br

Autuado: Ravena Auto Posto e Serviço Ltda.- atual Rede Dom Pedro de Postos Ltda.

Processo nº 3001/2001/002/2009

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 17351/2008, infrações gravíssimas, porte médio.

ANÁLISE

1) RELATÓRIO

A sociedade empresária Ravena Auto Posto e Serviço Ltda., atualmente designada por Rede Dom Pedro de Postos Ltda., foi autuada como incursa nos incisos II e IX, do artigo 87, do Decreto nº 44.309/2006, pelo cometimento das seguintes irregularidades:

- 1 - O empreendimento não possui LO, a pista de abastecimento não é impermeabilizada, as bombas e as bocas de descarga de combustíveis não são dotadas de sumps. Foram constatadas manchas de combustíveis próximo às bombas de combustíveis. Os vasilhames de troca de óleo e estopas sujas de óleo são destinadas de forma inadequada (coletados pelo serviço de limpeza pública da Prefeitura de Sabará);*
- O efluente gerado na lavagem de veículos é lançado sem tratamento em um terreno próximo ao empreendimento, causando com isso poluição/degradação do solo.*

Foram impostas duas penalidades de multa simples no valor de R\$50.001,67 (cinquenta mil e um reais e sessenta e sete centavos) cada, em razão da incidência da agravante do art. 69, II, "a" e "c", do decreto em referência. Também foi aplicada penalidade de suspensão de atividades de revenda de combustível.

A Autuada apresentou defesa tempestiva, cujos pedidos foram julgados improcedentes e mantidas as duas penalidades de multa simples, com os valores reduzidos para R\$ 26.666,66 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e seis centavos) cada uma, nos termos da decisão de fls. 45. A suspensão das atividades não foi mantida, em razão da obtenção da regularização ambiental.

Regularmente notificada da decisão em 25/04/2017, a Autuada protocolizou

Recurso tempestivamente em 04/05/2017, no qual aduziu, abreviadamente, que:

- se dispõe a realizar o pagamento à vista da multa com a minoração facultada no artigo 10, I, da Lei nº 21.735/2015;

- sucedeu-se a prescrição intercorrente, já que o processo ficou paralisado por mais de 3 anos, nos moldes da Lei Federal nº 9873/99;

- a Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007 concedeu novos prazos e previsões para regularização ambiental e, no momento da fiscalização, o empreendimento era de médio porte e dispunha de prazo para adequação;

- a LO foi obtida em maio de 2009, com procedimento iniciado antes do prazo da DN 108/2007, inexistindo ilicitude em sua conduta;

- foi realizada análise de passivo, que concluiu pela inexistência de degradação no local, de forma que há incompatibilidade dos tipos imputados ao empreendimento;

- haveria dupla penalização e *bis in idem*, já que o dano ambiental estaria compreendido em ambos os tipos, sendo excessiva a aplicação das duas tipificações;

- os juros e correção monetária foram aplicados indevidamente, já que não há decisão definitiva;

- deveriam incidir as atenuantes do artigo 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto nº 44844/2008 já que:

- o empreendimento estava sendo regularizado quando da fiscalização;

- inexistiu dano/degradação, o que por si só demonstra a menor gravidade dos fatos;

- se dispõe a realizar reuniões e analisar medidas de mitigação do impacto ambiental.



Requeru a Recorrente que seja reconhecida a prescrição intercorrente ou inexistência de ilícito. Caso seja mantido o auto de infração, que seja a multa reduzida ao valor de R\$10.001,00 (dez mil e um reais), afastando-se os juros e a correção monetária até que haja decisão definitiva. E, ainda, que seja emitido o DAE para pagamento à vista da multa com redução de 90%, nos termos do art. 10, I, da Lei nº 21735/15.

É a síntese do relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Os fundamentos fáticos e legais trazidos pela Recorrente não são suficientes para elidir ou descaracterizar as infrações cometidas e, conseqüentemente, autorizar a reforma da decisão que culminou na aplicação das penalidades de multa simples. Vejamos.

Primeiramente, saliento que o pedido de emissão de DAE com a redução de 90% do valor da multa, com fundamento no artigo 10, I, da Lei nº 21735/15, será considerado oportunamente, após o julgamento do presente recurso, por tratar-se de análise afeta à Diretoria de Finanças da fundação.

Repiso que a ocorrência de prescrição intercorrente, fundada no art. 1º, da Lei Federal nº 9.873/99, não pode ser reconhecida por essa r. Câmara Normativa e Recursal. O posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça é de que não se aplicam às ações administrativas punitivas dos Estados os dispositivos da Lei Federal nº 9.873/99, ainda que subsidiariamente, afastando-se, pois, a **prescrição intercorrente**, em virtude da limitação do âmbito espacial da lei ao plano federal. No Estado de Minas Gerais não há legislação que dê supedâneo ao reconhecimento da prescrição intercorrente e, portanto, não cabe ao intérprete aplicá-la aos procedimentos administrativos estaduais, já que assim não o quis o legislador.

A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais afastou a aplicabilidade dos dispositivos da Lei nº 9.873/99 e do seu decreto regulamentador aos processos administrativos estaduais, nos Pareceres 14.556, de 2005, 14.897, de 2009, 15.047,

de 2010 e 15.233, de 2013, na esteira do entendimento firmado no STJ, cujos julgados transcrevo:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. MULTA APLICADA PELO PROCON. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PROCESSO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DO DECRETO 20.910/1932. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A parte agravante não apresentou qualquer fundamento capaz de reverter as conclusões alcançadas no julgamento monocrático.

2. Com efeito, a solução adotada na decisão vergastada se amolda à jurisprudência desta Corte de Justiça, que entende que o art. 1º do Decreto 20.910/1932 regula somente a prescrição quinquenal, não havendo previsão acerca de prescrição intercorrente, prevista apenas na Lei 9.873/1999, que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplica às ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, em razão da limitação do âmbito espacial da lei ao plano federal. Precedentes: AgInt no REsp. 1.665.220/DF, Rel. Min. GURGEL DE FÁRIA, DJe 25.9.2019 e AgInt no REsp. 1.738.483/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 3.6.2019.

3. De outro lado, insta salientar que a decisão da Corte paranaense olvidou-se em reconhecer a prescrição intercorrente com base no Decreto 20.910/1932, como se depreende do seguinte excerto: a Lei Federal 9.873/1999, é aplicável apenas nas ações punitivas na esfera da Administração Pública Federal, não podendo ser invocada para reconhecer a prescrição intercorrente no campo dos órgãos estaduais e municipais. Por isso, inexistindo regra específica para regular o prazo prescricional no âmbito da administração estadual e municipal, adota-se o prazo previsto no Decreto 20.910/1932 (fls. 555).

4. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1838846 / PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma, julg. 30/03/2020, DJe 01/04/2020).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESTADUAL. LEI N. 9.873/99. INAPLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETO N. 20.910/32. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

1. "Verifico que o acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, segundo a qual o art. 1º do Decreto 20.910/32 regula somente a prescrição quinquenal do fundo de direito, não havendo previsão acerca de prescrição intercorrente do processo administrativo, regulada apenas na Lei n. 9.873/99, que, conforme já sedimentado no STJ, não é aplicável às ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, em razão da limitação do âmbito espacial da lei ao plano federal" (AgInt no REsp 1.770.878/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 21/2/2019).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1738483 / PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, 1ª Turma, julg. 28/05/2019, DJe 03/06/2019).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTENTE. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. LEI 9.873/1999. INAPLICABILIDADE ÀS AÇÕES ADMINISTRATIVAS PUNITIVAS DESENVOLVIDAS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

Cidade Administrativa - Prédio Minas
Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG
CEP: 31.630-900 - Endereço eletrônico: www.feam.br



1. Inexiste a alegada negativa de prestação jurisdicional, visto que a Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer violação às normas invocadas.
 2. O Superior Tribunal de Justiça entende que, em casos de ação anulatória de ato administrativo ajuizada em desfavor do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon, em decorrência do exercício do poder de polícia do Procon, é inaplicável a Lei 9.873/1999.
 3. O art. 1º do Decreto 20.910/1932 apenas regula a prescrição quinquenal, não havendo previsão acerca de prescrição intercorrente, apenas prevista na Lei 9.873/1999, que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplica às ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, em razão da limitação do âmbito espacial da lei ao plano federal.
 4. Recurso Especial parcialmente conhecido, somente em relação à preliminar de violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.013, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, não provido.
- (REsp 1811053 / PR RECURSO ESPECIAL
2019/0067543-7, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, órgão julgador
Segunda Turma, julg. 15/08/2019,
DJe 10/09/2019).

Portanto, não há fundamento legal para o reconhecimento da prescrição intercorrente nos processos administrativos estaduais punitivos.

Passo à análise do mérito recursal.

Sustentou a Recorrente que o empreendimento autuado seria de médio porte no momento da fiscalização, de modo que ainda disporia de prazo para adequação, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007 e que a LO foi obtida em maio de 2009, com procedimento iniciado antes do prazo da deliberação, inexistindo ilicitude em sua conduta.

Sem razão a Recorrente.

O empreendimento enquadrava-se na classe 3, nos termos da DN COPAM nº 74/2004, vigente quando da autuação. A Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007, que alterou a DN COPAM nº 50/2001, no art. 4º¹, outorgou àqueles empreendimentos que não haviam se regularizado, os novos prazos dispostos no Anexo 4. Aos enquadrados na Classe 3 foi concedido o prazo de 12 meses para

¹ Art. 4º - O art. 5º da Deliberação Normativa nº 50, de 28 de novembro de 2001 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§1º - Os empreendimentos convocados que ainda não se regularizaram, ficam obrigados a atender aos prazos e procedimentos estabelecidos no Anexo 4 desta Deliberação Normativa.

regularização (Anexo 3), contados da publicação da DN, que se deu em 26/05/2007, ou seja, expirou-se em 26/05/2008.

Assim sendo, quando da fiscalização, realizada em 09/06/2008, o prazo da Recorrente para obtenção da regularização já havia se esgotado, restando perfeita a autuação por operar sem licença.

Também não procede o argumento de que o procedimento teria sido iniciado antes do prazo estipulado na DN COPAM nº 108/2007, já que consta do SIAM que o processo nº 3001/2001/001/2008 foi formalizado em 04/11/2008, posteriormente, portanto, ao prazo normativo.

Quanto à alegação da Recorrente de que não ocorreu degradação ambiental, resultando em suposta incompatibilidade dos tipos imputados ao empreendimento, não será acolhida. Primeiramente porque, conforme relatado no AF 18099/2008, a pista de abastecimento não era impermeabilizada nem possuía canaletas. Além disso, as bombas e bocas de descarga de combustíveis não eram dotadas de sumps, tendo sido verificadas manchas de combustíveis próximo às bombas de combustíveis. Outrossim, os vasilhames de troca de óleo e estopas sujas também eram destinados inadequadamente. A tudo se some que foi confirmada concentração de 80,00 ppm, em sondagem com 0,50 metros de profundidade, e nos estudos de avaliação de risco à saúde humana a camada superficial de até 8 cm de profundidade é a de maior importância nos estudos de avaliação de risco à saúde humana.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que o conceito legal de poluição/degradação ambiental foi delineado no artigo 2º, da Lei Estadual nº 7.772/1980, como qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, nos termos seguintes:

Art. 2º - Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:

I - prejudicar a saúde ou bem-estar da população;

II - criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

III - ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural;

IV - ocasionar danos relevantes aos acervos histórico, cultural e paisagístico.

Cidade Administrativa - Prédio Minas
Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG
CEP: 31.630-900 - Endereço eletrônico: www.feam.br



Firmou a Recorrente que teriam ocorrido dupla penalização e *bis in idem*, já que dano ambiental estaria compreendido em ambos os tipos, sendo excessiva a aplicação das duas tipificações.

Todavia, não há que se falar em *bis in idem*, tampouco em dupla penalização, já que se tratam de fatos, condutas caracterizadoras e tipos infracionais absolutamente diversos. Relembro que foi a Recorrente incurso no artigo 87, II, do Decreto nº 44309/2006, por operar sem licença ambiental e no artigo 87, IX, do decreto referenciado, por causar poluição ou degradação ambiental em virtude de lançamento de efluentes gerado na lavagem de veículos sem tratamento diretamente no solo. Consequentemente, embora o dano seja integrante dos dois tipos infracionais, não houve, definitivamente, *bis in idem* ou dupla penalização.

A seu turno, não há que se reparar o valor da multa, imposto corretamente, considerando-se a natureza das infrações e o porte do empreendimento. No que respeita à aplicação de juros e correção monetária, aclaro que se baseou na legislação em vigor e nas orientações contidas na Nota Jurídica Orientadora 4292/2015, da Advocacia-Geral do Estado, descabendo qualquer alteração.

Não se verifica nos autos qualquer circunstância caracterizadora das atenuantes pretendidas pela Recorrente, previstas no artigo 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto nº 44844/2008. A atenuante do artigo 68, I, "a" é relativa à efetividade das medidas adotadas imediatamente pelo infrator para **correção de danos causados ao meio ambiente** e recursos hídricos e não há qualquer comprovação de ações imediatas, tampouco da correção dos danos. A atenuante da alínea "c" trata de hipótese de **menor** gravidade dos fatos, ponderando-se os motivos e suas consequências e, ao contrário, o que se verificou foi a ocorrência de duas infrações gravíssimas, com poluição do solo por combustíveis e efluentes sem tratamento, inclusive com aplicação de duas agravantes. Por fim, a alínea "e" se refere à colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta e o fato de o empreendedor ter obtido a licença ambiental e se dispor a adotar medidas mitigatórias apenas configura o cumprimento de obrigação legal, não autorizando a aplicar a respectiva atenuante.

Cidade Administrativa - Prédio Minas
Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG
CEP: 31.630-900 - Endereço eletrônico: www.feam.br

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, evidencia-se que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar as infrações imputadas à Recorrente. Remetam-se os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM com a **sugestão de indeferimento do recurso e manutenção das penalidades de multas**, com fundamento nos artigos 87, II e IX e 69, II, 'a' e 'c', do Decreto nº 44.309/2006.

É o parecer.

Belo Horizonte, 30 de julho de 2020.



Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Analista Ambiental – MASP 1059325-9